REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS
Nº 13 e 14
JAN°/JUNHO 1992
TOMO II

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS

TOMO II

ARQUIVO HISTÓRICO

MAGISTRADOS, DIRIGENTES E CONTADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E DAS INSTITUIÇÕES QUE O PRECEDERAM (CONTINUAÇÃO DO Nº ANTERIOR):
2. ERÁRIO RÉGIO (27.12.1761 - 16.05.1832) 397
3. TESOURO PÚBLICO (16.05.1832 - 18.09.1844) 433

NOTÍCIAS

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E INTERNACIONAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS - JANEIRO A JUNHO DE 1992 449

INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

MONOGRAFIAS E ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 461

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 543

ÍNDICES DE ASSUNTOS 573

ÍNDICE DE AUTORES E OBRAS ANÓNIMAS 593

SUMÁRIO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SELECCIONADAS 615

MAGISTRADOS, DIRIGENTES E CONTADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E DAS INSTITUIÇÕES QUE O PRECEDERAM

2. ERÁRIO RÉGIO (22.12.1761 - 16.05.1832)
3. TRIBUNAL DO TESOURO PÚBLICO (16.05.1832 - 18.09.1844)

Por: Prof. Doutor António Sousa Franco
Dr.ª Judite Cavaleiro Paixão

(continuação do nº anterior)

2. ERÁRIO REGIO

(22.12.1761 - 16.05.1832)

2.1. Caracterização

O Erário Régio, criado no reinado de D. José I, por Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761, após a extinção da Casa dos Contos do Reino e Casa, simboliza o regime de centralização absoluta: ali davam entrada todas as rendas e direitos da Coroa e de lá saíam os fundos para as despesas públicas.

Jacome Ratton, nas sua Recordações, descreveu o Real Erário como "ponto central de toda a arrecadação e de pagamento"; antes, "cada repartição de almoxarifados, ou outras quaesquer, lhes erão tomadas as contas por huma repartição, chamada dos contos, a qual aprovava, ou desaprovava as contas que se lhe apresentavão. Diversos thesoureiros de receita, e outros de pagamento formavam hum cahos mui prejudicial à Real Fazenda, e útil só aos empregados".(1)

Com efeito, a fiscalização exercida, até então, sobre as rendas do Estado era pouco eficaz, permitindo a fuga ao pagamento de impostos e o enriquecimento por parte de alguns oficiais do fisco.

Pretendia-se,mediante a instituição deste novo organismo, terminar com os abusos decorrentes do antigo sistema em que "a divisão, e dislaceração das suas rendas separadas em muitos, e muito differentes Ramos, e em muitas, e muito diversas Repartiçoens só servia de as aniquilar, evaporandolhes toda a força por mais quantiozas que fossem." (2)

Na mesma Carta de Lei são definidas as competências do novo organismo, a sua estrutura orgânica e quadro de funcionários.

Compunha-se o Erário Régio de 4 Contadorias com competências territoriais distintas: (3)

- Contadoria da Corte e Província da Estremadura
- Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira
- Contadoria da Africa Ocidental, Maranhão e Baía
- Contadoria da Africa Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa

---

(1) RATTON, Jacome - Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências no seu tempo em Portugal; de março de 1747 a Setembro de 1810. Lisboa, 1992, p. 226

(2) Cf. Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 (AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás ...t.II, [p.53-68])

(3) Idem, p.69-80.

Este novo organismo era presidido pelo Inspector-Geral - imediatamente subordinado ao Rei e mais tarde designado como Presidente do Erário Régio.

O conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, foi o primeiro Inspector-Geral do Erário Régio [4], cargo que ocupou até ao seu afastamento do poder, em 1777.

Ao cargo de Inspector-Geral seguia-se o de Tesoureiro-Mor, com a incumbência de semanalmente apresentar ao Inspector-Geral os resumos das receitas/ despesas elaborados pelos Contadores-Gerais para, também semanalmente, o Inspector-Geral os apresentar ao Rei. A este funcionário eram confiadas as primeiras chaves dos Cofres.

O Tesoureiro-Mor era coadjuvado pelo respectivo Escrivão, que tinha a incumbência de, num livro próprio e numerado, que lhe era entregue no acto de posse pelo Inspector-Geral, registar todas as entradas e saídas de dinheiro dos Cofres do Erário Régio. Esta relação devia ser diariamente conferida pelo Tesoureiro-Mor. A este funcionário eram confiadas as segundas chaves do Cofre Geral.

Inicialmente existiam 4 Contadores-Gerais, um à frente de cada Contadoria, devendo estes cargos ser " providos em Pessoas que tenhão a indispensavel sciencia do calculo mercantil". [5]

A organização e a escrituração no Erário Régio, cracterizadas por J. Ratton, como sendo "no estilo, e forma mercantil de huma grande casa de commercio, e de partidas dobradas", foram introduzidas por iniciativa do escrivão João Henriques de Souza, lente da Aula de Comércio. Aliás, foram nomeados contadores quatro comerciantes que deixaram o comércio, continuando a exercê-lo por meio de caixeiros "e ainda assim deixarão poucos bens por seu fallecimento". [6]

Cada Contador-Geral tinha a incumbência de entregar ao Inspector-Geral dois balanços anuais. Estes eram conferidos pelo Inspector-Geral, Tesoureiro e Escrivão sendo depois lavrado um termo que o Inspector-Geral apresentava,em mão, ao rei. Desta forma, só quatro pessoas estavam a par da situação económica do Erário.

Em cada contadoria existiam ainda 4 escriturários, devendo estes, também, serem pessoas instruídas no cálculo mercantil.

Foram igualmente criados 3 cargos de Tesoureiros-Gerais, um para a receita e despesa dos ordenados, um para a receita e despesa das tenças e outro para a

---

(4) O conde de Oeiras tomou posse deste cargo em 11 de Janeiro de 1762 (AHTC. Erário Régio: Livro de Posses [dos Funcionários] do Erário Régio : 1762 : 1829, nº 461, p.1)

(5) Cf. Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 (AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás ...t.II, [p.53-68])

(6) Op. Cit., pp. 227-228

receita e despesa dos juros, auxiliados, cada um, pelo respectivo Escrivão.

As funções de vigilância do Erário Régio eram exercidas pelo Porteiro do Tesoureiro a quem eram atribuídas todas as chaves, excepto as dos Cofres.

Por sua vez os Fiéis do Tesoureiro, nomeados pelo Tesoureiro-Mor, não podiam "ter outro algum exercício fora do Thesouro, sob pena de privação das mesmas Incumbências". (7)

Existiam ainda os Contínuos do Tesouro e 1 Companhia de Infantaria completa como guarda do Tesouro, na dependência do Inspector-Geral ou, na sua ausência, do Tesoureiro-Mor.

Inicialmente o quadro de pessoal perfazia 38 unidades (8).

Na mesma Carta de Lei foi estabelecido o carácter de serventia temporária de todos os cargos: proibia-se "que os Empregos, lugares e Incumbencias do referido Thesouro possam ser considerados para algum effeito, como officios sujeitos ao Direito que chamam consuetudinario" e determinava-se que todos tivessem "a natureza das meras serventias trienais". (9)

Foi adoptada uma inovação no lançamento das receitas e despesas, escrituradas em partidas dobradas. Para tornar mais eficientes os serviços, foram criados em cada Contadoria um Cofre de Correntes (onde davam entrada os rendimentos relativos à área geográfica respectiva) e um Cofre de Confiscados (para administração dos bens sequestrados, em especial os que haviam pertencido aos réus condenados por crime de Lesa Magestade).

Pela Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761, determinava-se que, para além dos Livros Mestre e Diário de cada uma das Contadorias, deveria ainda existir um livro auxiliar para as diferentes arrecadações, rendas, etc., num total de 107.

Com a extinção, em 1763, das Vedorias e Contadorias da Guerra e ofícios com elas relacionados, é criado por Carta de Lei de 9 de Julho, a Tesouraria Geral das Tropas numa tentativa para que "em beneficio commum dos meus Reinos, e da publica utilidade que se lhes segue de que os meus Exercitos sejam pagos com a mesma regularidade e promptidão, que preferentemente se observa nos de todas as outras Monarquias e Estados Soberanos". (10)

Na mesma Carta de Lei é estabelecida uma nova forma de pagamento às Tropas sendo para este efeito criados 3 Cargos de Tesoureiros-Gerais: um com residência em Lisboa e responsável pelas contas relativas às tropas fixas na Corte e Província da Estremadura; outro com residência em Elvas e responsável pelas

---

(7) Idem
(8) Idem, p. 1-13
(9) Idem
(10) AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás..., t. II, [p.155-158]

contas relativas às tropas fixas no Alentejo e Algarve; o último com residência no Porto e responsável pelas contas relativas às tropas fixas nas províncias da Beira, Trás-os-Montes, Minho e Partido do Porto.

Igualmente se estabelecia que deviam os Tesoureiros-Gerais, mensalmente, saldar as suas contas com o Erário Régio.

Um Alvará de 29 de Julho de 1763,[11] do mesmo ano, repartia as contas da Tesouraria Geral das Tropas pelas Contadorias da seguinte forma:

- as contas referentes a Lisboa e Estremadura foram atribuídas à Contadoria da Corte e Província da Estremadura;
- as contas referentes ao Alentejo e Algarve foram atribuídas à Contadoria da Africa Ocidental, Maranhão e Baía;
- as contas referentes ao Porto e províncias da Beira, Trás-os-Montes e Minho foram atribuídas à Contadoria da África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa.

No mesmo Alvará são criados 3 novos lugares de escriturários, um para cada uma das contadorias acima referidas, para se encarregarem da escrituração das contas relativas ao pagamento das tropas.

Entretanto um Alvará de 2 de Janeiro de 1765 [12] extingue os empregos e incumbências relativos à administração da Casa de Bragança, que passa a ser exercida pelo Erário Régio.

Para este efeito são criados quatro novos lugares de escriturários, um em cada uma das Contadorias Gerais.

Um Alvará de 19 de Julho pretendia pôr cobro aos abusos com que "se tem protelado, na repartição dos Domínios Ultramarinos, a execução do Parágrafo quarto, título treze da mesma Lei [Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761], em que ordenei que no termo dos dez dias contados da hora em que a arrematação de cada hum dos Contratos da minha Real Fazenda fosse celebrada, se remetessem ao mesmo Erario hum exemplar authentico de cada hum dos termos das Arrematações assinado por dois Ministros".[13]

Assim, determinava-se que no caso de arrematações de rendas reais deveria ser suspenso todo o despacho do Conselho Ultramarino até se escriturarem as arrematações.

Lavrados os termos no mesmo dia, deveriam ser assinados pelo Secretário, Ministro, Procurador da Fazenda e arrematantes.

Destes termos seriam extraídas duas cópias autênticas: uma destinada ao corrector da Fazenda e outra destinada ao Rei, acompanhada do respectivo alvará.

---

(11) AHTC. Erárir o Régio, nº 2222, [p. 4-8]
(12) AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás..., t. II, [p. 234-236]
(13) Idem, t. I, p.305

Um Alvará de 25 de Fevereiro de 1766, dando conta da ineficiente forma de arrecadação dos bens confiscados aos réus condenados pela sentença da Junta da Inconfidência, proferida em 12 de Janeiro de 1759, e à Companhia de Jesus, estabelece que o Erário Régio seja o organismo competente para a execução desta tarefa.

Assim, determina que "no sobredito Erario Real se escriture em livro, e conta separados, tudo o que pertencer às Receitas, Encargos e Despezas dos sobreditos Bens". (14)

Ainda neste ano, por Alvará de 11 de Outubro, determinava-se que, dada a dificuldade em regular a remessa dos produtos das Terças dos bens dos Concelhos, esta passasse a ser executada pelos Provedores das Comarcas respectivas até ao último dia de Junho do ano seguinte a que se referem. (15)

Por sua vez, um Decreto de 29 de Março de 1769 (16) transfere, para o Erário Régio, a administração dos bens e rendas pertencentes à Santa Igreja Patriarcal. No ano seguinte, é a vez da administração das receitas e despesas da Casa das Senhoras Rainhas passar a ser da competência do Erário Régio, segundo o Decreto de 25 de Janeiro de 1770 .

Por Alvará de 2 de Junho de 1774 são extintos os Contos da Mesa da Consciência e Ordens, as Contadorias dos Mestrados das Três Ordens Militares e a Tesouraria-Geral dos Cativos, procurando-se obviar "às intoleraveis desordens, e descaminhos que tem havido nas Entradas, e Sahidas dos Cofres". (17)

Para a administração destes bens são organizados Cofres em algumas contadorias do Erário, nomeadamente o Cofre das Comendas Vagas das Três Ordens Militares na Contadoria da Corte e Província da Estremadura, e o Cofre dos Cativos na Contadoria das Províncias e Ilhas.

Para atender a este acréscimo de trabalho, é criado, pelo mesmo diploma, mais um lugar de escriturário em cada uma das Contadorias.

Numa tentativa de regularizar a prestação de contas de alguns contratos ou rendas, especialmente a dos almoxarifados dos frutos, foi publicado, em 1 de Julho do mesmo ano, um Alvará estabelecendo que a arrematação destas rendas fosse feita anualmente, isto é, de Janeiro a Dezembro. (18)

Um Decreto de 14 de Julho de 1780 determinava que a administração do donativo dos 4%, oferecido pelo comércio para a reedificação de Lisboa, após o terramoto de 1755, fosse transferida da Junta do Comércio para o Erário Régio.(19)

---

(14) Idem, t.II, [p.343 - 344V]
(15) Idem, t. I, p. 376-377
(16) AHTC. Erário Régio, nº 407, p. 86
(17) AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás..., t. III [p. 387-392]
(18) Idem, p. 407 - 408
(19) AHTC. Erário Régio, nº 4307, p. 2 - 3

Esta transferência é justificada pelo facto de o Presidente do Erário Régio, marquês de Angeja, acumular este cargo com o de Inspector-Geral das Obras Públicas e por ser da competência do Erário Régio a administração de diversas obras públicas.

A acção do Marquês de Angeja, "Presidente do Real Erário, percebendo os 24.000 cruzados, que o Marquez de Pombal não recebia occupando o mesmo lugar de com o nome de Inspector", foi comentada e criticada por J. Ratton: "Não me consta, que durante a administração do Marquês d'Angeja houvesse melhoramento algum na arrecadação das Rendas Reaes, antes foi voz pública, que depois do seu falecimento, o Erário se achava bem desfalcado nas somas, que deixara seu antecessor". (20)

Quanto ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, depois Marquês de Ponte de Lima, que lhe sucedeu em 18 de março de 1788, Ratton julga-o "pouco, ou nada instruido em matérias políticas, económicas, e de hum caracter tão irresoluto que não era capaz por si só de deliberar cousa alguma", sublinhando que a Viscondessa obtivera autorização real para lhe administrar os bens mas, apesar de incapaz, ele veio a ter no Ministério "a mesma influência, e graduação que tivera o Marquez de Pombal. Observa ainda: "Logo que o Marquez de Ponte de Lima entrou na administração das rendas Reaes, se exhaurio de todo o Erário do tal, ou qual sobra excellente (sic); que ficou por morte do Marquez d'Angeja. Não he què este Ministro se aproveitasse de cousa alguma; por quanto persuado-me, que ninguem o excedeo em probidade, boa fé e desinteresse (...); mas estas boas qualidades (...) não erão bastantes para o seu desempenho; porque a sua super-abundante boa fé dava lugar, a que os astuciosos o enganassem". (21)

Assim sendo o Ministério da Fazenda - pois é mais deste do que do Erário que Ratton passou a falar - transmitido ao Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, em Janeiro de 1801 (22) e cuja acção havia já sido descrita pormenorizadamente. (23)

Uma Portaria de 27 de Julho determina que o Cofre do donativo dos 4% seja incorporado na Contadoria da Africa Ocidental, Maranhão e Baía.

A organização do Erário Régio em contadorias foi reformulada por Decreto de 17 de Dezembro de 1787 (24), através do qual se divide a Contadoria da Corte e Província da Estremadura em 2 Contadorias:

- Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu termo

---

(20) Op. cit., p. 260
(21) Op. cit.,99. 260-262
(22) Op. cit., p. 263
(23) Op. cit. pp. 125-129
(24) AHTC. Erário Régio, nº 2208, p. 1 - 2

- Contadoria Geral da Província da Estremadura

Entretanto, em 1790, por Alvará com força de Lei de 17 de Dezembro, o Conselho da Fazenda é unido ao Erário Régio "de maneira, que por meio da união fique fazendo huma só Repartição, e Tribunal, em que seja Presidente o mesmo que for do Erário Régio." (25)

Por Carta Régia de 24 de Maio de 1792, é removido para o Erário Régio o Cofre da Basílica de Santa Maria à semelhança do que acontecera com o Cofre da Santa Igreja Patriarcal. (26)

Em 1794, por Carta de Lei de 17 de Dezembro, é incorporada também no Erário Régio a Contadoria do Subsídio Literário, criando-se, para este efeito, um novo Cofre na Contadoria das Províncias. (27)

Com o objectivo de examinar as dívidas activas e passivas do Erário Régio é criada, por Decreto de 6 de Novembro de 1799, uma Junta Provisional,(28) que veio a ser extinta por Decreto de 6 de Janeiro de 1801. (29)

Dando-se cumprimento ao estabelecido no Breve do Papa Pio VII, que determinava que os rendimentos dos benefícios eclesiásticos episcopais e arquiepiscopais, revertessem a favor do erário público no primeiro ano após a morte do seu possuidor, é criado, em 1801, na Contadoria da Estremadura, o Cofre do Ano Vago. (30)

Por sua vez, em 1802, é criado, e afecto à Contadoria das Províncias, o Cofre para administração da Casa do Mosteiro de S. Pedro de Pedroso que pertencia aos Jesuítas.(31)

Com as invasões francesas, a presidência do Erário é assumida por François Antoine Herman, que extingue, por Decreto de 30 de Dezembro de 1807, a Contadoria Geral da África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa e a Contadoria da África Ocidental, Maranhão e Baía.

São igualmente extintos os Cofres de Confiscados, Comendas Vagas, Cativos, Igrejas Vagas, Senhoras Rainhas e Pedroso transitando estes rendimentos para o Cofre de Correntes. (32)

Expulso o governo francês, são revogadas as suas determinações por Portaria de 19 de Setembro de 1809. (33)

---

(25) AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás, t. V [p., 75-76 V]
(26) AHTC. Erário Régio, nº 4102, p. 4 - 5
(27) Idem, p. 25 - 27
(28) Collecção de Leis, Decretos e Alvarás ..., t. VI, p. 276 - 277
(29) idem, p. 347
(30) AHTC. Erário Régio, nº 4098, p. 10 - 11
(31) LOBO, Ferreira - Regimento do Tribunal de Contas: colligido e annotado. Lisboa, 1872, p. 35
(32) AHTC. Erário Régio, nº 4258, pp. 22 - 26; 30 - 32
(33) Idem, p. 80

Mantém-se, no entanto,a extinção dos Cofres de Confiscados, Pedroso e Ano do Morto, cujos rendimentos passam a integrar o Cofre de Correntes.

Por Alvará de 21 de Fevereiro de 1816 é extinta a Tesouraria Geral das Tropas, sendo criada, em sua substituição, uma "Tesouraria Geral dos Exércitos que se estabelecerá em a Corte, e cidade de Lisboa, onde se farão todos os assentamentos de Praças, que antes se faziam nas diversas thesourarias" sendo esta Tesouraria "dividida em duas classes, uma de fiscalização da Real Fazenda e outra de Tesouraria e Pagadorias". (34)

Em 1820, por Decreto de 28 de Junho, dado a diminuição de expediente, são as duas Contadorias ultramarinas unidas numa só: a Contadoria Geral do Rio e Baía. (35)

Dado o estado de decadência do Erário Régio, foi criada, por Carta de Lei de 21 de Agosto de 1822, uma comissão de nove membros para "regular a escrituração, e administração interna do Tesouro Público, reduzir a sistema a arrecadação dos impostos e destruir os abusos introduzidos na administração da Fazenda Nacional."(36)

Os abusos, o excesso de pessoal, perda de dinheiros, fraudes e prejuízos na cobrança dos impostos e a inoperância do sistema de fiscalização, enfim, todo um conjunto de causas que levaram ao "recurso a empréstimos no Reino e fora do Reino, e à lamentavel creação do Papel-Moeda" tinham já sido apontados por J. Ratton.(37)

A Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826 determinava, no artº 136º que "a receita e despeza da fazenda publica será encarregada a um tribunal de nome de «thesouro publico», aonde em diversas estações estabelecidas por Lei se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade". (38)

Em diploma datado de 6 de Outubro de 1827, numa tentativa de remediar o estado de abandono a que chegara o Erário Régio, é definido o quadro de funcionários, num total de 203.(39)

Para este acréscimo do número de funcionários terá contribuído a criação de diversos Cofres independentes para a administração de determinados rendimentos, nomeadamente os da Casa de Bragança, Casa das Senhoras Rainhas, etc.

---

(34) AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás ..., t. XII:[1816, p. 1 - 10 V]

(35) AHTC. Erário Régio, nº4355, p.1

(36) Idem, p.43 - 46

(37) Op. cit., p. 263

(38) BESSA, José Marcelino de Almeida - Manual parlamentar para uso dos senhores deputados da Nação Portugueza. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 26

(39) Cf. Quadro de Regulação dos Officiaes do Tribunal do Thesouro Publico... roborado pelo Decreto [de 6 de Outubro de 1827] (AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás ..., t. XIV: [1827, nº 49, p. 1-2]

Por Alvará com força de Lei de 22 de Novembro de 1828 [40], são extintas a Contadoria Geral do Rio e Baía e a Contadoria das Províncias do Reino, Açores e Madeira. Em sua substituição são criadas a Contadoria Geral das Ilhas Adjacentes e Domínios Ultramarinos, dado que a anterior designação já não tinha sentido desde a independência do Brasil, e a Contadoria Geral das Províncias do Reino.

No mesmo Alvará estabelecia-se, ainda, que a administração da Casa de Bragança que pertencia às 4 Contadorias iniciais do Erário Régio, transitava para a Contadoria Geral das Províncias do Reino.

Finalmente em 16 de Maio de 1832 é determinada a extinção do Erário Régio, criando-se, em sua substituição, o Tribunal do Tesouro Público. [41]

Este Decreto não teve, no entanto, execução imediata por ter sido promulgado por D. Pedro quando ainda era rei D. Miguel, pelo que em 14 de Setembro de 1833, foi criada uma Comissão Liquidatária do Erário Régio, composta por funcionários do extinto organismo. [42]

Foram ainda criadas sucessivas Comissões Liquidatárias do Erário Régio, prolongando-se esta situação até 9 de Março de 1842, data em que foi assinado o Decreto que pôs em exercício imediato o Tribunal do Tesouro Público em conformidade do disposto no Decreto nº 22, de 16 de Maio de 1832.

É conhecida a decadência do Eráriro Régio ao longo dos anos: a ida da Corte para o Brasil, as invasões francesas e a instabilidade política subsequente, desorganizaram o velho Erário e muitos começaram a tirar proveitos ilícitos dessa desorganização.

Terá algum interesse notar que, no nosso primeiro manual de finanças públicas, José Ferreira Borges[43] aborda, na parte I ("Teoria do Tributo") as "máximas do Dr. Smith sobre os Tributos" - isto é, as célebres quatro regras da Tributação - e comenta que nenhuma delas é respeitada em Portugal, por deficiência do sistema fiscal. Quanto à quarta ("todo o Tributo deve ser arrecadado de maneira, que haja a menor quebra possível entre o desembolso do contribuinte e a entrada no Tesouro"), comenta (parte 1, § 16), diagnosticando bem o estado de colapso a que havia chegado o Tesouro:

"A quarta máxima é talvez de todas a que entre nós não tem sombra alguma de observância. Há muitos tributos, de que nada chega ao tesouro, consumindo-se na arrecadação e supostas despesas dela, e todo num desfalque muito mais de trinta

---

(40) AHTC. Erário Régio, nº 4370, p. 132

(41) AHTC. Collecção de Leis, Decretos e Alvarás ..., t. XVII, [p. 183-194]

(42) GUERRA, Luís de Bivar; FERREIRA, Manuel Maria - Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa, Tribunal de Contas, 1950, p. 19.

(43) BORGES, José Ferreira - Princípios de Syntetologia cumprecendendo em geral a teoria do tributo e em particular observações sobre a Administração, e despesas de Portugal, grande parte aplicáveis ao Brasil. Londres, Bingham Impr., 1831.

por cento. A prática é enviar o provedor uma tabela de quinze em quinze dias ao erário, demonstrativa do que há em cofre, e dispor o tesoureiro da soma que ela mostra, sem lhe importar o verificar a exactidão das partidas; isto é donde nascem e como produzidas. Daí vem a dificuldade, que encontram os magistrados de boa fé em dar a sua conta no erário para a sua ulterior habilitação. O sistema das letras ou ordens do tesouro, e a escritura chamada Receita e Despesa por encontro, são causa deste mal, e desoredem". (44)

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas existe uma cópia de um gráfico, cujo original se encontra no National Audit Office do Reino Unido, e que foi oferecida ao Tribunal pelo actual Comptroller and Auditor General, Sir John Bourne, na sua visita ao Tribunal de Contas de Portugal de 12 a 16 de Maio de 1990. Insere-se cópia desse documento no presente estudo, não por mera curiosidade, mas por se saber a importância que teve, mesmo na Administração Civil portuguesa, o corpo expedicionário britânico, sediado em Portugal durante o período da Guerra Peninsular, com prolongamento durante alguns anos após a saída dos invasores franceses e mesmo a derrota de Napoleão. A gravura,

---

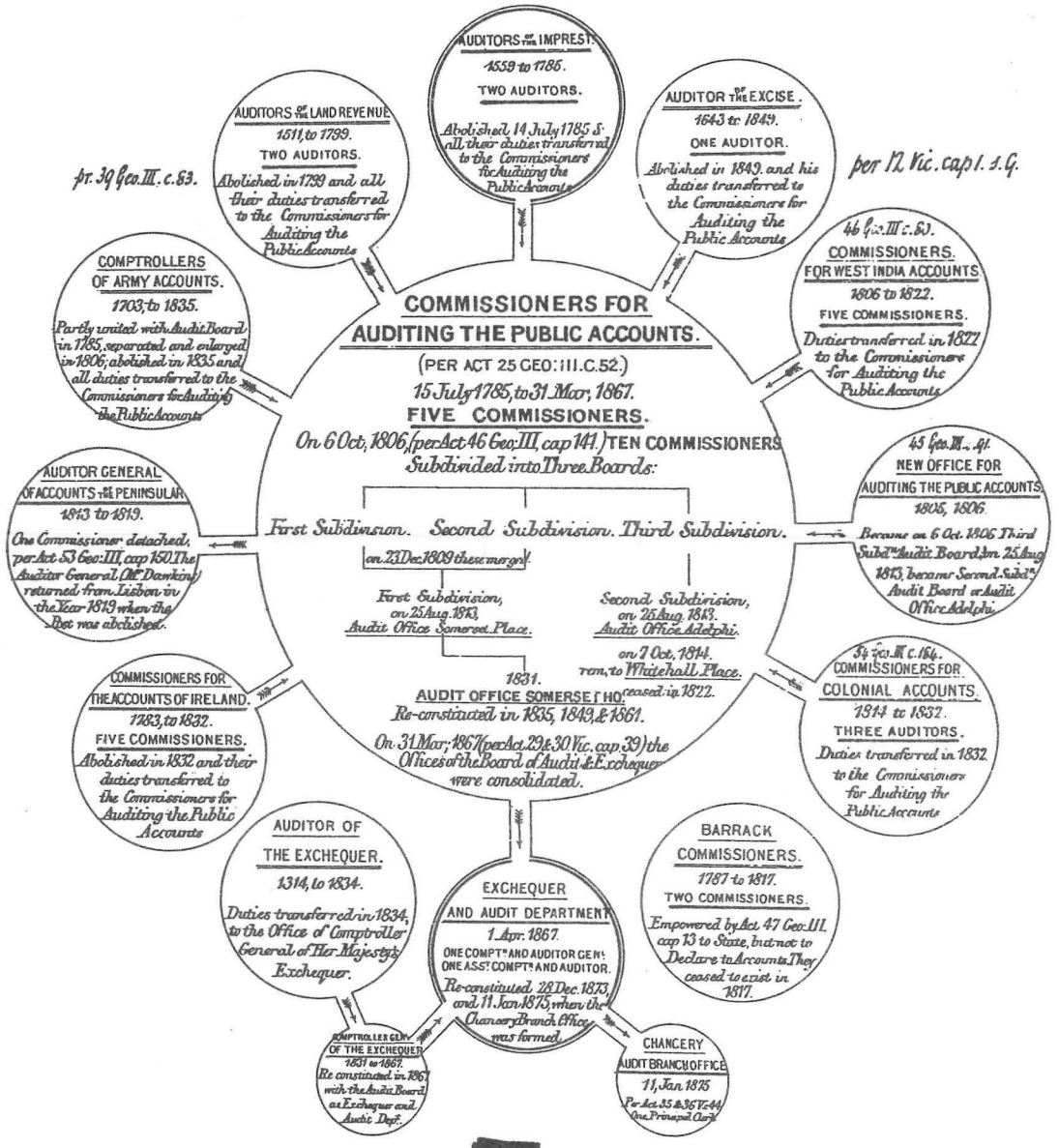
(44) Há no Erário quatro contadorias fiscais dos rendimentos públicos, e promotoras da sua arrecadação no território ou províncias, que a lei lhes marcou; porém nenhuma pode exercer as suas funções com independência: todas são subordinadas ao tesoureiro mor, cuja responsabilidade se escritura nas contadorias. A lei do erário estabeleceu duas escriturações distintas; uma em partidas dobradas para o lançamento de todos os artigos da receita e despesa, que tivessem efectiva entrada e saída na caixa do tesouro; e portanto sem distinção alguma dos diversos rendimentos de cada ano: - outra por meio de livros auxiliares, que servissem como de tomar contas aos exactores, e verificar o rendimento parcial de cada tributo de seu cargo. - Receita e Despesa por encontro, - a qual nasceu de julgar-se dispendiosas as remessas do erário para as províncias, e de sacar-se em consequência letras, ou ordens de tesouro sobre os exactores das províncias; toma-se lembrança destas letras na tesouraria mor, e só se escrituram quando revoltam ao erário acompanhadas de uma guia, de que se vê por quais rendimentos foram pagas; este retorno leva às vezes um ano e assim a escrituração fica atrasada por esse espaço, não pode conhecer-se o atraso da arrecadação, nem a distinção do rédito dos diversos anos."

"Apesar de três escriturações não pode o erário alcançar o verdadeiro fim de uma só escrituração; isto é, o estado e balanço anual do rédito e despesa desse período, e o estado real da sua arrecadação, atrasos, perdas, e alterações sobrevindas. As contadorias não tem meios de promover a arrecadação do rédito: o tesoureiro mor fica sujeito a uma responsabilidade, que não conhece, porque é processada em contadorias, a que não pertence; o erário em última análise não pode formar um Diário regular, e conseguintemente é impossível alcançar um livro Razão ou Mestre que contenha a conta do reino verdadeira e real.

Esta contabilidade convinha a quem a instituiu, assim como convém a qualquer governo, a que só importe saber quanto se acha em cofre, sem lhe importar o como e porquê não é mais nem menos; e que não responde à nação por delapidações, por extravios, por despesas caprichosas, ou enfim quer ocultar à nação os seus procedimentos de desperdiço, e de alheação indecifrável do produto dos tributos.

Os oficiais do Tesouro segundo a forma que ultimamente lhe deu o decreto de 6 de Outubro 1827 são em número 203." [nota do autor].

A COMPREHENSIVE VIEW
OF THE VARIOUS BOARDS OF AUDIT AND CONTROL,
FROM THE YEAR 1314 TO THE PRESENT DATE,
SHEWING THEIR GRADUAL ABSORPTION INTO ONE DEPARTMENT OF CONTROL-AUDIT.



Exchequer & Audit Dep.t
25 January 1878.

Richard A. Hoblyn,
Keeper of Manuscript Records

elaborada no Exchequer and Audit Department por Richard A. Hoblyn, e datada de 25 de Janeiro de 1878, exemplifica os vários orgãos de auditoria e controlo desde 1314 até 1878, sob o título A comprehensive view of the various boards of audit and control, from the year 1314 to the present date, shewing their gradual absortion into one department of control-audit. Nele se faz menção de um "Auditor of Accounts of the Peninsular" em funções desde 1813 a 1819, o qual foi um dos cinco comissários da auditoria de contas públicas, criados por Lei de 15 de Julho de 1785, destacado para tal efeito.(45)

2.2. Composição e quadro de funcionários:

Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761:

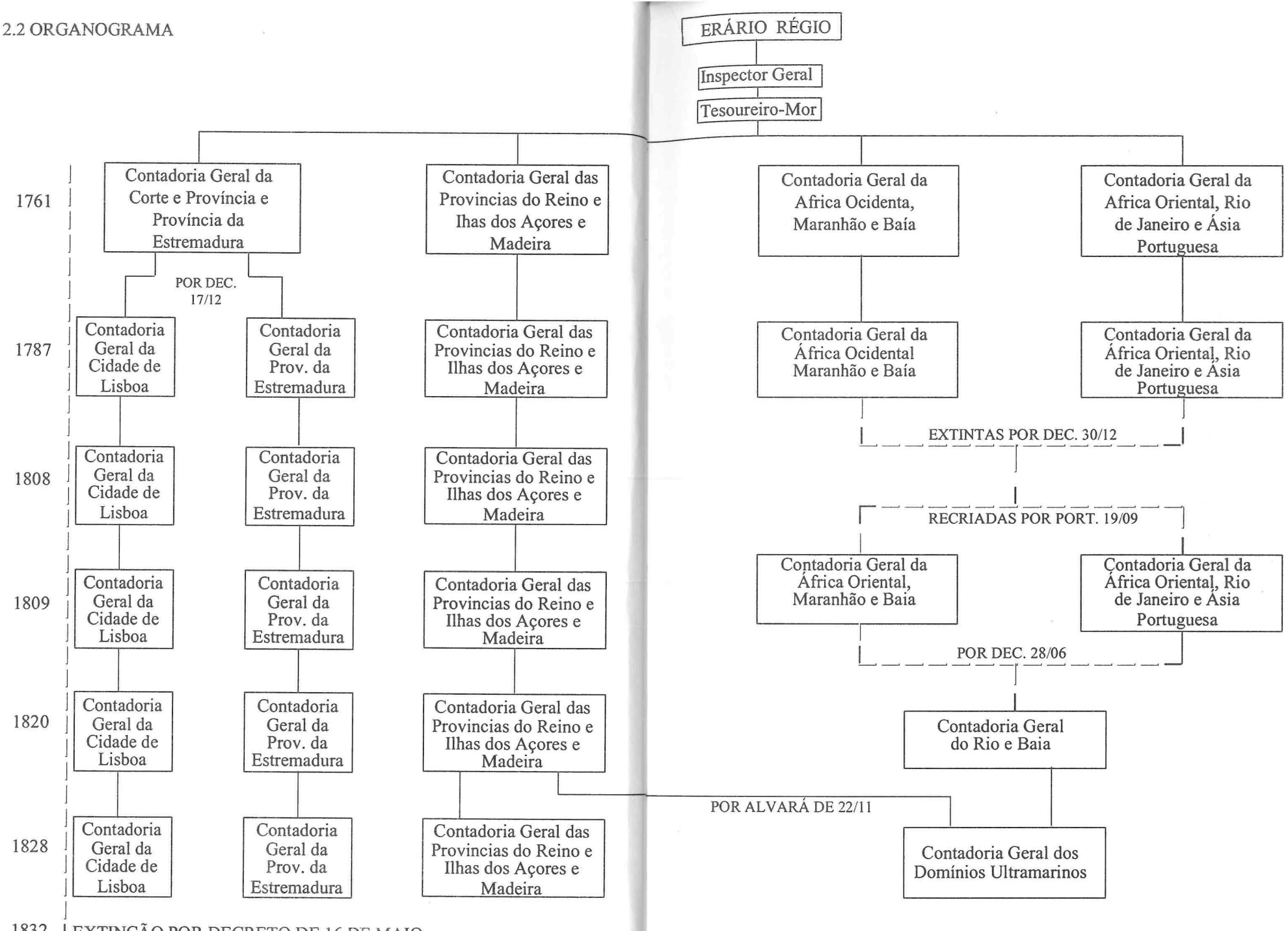
1 Inspector-Geral
1 Tesoureiro-Mor
1 Escrivão do Tesoureiro-Mor
4 Contadores-Gerais
16 Escriturários
3 Tesoureiros -Gerais
3 Escrivães das Tesourarias-Gerais
1 Porteiro do Tesoureiro
4 Fiéis do Tesoureiro
4 Contínuos do Tesouro
1 Companhia de Infantaria completa

Decreto de 6 de Outubro de 1827:

- Tesouraria-Mor:
  - 1 Tesoureiro-Mor
  - 1 Escrivão do Tesoureiro-Mor
  - 1 Ajudante do Tesoureiro-Mor
  - 1 Ajudante do Escrivão do Tesoureiro-Mor
  - 3 Primeiros Escriturários
  - 1 Primeiro Escriturário Supranumerário
  - 4 Segundos Escriturários

---

(45) Refere o mapa que o Auditor-Geral, Mr. Dawkins, voltou de Lisboa no ano de 1819 quando o cargo foi abolido [Auditor General (Mr. Dawkins) returned from Lisbon in the Year 1819 when the Post was abolished].


ERÁRIO RÉGIO
Inspector Geral
Tesoureiro-Mor
1761
Contadoria Geral da Corte e Província e Província da Estremadura
Contadoria Geral das Provincias do Reino e Ihas dos Açores e Madeira
Contadoria Geral da Africa Ocidenta, Maranhão e Baía
Contadoria Geral da Africa Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa
POR DEC. 17/12
1787
Contadoria Geral da Cidade de Lisboa
Contadoria Geral da Prov. da Estremadura
Contadoria Geral das Provincias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira
Contadoria Geral da África Ocidental Maranhão e Baía
Contadoria Geral da África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa
EXTINTAS POR DEC. 30/12
1808
Contadoria Geral da Cidade de Lisboa
Contadoria Geral da Prov. da Estremadura
Contadoria Geral das Provincias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira
RECRIADAS POR PORT. 19/09
1809
Contadoria Geral da Cidade de Lisboa
Contadoria Geral da Prov. da Estremadura
Contadoria Geral das Provincias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira
Contadoria Geral da África Oriental, Maranhão e Baia
Contadoria Geral da África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa
POR DEC. 28/06
1820
Contadoria Geral da Cidade de Lisboa
Contadoria Geral da Prov. da Estremadura
Contadoria Geral das Provincias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira
Contadoria Geral do Rio e Baia
POR ALVARÁ DE 22/11
1828
Contadoria Geral da Cidade de Lisboa
Contadoria Geral da Prov. da Estremadura
Contadoria Geral das Provincias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira
Contadoria Geral dos Domínios Ultramarinos
1832
EXTINÇÃO POR DECRETO DE 16 DE MAIO

. 8 Amanuenses
. 4 Fieis do Tesoureiro-Mor
. 1 Porteiro

- Contadoria Geral da Cidade
. 1 Contador-Geral
. 1 Ajudante do Contador-Geral
. 4 Primeiros Escriturários Supranumerários.
. 7 Segundos Escriturários
. 7 Terceiros Escriturários
. 10 Praticantes do Número
. 10 Praticantes Supranumerários

- Contadoria Geral da Estremadura
. 1 Contador-Geral
. 1 Ajudante do Contador-Geral
. 3 Primeiros Escriturários Supranumerários
. 7 Segundos Escriturários
. 6 Terceiros Escriturários
. 8 Praticantes do Número
. 10 Praticantes Supranumerários

- Contadoria Geral das Províncias
. 1 Contador-Geral
. 1 Ajudante do Contador-Geral
. 4 Primeiros Escriturários Supranumerários
. 11 Segundos Escriturários
. 6 Terceiros Escriturários
. 11 Praticantes do Número
. 11 Praticantes Supranumerários

- Contadoria Geral do Rio e Baía
. 1 Contador-Geral
. 1 Ajudante do Contador-Geral
. 1 Primeiro Escrituráro nas Rendas da Casa das Senhoras Raínhas
. 7 Primeiros Escriturários Supranumerários
. 11 Segundos Escriturários
. 9 Terceiros Escriturários
. 9 Praticantes do Número
. 12 Praticantes Supranumerários

- Tesourarias Gerais
. 1 Tesoureiro-Geral dos Ordenados
. 1 Escrivão da sua Receita e Despesa
. 1 Tesoureiro-Geral dos Juros

. 1 Escrivão da sua Receita e Despesa
. 1 Tesoureiro-Geral das Tenças
. 1 Escrivão da sua Receita e Despesa

2.3. Enumeração dos titulares dos principais cargos e funções:

PRESIDENTE:

. Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (11/01/1762 - 05/03/1777);[46]
. Marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (15/03/1777 - 27/02/1788);
. Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, mais tarde Marquês de Ponte de Lima (18/03/1788 - 1801);
. Conde de Linhares, Rodrigo de Sousa Coutinho (12/01/1801 - 1803);
. Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Figueiró (10/09/1803 - 1805);
. Pedro de Melo Breyner (26/11/1807);* [47]
. François Antoine Herman (05/12/1807);
. Cipriano Ribeiro Freire (26/09/1808 - 1809);
. Conde do Redondo, Fernando Maria de Sousa Coutinho(31/10/1809--1818);
. Manuel Fernandes Tomás (07/10/1820 - 13/11/1820);
. Conde e Marquês de São Paio, Manuel António Maria Baltazar de São Paio de Melo e Castro e Torres de Lusignan (14/11/1820 - 09/02/1821);
. Francisco Duarte Coelho (10/02/1821 - 24/09/1821);
. Silvestre Pinheiro Ferreira (interino) (07/09/1821);*
. José Inácio da Costa (25/09/1821 - 1822);
. Sebastião José de Carvalho (12/04/1822 - /05/1823);
. José Xavier Mousinho da Silveira (30/05/1823 - 25/06/1823);
. Pedro de Sousa Holstein, Conde, Duque e Marquês de Palmela (19/06/1823 - 20/06/1823);*
. Barão de Teixeira, Henrique Teixeira de Sampaio, mais tarde Conde da Póvoa (26/06/1823);
. Miguel António de Melo, Conde de Murça (24/01/1825);
. D. António de Saldanha, Conde de Porto Santo (interino) (04/09/1825 -

(46) Com a designação de Inspector-Geral
(47) Tal como os restantes assinalados com *, presidente do Erário Régio como Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda.

26//09/1825);*
. Barão de Sobral, Hermano José Braancamp de Almeida Castelo Branco (05/08/1826 - 08/06/1827);
. Visconde de Santa Cruz, António Manuel de Noronha (12/06/1827 - 17//06/1827);
. D. Pedro de Melo da Cunha Mendonça e Menezes, Marquês de Olhão e Conde de Castro Marim (09/06/1827);*
. Barão de Chanceleiros, Manuel António de Carvalho (18/06/1827 - 26/ /02/1828);
. Conde da Lousã, D. Diogo de Menezes d'Eça (29/02/1828 - 15/03/1830);
. Luis da Silva Mousinho de Albuquerque (15/03/1830);*
. José António Ferreira Braklamy (02/07/1831);*
. José Dionísio de Serra (10/10/1831);*
. José Xavier Mousinho da Silveira (03/03/1832).*

TESOUREIRO-MOR:
. José Francisco da Cruz (11/01/1762);
. Joaquim Inácio da Cruz (19/05/1768);
. João Henriques de Sousa (31/05/1781);
. Manuel Pereira de Faria (25/02/1786);
. Sebastião Francisco Betamio (03/10/1787);
. Joaquim José de Sousa (19/05/1796);
. Inácio António Ribeiro (23/07/1805);
. Félix Berthelot, no lugar de Recebedor Geral das Contribuições e Rendas de Portugal que veio substituir o de Tesoureiro-Mor (03/02/1808);
. Joaquim da Costa e Silva, Conselheiro (05/01/1814);
. Vitorino da Silva Morais (30/08/1827 - aposentado em 19/12/1829+).

CONTADOR-GERAL:
a) Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura:
. António Caetano Ferreira (11/01/1762);
. Joaquim José de Sousa (20/12/1780);
b) Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu termo:
. Alberto Rodrigues Laje (02/01/1788);
. António José Coelho da Fonseca (06/02/1816);
. Joaquim Fernandes Couto (27/09/1827 - demitido em 07/08/1833+);
c) Contadoria Geral da Província da Estremadura:
. Francisco de Sousa e Andrade (27/09/1827 - exonerado em 30/12/1833 @);
. Paulo José Soares (02/01/1788);

. José Joaquim Pereira Martinho (30/12/1807);
. Nuno Caetano da Costa (15/11/1814);

d) Contadoria Geral das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira:
. Baltazar Pinto de Miranda (11/01/1762);
. Manuel Clemento Cardoso Soeiro (29/04/1791);
. José Joaquim Braga Lage (20/04/1801);
. José Martins Branco (14/05/1811);
. José Lopes de Oliveira (27/09/1827);

e) Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Asia Portuguesa:
. Luís José de Brito (11/01/1762);
. José Joaquim Pereira Marinho (07/04/1802)

f) Contadoria Geral da Africa Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baía:
. Manuel Pereira de Faria (11/01/1762);
. Sebastião Francisco Betamio (12/06/1781)
- provido a Tesoureiro mor em 03/10/1782;
. Inácio António Ribeiro (02/01/1788);
. Teotónio Rodrigues de Carvalho (01/06/1796);

g) Contadoria Geral do Rio e da Baía:
. Francisco Xavier de Sousa Cabral (15/05/1821 @ - faleceu em /12/1832).
. Jacques Manuel Armelim, Contador Geral Aposentado, (09/04/1791);
. Marcelino José Gonçalves, Contador Geral Graduado, (18/06/1824 - exonerado em 07/01/1834+).

PROCURADOR FISCAL DO ERÁRIO:
. Tomás António de Villanova Portugal (12/03/1804);
. João Batista Esteves, Desembargador (25/08/1823);

TESOUREIRO-GERAL DOS ORDENADOS:
. Francisco da Fonseca e Sousa (11/01/1762);
. José Gomes Baptista (02/01/1765);
. Joaquim José Ferreira dos Santos (05/03/1768);
. José Lourenço Álvares dos Reis (30/04/1784);
. Manuel Clemente Cardoso Soeiro (29/03/1786)
- interino;
. António Xavier Magalhães (19/10/1803);
. José Gregório Escarlate (12/09/1806);
. João Francisco Regis d'Alpoim Serrão (06/10/1827).

TESOUREIRO-GERAL DOS JUROS:
. António Pereira da Silva (11/01/1762);
. José António Rebelo de Andrade (14/11/1776);
. Francisco de Almeida e Silva (16/11/1804).

TESOUREIRO-GERAL DAS TENÇAS:
. António Feliciano de Andrade (11/01/1762);
. António Silvério Miranda (21/10/1788);
. Joaquim Marcelino de Miranda (29/11/1802).

ESCRIVÃO DA TESOURARIA-MOR:
. João Henriques de Sousa (01/01/1762);
. Manoel Pereira de Faria (31/05/1781);
. Sebastião Francisco Betamio (25/02/1786);
. Joaquim José de Sousa (03/10/1787);
. Inácio António Ribeiro (19/05/1796);
. Joaquim da Costa e Silva (23/07/1805).

ESCRIVÃO DA TESOURARIA-GERAL DOS ORDENADOS:
. Francisco de Paula Pereira da Silva (11/01/1762);
. João de Anveres Pacheco (02/01/1765);
. Justino Ferreira (25/06/1803).

ESCRIVÃO DA TESOURARIA-GERAL DOS JUROS:
. João de Campos de Andrade (11/01/1762);
. João Baptista Ferreira (02/01/1765);
. Teotónio Manoel Ferreira (05/03/1795).

ESCRIVÃO DA TESOURARIA-GERAL DAS TENÇAS:
. José Gomes Baptista (11/01/1762);
. Francisco Xavier Soares (02/01/1765);
. António Silvério Miranda (03/11/1782);
. João Evangelista da Silva (21/10/1788);
. Raimundo Ildefonso Alves Ribeiro (05/08/1817).

ESCRIVÃO DA MESA:
. Henrique Pedro Costa (05/01/1814);
. João Ferreira Costa e Sampaio (01/08/1824).

ESCRITURÁRIO:

. Vasco Gualdino de Morais (20/08/1774);

Contadoria Geral da Corte e Província de Estremadura:

. João Gaspar Lyder (11/01/1762);
. Manuel Cardoso da Cunha (11/01/1762);
. Paulo José Soares (11/01/1762);
. Joaquim José de Sousa (23/10/1762);
. Manoel Rodrigues da Costa (23/10/1762);
. Estevão António de Montes (01/08/1763);
. Felix Potier (09/08/1763);
. João António Junqueiro (18/01/1765);
. Lucas António Xavier (09/10/1765);
. António Rodrigues da Costa (30/03/1767);

Contadoria Geral das Províncias dos Reinos e Ilhas dos Açores e Madeira:

. Bernardino da Costa Calheiros (11/01/1762);
. Felix de Almeida Pinto Pereira (11/01/1762);
. Francisco António Correia (11/01/1762);
. Jacques Manuel Armelim (19/11/1764);
. Caetano Alberto de Seixas (18/01/1765);
. Henrique José da Fonseca (18/01/1765);
. João Procópio Rodrigues (18/01/1765);

Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Ásia Portuguesa:

. Francisco Xavier Cerqueira (11/01/1762);
. Joaquim José Ferreira dos Santos (11/01/1762);
. Vicente Luiz Nobre (11/01/1762);
. António José Francisco (18/01/1763);
. Carlos José da Silva (01/08/1763);

Contadoria Geral da Africa Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baia:

. António Silvério de Miranda (11/01/1762);
. Basílio Pereira da Silva (11/01/1762);
. João Baptista Ferreira (11/01/1762);
. José Pedro Martins (01/08/1763);
. António Estanislau Couzié (02/01/1765);
. António José Manzoni de Castro (18/01/1765);
. Francisco Martins Esteves (12/02/1802).

1º ESCRITURÁRIO:

. Joaquim José de Sousa (17/04/1767);

. António Silvério de Miranda (08/03/1768);
. Paulo José Soares (01/08/1768);
. Felix de Almeida Pinto Pereira (27/05/1773);
. Jacques Manuel Armelim (26/04/1776);
. José Joaquim Pereira Marinho (26/04/1776);
. Bento José da Mota e Abreu (13/12/1782);
. Inácio António Ribeiro (17/01/1783);
. António Rodrigues da Costa (02/01/1788)
- supranumerário desde 13/12/1782;
. Teotónio Rodrigues de Carvalho (27/01/1788);
. Carlos de Brito (05/03/1797)
- supranumerário ;
. Diogo José Blancheville (07/04/1801);
. Francisco Felix de Paula Pires (07/04/1801);
. Luis José Monteiro Olival e Andrade (01/06/1801)
- supranumerário;
. António Xavier de Magalhães (13/01/1802);
. José Martins Branco (13/01/1802);
. Joaquim José de Almeida (12/02/1802)
- supranumerário;
. Paulino Anselmo Lombardi (12/02/1802);
. Bonifácio José Rodrigues (07/04/1802);
. Justino Ferreira (05/05/1802);
. Joaquim José Machado (11/09/1802);
. Nuno Caetano da Costa (15/09/1802);
- supranumerário desde 13/12/1782;
- ajudante desde 13/07/1807;
. Firmo António Penaguião (18/11/1802);
. José Sabó das Neves (18/11/1802)
- supranumerário;
. António Joaquim d'Alpoem Serrão (24/09/1803)
- supranumerário;
. Francisco de Paula Robim (14/07/1807);
. Faustino José Pinto de Lima (aposentado em 30/12/1807);
. Francisco Inácio de Sousa Andrade (aposentado em 30/12/1807);
. João Germano Mateus (aposentado em 30/12/1807);
. Joaquim Inácio Ferreira (aposentado em 30/12/1807);
. José Joaquim Vieira da Silva (aposentado em 30/12/1807);
. José Pedro Bloque de Brito (aposentado em 30/12/1807);
. Lauriano José Pinto de Sousa (aposentado em 30/12/1807);

. Victorino da Silva Morais (14/05/1811)
- supranumerário desde 03/12/1802;
. João Francisco Regis d'Alpem Serrão (11/02/1822);

Tesouraria-Mor:

. João Lane (05/05/1801);
. Faustino Ferreira (30/03/1802);
. José António da Cunha Letre (17/11/1802)
- supranumerário;
. Carlos de Matos Pegado (11/02/1822)
- supranumerário;

Contadoria Geral da Corte e Província de Estremadura:

. João Carlos Correia Lemos (11/01/1762);
. Manuel José da Silva (12/12/1782);

Contadoria Geral das Províncias do Reinos e Ilhas dos Açores e Madeira:

. Alberto Rodrigues Lage (11/01/1762);
. Henrique José da Fonseca (29/04/1791);
. Pedro Francisco Gomes da Costa (30/12/1807)
- supranumerário.

Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Ásia Portuguesa:

. José Teodoro Silva (11/01/1762);
. Francisco Xavier de Sousa Cabral (05/10/1803);

Contadoria Geral da Africa Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baia:

. Sebastião Francisco Betamio (11/01/1762);
. Lourenço do Nascimento (15/07/1796);

Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu termo:

. António José Coelho da Costa (02/01/1788)
- supranumerário;
. Francisco Inácio da Silva Franco (02/01/1788)
- supranumerário desde 13/12/1782;
. Guilherme Francisco Lima (02/01/1788)
- supranumerário;
. Joaquim José Frederico Bartolomeu (14/07/1807)
- supranumerário;
. João Pereira da Costa e Sampaio (30/12/1807);
. Lourenço do Nascimento (30/12/1807);
. Inácio Joaquim Pereira de Sousa (29/05/1826);

Contadoria Geral da Provincia da Estremadura:

. Francisco de Sousa e Andrade (14/07/1807);

. Francisco Xavier de Sousa Cabral (30/12/1807);
. José de Bento (30/12/1807)
- supranumerário;

Contadoria Geral do Rio e Baia:
. Manuel Inácio de Sousa e Andrade (06/11/1822)
- supranumerário.

2º ESCRITURÁRIO:
. Joaquim José Rebelo (14/03/1768);
. Teotónio Rodrigues de Carvalho (14/03/1768);
. Eusébio Luís de Oliveira (01/07/1772);
. António José Coelho da Costa (26/08/1771);
. Francisco Caetano Baptista (02/09/1771);
. João Evangelista (02/09/1771);
. José Lourenço Alvares dos Reis (02/09/1770);
. José Soares Braga (01/07/1772);
. Diogo Roze (02/01/1773);
. Francisco Xavier de Montes (02/01/1773);
. José Bernardino Pereira (02/01/1773);
. Nuno Caetano da Costa (03/01/1773);
. José Joaquim Braga da Lage (03/01/1774);
. José Joaquim da Costa (03/01/1774);
. José Pedro Bloque de Brito (03/01/1774);
. António Felix da Fonseca (23/09/1774);
. José Martins Branco (23/09/1774);
. José Luiz Coelho (14/10/1774);
. João Pedro de Morais (25/11/1774);
. Joaquim José de Almeida (25/11/1774);
. Guilherme Francisco Lima (20/04/1776);
. Jesuino António Gomes (20/04/1776);
. José Joaquim Vieira da Silva (26/04/1776);
. João Anacleto do Couto (01/06/1776);
. João de Sousa Miranda (08/05/1780);
. Aniceto Pereira de Almeida (20/03/1781);
. Luís José Marques de Azevedo (08/06/1782);
. Joaquim Januário Caldeira (18/06/1782);
. José Gregório Escarlate (18/06/1782);
. Joaquim Rodrigues dos Santos (07/11/1782);
. José Vito dos Santos (13/12/1782);
. Bernardo José Marques (22/03/1783);

. João Batista dos Reis (01/11/1783);
. Manuel Rodrigues Bolonha (26/06/1784);
. Joaquim José de Azevedo (01/12/1785);
. Crispim Xavier de Faria e Aguiar (31/03/1786);
. Constantino de Sousa Cardoso (09/08/1786);
. Francisco de Paula da Silva (02/01/1788);
. Joaquim da Costa e Silva (27/02/1788);
. Estevão Cardoso Soeiro (22/01/1789);
. Diogo José Blancheville (27/01/1789);
. Joaquim José Machado (27/01/1789);
. Luís José de Barros (07/05/1790);
. José Plácido Fortier (18/08/1791);
. Faustino Ferreira (06/12/1791)
- provisionalmente desde 04/03/1786;
. João Lane (06/12/1791);
. Joaquim Inácio Ferreira (01/09/1792);
. Bonifácio José Rodrigues (07/10/1793);
. Francisco Felix de Paula Pires (07/10/1793);
. Francisco de Paula Robim (07/10/1793);
. Henrique Pedro Costa (01/12/1793);
. João Ferreira Lima (02/05/1794);
. Francisco de Sousa e Andrade (04/02/1795)
- interino desde 20/07/1794;
. Laureano José Pinto de Sousa (08/04/1795);
. José da Almeida Conrado (22/04/1795);
. Henrique Pedro Costa (15/07/1796);
. Paulino Anselmo Lombardi (15/07/1796);
. António Joaquim de Sales Gameiro (20/10/1796);
. José Pereira Pessoa (07/01/1797);
. José de Brito (06/03/1797);
. Vicente José da Silva Negrão (31/08/1797);
. Fortunato António da Silva (09/10/1801);
. Angelo Timóteo da Cruz (28/06/1802);
. António Joaquim d'Alpoim Serrão(28/06/1802);
. João Francisco Regis d'Alpoim Serrão (28/06/1802);
. João Teodoro de Lourido (28/06/1802);
. Caetano José Mendes (15/09/1802);
. Manuel Joaquim Esteves Vaz (29/09/1802);
. António José Delfim de Miranda (22/10/1802);
. Filipe Vaz de Carvalho e Sampaio (17/11/1802);

. José Pedro Cardoso da Costa (17/11/1802);
. Cláudio José Alberto Caetano (18/11/1802);
. Francisco de Paula Leque (03/12/1802);
. Inácio Pedro de Abreu Rosado (03/12/1802);
. Francisco António da Silva (03/12/1802);
. Fernando Guedes Pereira Marinho (13/01/1803);
. José Joaquim de Azevedo (13/01/1803);
. João António Ribeiro (23/05/1803)
- efectivo desde 24/09/1803;
. Germano António Xavier de Magalhães (22/07/1803);
. Luís José Justi (05/10/1803);
. Francisco António de Figueiredo (14/07/1807);
. João Onofre Duarte (14/07/1807);
. Bernardino Libório Apolinário Maciel (aposentado em 30/12/1807);
. Francisco José Lopes Cehilcron (aposentado em 30/12/1807);
. Inácio Xavier de Sequeira (aposentado em 30/12/1807);
. Jerónimo de Lemos de Figueiredo (aposentado em 30/12/1807);
. Joaquim António Brun (aposentado em 30/12/1807);
. Joaquim José de Almeida Garandela (aposentado em 30/12/1807);
. José Caetano Colaço e Silva (aposentado em 30/12/1807);
. José Rafael da Silveira (aposentado em 30/12/1807);
. José Soter de Miranda Pereira e Castro (aposentado em 30/12/1807);
. Matias José de Andrade (aposentado em 30/12/1807);
. Pedro Carlos de Abreu Rosado (30/12/1807);
. Silvestre Henriques Aires da Cunha (aposentado em 30/12/1807);

Tesouraria-Mor:
. Carlos de Matos Pegado (13/11/1810);
. Joaquim Tiburcio Rebelo (11/02/1822);

Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura:
. Bento José da Mota e Abreu (02/05/1767);
. Francisco Inácio da Silva Franco (02/05/1767);
. José Valentim Duarte (02/05/1767);
. Valentim Lopes de Faria (02/05/1767);
. Joaquim José da Rocha (01/04/1769);
. Matias José Ferreira de Abreu (01/04/1769);
. Manuel José da Silva (10/04/1770);
. Domingos dos Santos Elvas (10/05/1770);
. Miguel Maria Salvo (01/07/1772);

Contadoria Geral das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira:
. Manuel Clemente Cardoso Soeiro (22/01/1767);

. Joaquim José Santos (02/05/1767);
. Luis Pereira de Carvalho (14/03/1768);
. António Xavier de Magalhães (31/05/1779);
. Manuel Joaquim Braga Lage (18/08/1791);
. Cristovão Pinto Duarte Stermane (10/01/1795);
. Victorino da Silva Morais (10/01/1795);
. João António Pinto de Miranda (23/04/1802);

Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Ásia Portuguesa:

. José Inácio Xavier (22/04/1767);
. José Joaquim Pereira Marinho (22/04/1767);
. Francisco Xavier de Sousa Cabral (30/08/1771);
. Carlos de Brito (02/01/1776);
. Manoel Rodrigues da Costa (04/08/1786);

Contadoria Geral da Africa Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baia:

. Manuel da Silva Bagunte (02/05/1767);
. Pedro António Le Roy (02/05/1767);
. Inácio António Ribeiro (14/03/1768);
. Joaquim José Colaço (14/03/1768);
. José da Silva (29/06/1786);
. António José Manzoni de Castro (07/05/1790);
. Pedro Inácio Vieira (22/03/1793);
. Casimiro Manuel da Costa Camarate (17/11/1802);

Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu termo:

. Firmo António Penaguião (02/01/1788);
. Inácio José Pecorário (02/01/1788);
. José António Ferreira (02/01/1788);
. José Sabó das Neves (02/01/1788);
. Luiz Miguel de Oliveira (02/01/1788);
. Ricardo José da Cunha (18/08/1791);
. José Pedro da Costa (30/12/1807);

Contadoria Geral da Província da Estremadura:

. Fernando Guedes Pereira Marinho (30/12/1807);
. José Lazaro dos Santos (30/12/1807);

3º ESCRITURÁRIO

. Manuel Rodrigues Bolonha (20/08/1774);
. José Joaquim Nogueira (25/11/1774);
. Crispim Xavier de Faria e Aguiar (26/04/1776);

. Diogo José Blancheville (01/06/1776);
. Joaquim Januário Caldeira (10/05/1779);
. Aniceto Pereira de Almeida (22/06/1780);
. João Batista dos Reis (04/10/1780);
. João Germano Mateus (20/03/1781);
. Henrique Pedro Costa (15/07/1782);
. Joaquim José Machado (15/07/1782);
. Estevão Cardoso Soeiro (07/11/1782);
. António Tomaz de Almeida e Silva (13/12/1782);
. Januário António Lopes da Silva (13/12/1782);
. Luiz Miguel de Oliveira (13/12/1782);
. Joaquim Inácio Ferreira (22/03/1783);
. Ricardo José da Cunha (25/06/1784);
. Marcelino Soares da Silva (26/06/1784);
. Pedro Francisco Gomes da Costa (31/03/1786);
. Manuel Joaquim de Oliveira Braga (09/08/1786);
. Francisco de Sousa e Andrade (15/09/1786);
. João Francisco Delfim (02/01/1788);
. Joaquim José de Almeida Garandela (02/01/1788);
. Joaquim José Frederico Bartolomeu (02/01/1788);
. Francisco José Lopes Chilleron (24/11/1788);
. Francisco Cândido da Silveira e Sousa (27/01/1789);
. Francisco Felix de Paula Pires (22/07/1789);
. Inácio Joaquim Pereira de Sousa (22/07/1789);
. António Joaquim do Vale (07/05/1790);
. Maximiano Francisco Duarte (07/05/1790);
. Bonifácio José Rodrigues (18/08/1791);
. Francisco António da Silva (18/08/1791);
. António Joaquim de Sales Gameiro (29/08/1791);
. Lourenço Gaspar da Maya e Silva (30/08/1791);
. António Francisco Elvain (01/09/1792);
. Joaquim Zeferino Teixeira (01/09/1792);
. Angelo José de Sousa e Andrade (07/10/1793);
. Bernardino Libório Apolinário (07/10/1793);
. José Caetano Colaço e Silva (07/10/1793);
. Filipe Carlos da Cunha Souto e Matos (07/10/1793);
. Francisco de Paula Leque (07/10/1793);
. Jacinto Duarte Boto (07/10/1793);
. José Lázaro dos Santos Carvalho (07/10/1793);
. José Romão Franco Bravo (07/10/1793);

. Laureano José Pinto de Sousa (11/01/1794);
. José Romão Rodrigo da Costa (02/05/1794);
. Marcelino António Penaguião (14/08/1794);
. Cláudio José Alberto Caetano (04/02/1795)
- interino desde 14/08/1794;
. Jerónimo de Lemos de Figueiredo (15/07/1796);
. Leonardo António Gonçalves (15/07/1796);
. Manuel Joaquim Esteves Vaz (01/02/1786);
. Luís José Monteiro Olival e Andrade (20/07/1796)
- supranumerário;
. Manuel Joaquim dos Santos Leal (20/10/1796);
. José Maria Biancardy (20/02/1797);
. Manuel Norberto da Silva (25/08/1797)
- extraordinário;
. Francisco de Paula António Garvo (07/10/1793);
. Germano António Xavier de Magalhães (13/11/1801);
. António José Gonçalves de Almeida (22/04/1802);
. João José de Barros (17/09/1802);
. José Gregório Rangel de Lima (22/10/1802);
. António Victor Pereira de Sousa (29/11/1802);
. Francisco António de Figueiredo (03/12/1802);
. João Evangelista de Sousa Jorge (03/12/1802);
. José Inácio Leitão (03/12/1802);
. José Luís Vilela dos Santos (03/12/1802);
. José Vicente Diniz (03/12/1802);
. António Carlos da Rocha (13/01/1803);
. Joaquim Inácio Paulino da Costa (13/01/1803);
. Joaquim José da Costa de Macedo (13/01/1803);
. Joaquim José Jorge (13/01/1803);
. João Batista da Costa Soares (05/03/1803);
. José Anastácio da Rocha (05/03/1803);
. Caetano Felix da Silva (22/07/1803);
. João André de Valadares Printz (05/10/1803);
. Carlos José Froment (23/01/1804);
. Francisco de Borja Sequeira (14/07/1807);
. Francisco Luiz de Lara (14/07/1807);
. Francisco Luis de Paula Melo Torrezão (aposentado em 30/12/1807);

Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura:
. Inácio António Ribeiro (22/04/1767);
. Manuel José da Silva (22/04/1767);

. Joaquim José da Rocha (16/03/1768);
. Vasco Gualdino de Morais (01/04/1769);
. Eusébio Luís de Oliveira (10/05/1770);
. Francisco Xavier de Montes (01/07/1772);
. Nuno Caetano da Costa (01/07/1772);
. Guilherme Francisco Lima (02/01/1773);
. José Vito dos Santos (03/01/1774);
. Firmo António Penaguião (20/04/1776);
. José António Ferreira (10/05/1776);
. Inácio José Pecorário (25/10/1781);
. Tomaz Caetano Fortier (25/10/1781);
. José Sabó das Neves (11/06/1782);
. Francisco de Paula da Silva (13/12/1782);
. Paulo José de Miranda Barbuda (13/12/1782);
. José Maria Trinité (20/01/1786);

Contadoria Geral das Províncias do Reinos e Ilhas dos Açores e Madeira:

. Domingos dos Santos Elvas (22/04/1767);
. Luís Pereira de Carvalho (22/04/1767);
. Francisco Xavier de Sousa Cabral (14/03/1768);
. António Felix da Fonseca (03/07/1770);
. Miguel Maria Salvo (30/08/1771);
. José Joaquim Braga da Lage (01/07/1772);
. José Martins Branco (03/01/1774);
. João Anacleto do Couto (23/09/1774);
. Joaquim Rodrigues dos Santos (23/09/1774);
. Constantino de Sousa Cardoso (01/06/1776);
. José Plácido Fortier (25/10/1781);
. Ambrósio Everard (09/10/1783);
. António João Batista da Silva (30/12/1807);
. Carlos Maria Roze (27/10/1810);

Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Ásia Portuguesa:

. Joaquim José Rebelo (22/04/1767);
. Matias José Ferreira de Abreu (22/04/1767);
. Nicolau Bruno de Lemos (14/03/1768);
. João Soares Braga (01/04/1769);
. José Pedro Bloque de Brito (12/07/1771);
. José Bernardino Pereira (01/07/1772);
. José Luiz Coelho (02/01/1773);
. José Joaquim Vieira da Silva (03/01/1774);

. Bernardo José Marques (14/10/1774);
. João de Sousa Miranda (14/10/1774);
. João Vicente Fonseca (30/04/1783);
. Silvestre Henriques Aires da Cunha (07/05/1790)
- extraordinário;
. António Manoel Martins Ferreira (29/11/1802);

Contadoria Geral da Africa Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baía:

. Joaquim José Colaço (22/04/1767);
. Teotónio Rodrigues de Carvalho (22/04/1767);
. José Joaquim da Costa (28/03/1768);
. Lourenço do Nascimento (28/03/1768);
. João Pedro de Morais (15/05/1770);
. Joaquim José de Almeida (03/01/1774);
. António Carvalho (25/11/1774);
. José Gregório Escarlate (22/12/1774);
. Manuel José Rodrigues Bolonha (06/05/1776);
. José Romão Jeunot (25/10/1781);
. Manuel Luís Castro (25/10/1781);
. Paulino Anselmo Lombardi (08/08/1782);
. António da Costa Freire (11/01/1783);
. Jerónimo Freire Gameiro (11/01/1783);
. José da Silva Machado (11/01/1783);
. Sebastião Vaz Souto (11/01/1783);
. Luís José de Barros (10/11/1783);
. Joaquim da Costa e Silva (08/06/1786);
. Pedro Freire Gameiro (07/05/1790);
. Joaquim Fernandes Prego (17/11/1802);
. António Manuel Granate Curvo (03/10/1803);
. José Porfirio Rodrigues (03/10/1803);
. Raimundo Monnato Hyacinto (03/10/1803);
. José de Resende Costa (28/02/1804);
. Francisco de Assis Groot da Silva (14/07/1807);

Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu Termo:

. António Maria Trinité (02/01/1788);
. Francisco de Paula Robim (02/01/1788);
. João Ferreira Lima (02/01/1788);
. Inácio Pedro de Abreu Rosado (02/05/1788).

Contadoria Geral da Província da Estremadura:

. José Joaquim Antunes da Silva (03/12/1802);

. Sebastião José Jácome da Costa (05/03/1803);
. Manuel José Cândido d'Oliveira e Gama (03/10/1803);
. Inácio Pedro Damásio (30/12/1807);
. José Joaquim Ferreira de Carvalho (30/12/1807).

+ - Datas de Decreto
@ - Data de Portaria

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

- AHTC. Erário Régio, nº 407: **Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real: 1768 - 1771.**

- AHTC. Erário Régio, nº 461: **Livro de posses [dos Funcionários] do Erário Régio: 1762 - 1829.**

- AHTC. Erário Régio, nº 462: **Livro de assentamento geral dos oficiais e mais empregados no Real Erário, na conformidade do Decreto e Portarias de 6 de Outubro de 1827.**

- AHTC. Erário Régio, nº 2208 : **Livro de registo de decretos, avisos, portarias, ordens e representações da Contadoria Geral de Lisboa e seu termo: 1787 - 1800.**

- AHTC. Erário Régio, nº 2222: **Livro de registo de decretos, portarias, alvarás, avisos, provisões e ofícios da Repartição Geral dasTropas da Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura: 1763 - 1819.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4098: **Livro de registo de decretos, avisos, portarias e despachos da Contadoria Geral do Rio de Janeiro : 1801 - 1807.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4102 : **Caderno de registo de decretos, avisos e portarias: 1791 - 1801.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4258 : **Livro de registo de decretos, ordens, portarias e avisos da Contadoria Geral da Africa Ocidental, Maranhão e Baía : 1807 - 1817.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4307: **Livro de registo de decretos, portarias,avisos, provisões e mais ordens relativos ao donativo dos 4% : 1780 - 1782.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4353: **Livro de informações sobre diversos assuntos respeitantes a Goa e Moçambique : 1828- 1834.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4355: **Livro de registo de decretos, avisos, portarias e despachos da Contadoria do Rio e Baía : 1821 - 1825.**

- AHTC. Erário Régio, nº 4370 : **Livro de registo de decretos, avisos, portarias e despachos : 1828 - 1832.**

2. Fontes impressas

- BESSA, José Marcelino de Almeida - **Manual parlamentar para uso dos senhores deputados da Nação Portugueza.** Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

- **Collecção de Leis, Decretos e Alvarás** ...t.I; t. II; t. III; t. V; t. VI; t. XII; t. XIV; t. XVII.

- FRANCO, António de Sousa - **O presente e o futuro das instituições de controlo financeiro com natureza jurisdicional: notas sobre a jurisdição financeira num mundo em mudança.** Lisboa, Tribunal de Contas, 1992.

- FRANCO, António de Sousa; PAIXÂO, Judite Cavaleiro; SANTOS, Maria Filomena Tavares - **Origem e evolução do Tribunal de Contas de Portugal.** Lisboa, Tribunal de Contas, 1992.

- GUERRA, Luís de Bivar; FERREIRA, Manuel Maria - **Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas.** Lisboa, Tribunal de Contas, 1950.

- LOBO, Ferreira - **Regimento do Tribunal de Contas: colligido e annotado.** Lisboa, 1872.

- MARTINS,Guilherme d'Oliveira - **O Ministério das Finanças: subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.** Lisboa, Ministério das Finanças, 1988.

- MOREIRA,Alzira Teixeira Leite - **Inventário do Fundo Geral do**

Erário Régio: Arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa, Tribunal de Contas, 1977.

- Idem - **Presidentes do Real Erário.** "Boletim do Tribunal de Contas", Lisboa, 16, Dez. 1983, p. 61-77.

- PAIXÃO, Judite Cavaleiro - **600 anos do Tribunal de Contas, 1389 - 1989: um passado, uma história.** pref. de A.de Sousa Franco. Lisboa, Tribunal de Contas, 1989 [catálogo de exposição].

- PORTUGAL. Tribunal de Contas - **Tribunal de Contas: tradição e modernidade**. apres. de António de Sousa Franco. Lisboa, Tribunal de Contas. [no prelo].

- RATTON, Jacome - **Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências no seu tempo em Portugal: de Março de 1747 a Setembro de 1810.** Lisboa, Fenda, 1992. [Contém fac-simile da edição de Londres, 1813].

- SARAIVA, José Mendes da Cunha - **A administração superior da Fazenda e os seus ministros.** Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1952.

- TOMAZ, Fernando - **As finanças do Estado pombalino: 1762 - 1776.** Sep. de "Estudos e Ensaios", pp. 355-388. [s.l.,s.n.], 1988.

3. TRIBUNAL DO TESOURO PÚBLICO

(16.05.1832 - 18.09.1844)

3.1. **Caracterização**

Criado em 1832, pelo Decreto nº 22 de 16 de Maio, promulgado em Ponta Delgada por D. Pedro, o Tribunal do Tesouro Público conheceu, até à data da sua extinção em 1844, as atribulações próprias de uma época particularmente conturbada.

O organismo que o antecedeu - o Erário Régio, símbolo do reforço do Estado absoluto preconizado por Pombal - há muito que entrara num processo de decadência.

O secretismo e complexidade das suas contas favoreciam a corrupção, traduzida, por exemplo, na irregularidade da cobrança dos rendimentos.

Na Carta Constitucional de 1826, no artº 136º, mencionava-se já a necessidade de atribuír a um Tribunal, designado por Tesouro Público, a administração das receitas e despesas do Estado.

No entanto, só em 1832, sob a influência das novas ideias políticas e com o advento da Monarquia Constitucional, e na sequência do Relatório de Mouzinho da Silveira sobre a organização da Fazenda, reforma da Justiça e estabelecimento da Administração Pública, foi extinto o Erário Régio e criado o Tribunal do Tesouro Público.

Os diversos diplomas elaborados por Mouzinho da Silveira em 1832 (1) contém um novo projecto para a edificação de uma nova sociedade de cariz liberal : "a estrutura da Nação caíra às mãos de Mouzinho." (2)

O Relatório de 16 de Maio apresenta, na parte respeitante ao estado da Fazenda, os males de que enfermava o "velho e monstruoso Erário; não podia continuar a arrecadação depositada em pessoas de outra órbita, e não conhecidas nem aprovadas pelo Ministério da Fazenda."

Quanto à administração do dinheiro público "era deslocado de onde devia ser

---

(1) Decº de 4 de Abril: abolição dos pequenos vínculos;
Decº de 19 de Abril: extinção das sisas gerais;
Decºs nºs 22, 23 e 24 de 16 de Maio: reforma da Fazenda, Administração Pública e Justiça;
Decº de 30 de Julho: extinção dos dízimos;
Decº de 13 de Agosto: extinção dos forais e bens da Coroa.

(2) Cf. OLIVEIRA MARTINS - Portugal Contemporâneo. Porto, Lello & Irmão, 1981. Vol. II, p. 12.

gasto, e transferido sem cálculo segundo a necessidade do momento, e nenhuma fiança segurava na origem a fazenda pública."

Ao Tribunal do Tesouro Público, a que presidia o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, era atribuída, entre outras, a função de "corrigir todos os abusos da administração da Fazenda" (artº 6º) podendo "promiscuamente com o Governo, ordenar visitas de surpreza a todos os livros de arrecadação pública." (artº7º)

Duas das inovações introduzidas por este Decreto dizem respeito à extinção da propriedade dos ofícios da Fazenda e à obrigação de as contas de receita e despesa do Estado serem publicitadas, contrariando o anterior sigilo das contas. Esta última determinação já fora expressa no artº 233º da Constituição de 1822 em que se dispunha que, uma vez aprovada pelas Cortes, devia a conta geral da receita e despesa de cada ano ser publicada na imprensa.

Também no artº 138º da Carta Constitucional de 1826 se dispunha a obrigatoriedade de o Ministro e Secretário de Estado da Fazenda apresentar, anualmente, na Câmara dos Deputados, um balanço geral da receita e despesa do ano anterior bem como um orçamento geral de todas as despesas públicas para o ano seguinte.

Segundo o artº 11º do Decreto nº 22, de 16 de Maio de 1832, ao Tribunal do Tesouro Público competia a preparação do "Budget" do ano antecedente, para a sua apresentação anual nas Câmaras.

Do "Budget" deveria constar a receita do ano, a despesa ordinária e extraordinária, o estado da dívida e sistema adoptado para o seu pagamento e quanto se pagara efectivamente.

O Ministro da Fazenda era particularmente responsável caso não apresentasse o "Budget" às Câmaras no princípio de cada sessão ordinária e por suprimir ao exame das Cortes o "Budget" remetido pelo Tribunal do Tesouro Público.

Apesar do Decreto que cria o Tribunal do Tesouro Público datar de 1832 só em 9 de Março de 1842 é promulgado um outro Decreto determinando que o Tribunal do Tesouro Público inicie imediatamente as funções atribuídas pelo artº 136º da Carta Constitucional.

A este desfasamento temporal subjaz a instabilidade política e as próprias dificuldades económicas da época: o decreto de 16 de Maio de 1832, fora promulgado por D. Pedro quando D. Miguel reinava ainda em Portugal.

Assim, por Decreto de 4 de Junho de 1832, promulgado por D. Pedro em Ponta Delgada, é criada, na Província dos Açores, uma Comissão especial para liquidação de todas as dívidas activas e passivas do Estado.

Integravam-na o Prefeito da Província (na qualidade de Presidente), os três Conselheiros da Prefeitura (na qualidade de Vogais) e um Secretário.

Até 1842 serão criadas outras Comissões com objectivos idênticos mas sem estruturação definitiva.

No Porto, dominada já a cidade pelos Liberais, é criada, por Decreto de 5 de Novembro de 1832, uma Comissão constituída por comerciantes da cidade e presidida por Mouzinho da Silveira, na qualidade de Ministro e Secretário de Estado da Fazenda, para expedir os negócios da competência do Tesouro Público.

A 4 de Dezembro de 1832, sob proposta do novo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, José da Silva Carvalho, é criada uma nova Comissão denominada do Tesouro Público, "encarregada da receita e despesa do Estado", presidida pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

Na mesma data é criado o Juízo dos Feitos da Fazenda no Tribunal de Segunda Instância, estabelecido no Porto, exercendo todos os actos de jurisdicção contenciosa que, de acordo com a lei, competiam aos Juízes dos Feitos da Fazenda e aos vários Tribunais que operavam com questões relativas à Fazenda Pública, cabendo ao Juízo dos Feitos da Fazenda o julgamento, em última instância, de todos os conflitos decorrentes destas matérias.

Por Decreto de 31 de Julho de 1833 é extinto, na conformidade do disposto no Decreto nº 22, de 16 de Maio de 1832, o Tribunal do Conselho da Fazenda.

Por Decreto de 6 de Agosto do mesmo ano, é extinta a Junta da Administração do Tabaco, transitando as suas competências administrativas para o Tesouro Público.

Com esta medida procurava-se pôr em prática a extinção dos cargos da Junta do Tabaco, determinada igualmente pelo Decreto nº 22, de 16 de Maio de 1832, bem como consolidar o que fora, pelo mesmo Decreto, definido como Tesouro Público Nacional: " a união de todos os direitos, rendimentos e bens da Fazenda Pública." (Tít. I, artº 5º)

A 9 de Agosto de 1833 é promulgado o Decreto que extingue os Tribunais do Conselho da Real Casa e Estado das Senhoras Raínhas, da Junta da Casa de Bragança e da Junta da Casa do Infantado.

A Casa das Senhoras Raínhas é incorporada nos Bens Nacionais, passando a ser administrada pelo Tesouro Público.

Os rendimentos da Casa de Bragança, e da Casa do Infantado, passam a ter administração particular.

Pelo mesmo Decreto é criada uma Comissão para liquidação dos rendimentos da Casa de Bragança (entre Abril de 1801 e a data deste Decreto) e para elaboração das propostas de indemnização; por Decreto de 21 de Outubro deste mesmo ano é criada uma Comissão para administrar os rendimentos da Casa do Infantado.

O Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens é extinto por Decreto de 16 de Agosto de 1833, transitando para o Tesouro Público as suas atribuições administrativas.

Por Decreto de 30 de Agosto de 1833, é extinto o Conselho Ultramarino, ficando cometidas ao Tesouro Público as suas atribuições administrativas.

A 14 de Setembro é criada mais uma Comissão, desta feita para liquidação das contas do extinto Erário Régio.

Em 1834, por Decreto de 7 de Abril, é o Tribunal do Tesouro Público autorizado a "proceder em hasta pública à venda de quaisquer Bens nacionaes, podendo admitir todo,ou parte do pagamento, em Apólices, Cédulas, ou Títulos liquidados da Dívida Pública."

Já por Decreto de 24 de Janeiro fora o Tribunal do Tesouro Público autorizado a proceder à venda dos bens das capelas vagas como forma de amortização do Empréstimo Patriótico. (3)

28 de Maio de 1834 marca a data em que, na sequência do relatório do Ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar, são extintas as Ordens Religiosas e confiscados os seus bens.

Por Portaria de 17 de Junho são estabelecidas as instrucções sobre a forma como a Comissão de Liquidação do extinto Erário Régio deve informar o Tribunal do Tesouro Público sobre a liquidação da dívida pública entre 1 de Outubro de 1822 e 31 de Julho de 1833.

A esta Comissão competia, em resposta a requerimento de credores da Fazenda Nacional, verificar se existia diploma régio ou registo que autorizasse a dívida. Caso não existisse, deveria a Comissão indicar ao Tribunal do Tesouro Público qual o documento que justificava e legalizava a dívida.

Por Portaria de 20 de Junho de 1834, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, José da Silva Carvalho, refere que a extinção do Erário Régio, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência, Junta do Tabaco, Casa das Senhoras Raínhas e Casa do Infantado e a incorporação, nos bens nacionais, dos bens confiscados às Ordens religiosas, originara um avolumar do expediente do Tesouro tornando insuficiente o número de funcionários existentes.

Silva Carvalho recomendava que o expediente da Comissão do Tesouro se fizesse por uma repartição única com o título de Contadoria.

Por Decreto da mesma data é definida a estrutura, funcionamento e número de funcionários do Tribunal do Tesouro Público: o expediente e serviço do Tribunal é feito por uma Contadoria dividida em seis repartições que teriam a seu cargo, respectivamente:

1ª) tributos directos
2ª) tributos indirectos
3ª) próprios nacionais

---

(3) Contribuição extraordinária que recaíra sobre os proprietários, negociantes e capitalistas do Porto com o objectivo de custear as despesas com a guerra.
Por Decreto de 20 de Julho de 1833, tinham sido considerados como hipoteca legal a esta dívida, os Bens Nacionais de raíz em geral.

4ª) receita extraordinária
5ª) despesa em geral
6ª)contabilidade do Tesouro (também denominada Repartição Central)

Um Decreto de 16 de Julho de 1834 determina que os negócios da competência da Comissão de Liquidação do extinto Erário Régio transitem para uma repartição central dividida em duas secções: dívida activa e dívida passiva.

O mesmo diploma determina a redução para 60 do número de funcionários desta Comissão.

A administração dos bens e rendimentos da Casa da Bragança é atribuída ao Tesouro Público, por Decreto de 15 de Dezembro do mesmo ano.

A 28 de Janeiro de 1835 é publicada uma Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda em que se solicita, ao Tribunal do Tesouro Público, informação sobre a existência de funcionários com mais de um ofício e de funcionários em regime de comissão temporária.

Em aditamento a esta Portaria, foi publicada uma outra, em 27 de Junho, em que se solicitava que, em virtude da proibição de o mesmo indivíduo ocupar mais de um cargo público, sejam estes casos participados à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Um Decreto de 12 de Junho de 1835, assinado pelo novo Ministro Francisco António de Campos, determinava que se procedesse à uniformização da contabilidade do Ministérios com a contabilidade geral do Tesouro Público, reunindo-a numa só conta com o objectivo de tornar mais clara a apresentação anual das contas às Cortes.

Assim, em cada Ministério, deveria ser adoptada uma escrituração central por partidas dobradas, ficando esta tarefa a cargo de secções especiais dentro de cada organismo.

Os modelos e instrucções necessárias a esta uniformização deveriam ser enviadas, aos diversos Ministérios, pelo Director-Geral do Tesouro Público.

No entanto, e apesar destas regulamentações, a Comissão de Liquidação do extinto Erário manteve-se em funções se bem que, por Portaria de 17 de Junho de 1836, passasse a ser designada por Comissão Fiscal Liquidatária.

Às suas competências foram acrescentadas a direcção e concentração de todos os trabalhos para a liquidação da dívida activa do Estado, exceptuando-se as contas das extintas Recebedorias Gerais, das Recebedorias de Distrito e das contas posteriores à instalação do Tesouro Público.

Para se proceder nesta conformidade, seria constituída, em cada distrito, uma Comissão que deveria remeter à Comissão Fiscal Liquidatária a documentação necessária. A nível concelhio seriam também constituídas Comissões em articulação com as Comissões Distritais.

A necessidade de reduzir as despesas públicas referida num Relatório de Sá da Bandeira, datado de 26 de Setembro de 1836, originou a publicação de um Decreto da mesma data estabelecendo a redução dos vencimentos dos empregados do Tesouro Público.

Reposta a Constituição de 1822, e com o intuito de garantir o disposto no artº 232º[4], foram publicadas, a 26 de Setembro de 1836, as instrucções sobre a forma de processo e despacho dos negócios a cargo do Tesouro Público. O expediente cabe ao Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, na qualidade de Inspector-Geral do Tesouro Público Nacional; a entrada de documentação continuaria a ser feita na Contadoria do tesouro, na presença do Director-Geral.

Aprovada uma nova Constituição em 1838, determinava-se no seu artº135ºa existência de um Tribunal de Contas cujos membros seriam eleitos pela Câmara dos Deputados, e que teria, como funções, a verificação e liquidação das contas de receita e despesa do Estado.

A sua organização e outras atribuições seriam reguladas por uma lei especial.

No entanto,e apesar do disposto, não chegou a iniciar funções.

Pelo disposto no artº 136º da Constituição de 1838, mantém-se a obrigatoriedade de o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda apresentar anualmente à Câmara dos Deputados, a conta geral da receita e despesa do Estado do ano findo e o orçamento para o ano seguinte.

Sabemos, no entanto, que esta disposição encontrou embaraços porquanto um Relatório de 30 de Dezembro de 1839 do Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Florido Rodrigues Pereira Ferraz, dava conta do não-cumprimento, por parte de alguns Ministérios, do Decreto de 12 de Junho de 1835, que obrigava à uniformização da contabilidade dos diversos Ministérios pelo que se registava dificuldades na apresentação da Conta Geral do Estado às Cortes. Na sequência deste Relatório é publicado, na mesma data, o Decreto que define as bases da Contabilidade Geral do Estado, estabelecida no Tesouro Público e encarregada à Repartição Central do mesmo Tesouro.

A esta Repartição da Contabilidade Geral competia a coordenação do Orçamento e Contas a apresentar anualmente nas Câmaras Legislativas, cabendo às Contadorias de cada Ministério, de acordo com o Decreto de 12 de Junho de 1835, proceder à escrituração central das respectivas despesas.

As instrucções para o serviço da Repartição do Tesouro Geral estabelecida no

---

(4) "A conta da entrada e sahida do Tesouro Público, bem como a da receita e despeza de cada um dos rendimentos nacionaes, se tomará e fiscalizará nas contadorias do Tesouro, que serão reguladas por um regimento especial"

Tesouro Público, publicado a 7 de Março de 1840, estabeleciam a sua divisão em três secções tendo, a seu cargo, respectivamente :

a 1ª - o exame, aprovação e distribuição das tabelas da receita de todos os Cofres Públicos em que se arrecadavam os rendimentos do Estado e a escrituração das contas individuais dos Contadores da Fazenda, Tesoureiros e Depositários pela gerência desses Cofres;

a 2ª - receita extraordinária;

a 3ª - concentração da contabilidade das duas primeiras; escrituração dos créditos legislativos anualmente atribuídos pelo Orçamento a cada Ministério.

Por Decreto de 14 de Outubro de 1840 mantém-se em funções a Comissão que, junto do Tesouro Público, procede ao exame das contas dos Exactores da Fazenda Nacional.

Esta Comissão passa a denominar-se "Comissão das Contas dos Exactores da Fazenda Pública" sendo composta por cinco membros e com o número de funcionários necessários ao eficaz andamento do expediente.

A Comissão dividir-se-ia em três secções :

- a 1ª secção tinha a seu cargo o exame e recenseamento das contas das extintas Recebedorias Gerais de Província;

-a 2ª secção tinha a seu cargo o exame das contas das extintas Recebedorias Gerais de Distrito;

-a 3ª secção tinha a seu cargo o exame das contas da responsabilidade de todos os Contadores da Fazenda e demais funcionários fiscais.

No artº 16º do mesmo diploma, determinava-se ainda que a Comissão deveria fazer publicar, trimestralmente, no Diário do Governo, a estatística dos seus trabalhos e apresentar anualmente, ao Ministro Inspector-Geral do Tesouro, o exame das contas.

Novamente em vigor a Carta Constitucional, em 1842, foram publicados os Decretos que determinavam a entrada imediata em funções do Tribunal do Tesouro (9 de Março) e estabeleciam o respectivo Regulamento (15 de Abril).

Pelo artº 5º do Decreto de 15 de Abril eram atribuídos ao Tribunal do Tesouro Público a administração, arrecadação e contabilidade da Fazenda Pública, devendo para isso conhecer e, se necessário, corrigir todos os negócios da Fazenda Pública.

Competia-lhe igualmente proceder ou mandar proceder ao arrendamento dos Bens Nacionais, verificar a legalidade e exactidão do lançamento das contribuições directas, expedir instrucções e receber propostas para qualquer transacção da Fazenda, coordenar os orçamentos e as contas anualmente apresentados às Cortes, propôr todas as medidas necessárias ao melhoramento do serviço fiscal e proceder ao recenseamento da Dívida nacional.

Competia-lhe ainda a apresentação diária ao Ministro e Secretário de Estado

dos Negócios da Fazenda das tabelas da existência dos fundos públicos.

Integravam o Tribunal do Tesouro Público, de que era Presidente o Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, oito Conselheiros e ainda o Procurador Geral da Fazenda, abaixo do Conselheiro mais recente, e com voto consultivo que deveria apresentar antes da votação deliberativa.

O serviço do Tribunal do Tesouro Público fazia-se :

- colectivamente, reunindo os seus membros em sessões ordinárias (três vezes por semana) ou extraordinárias;

-parcialmente, dividindo-se os seus membros em secções relativas a objectos especiais;

-individualmente, cometendo a cada um dos membros a inspecção dos negócios da Repartição ou Secção.

Junto do Tribunal do Tesouro Público era estabelecida uma Contadoria, dividida em várias repartições e com as atribuições de Secretaria, à frente da qual estava o Contador-Geral.

Ao Contador-Geral, secretário do Tribunal do Tesouro Público, competia presidir e fiscalizar os trabalhos da Contadoria, fazer o despacho preparatório do expediente da Contadoria, assinar a correspondência oficial sobre o processo preparatório dos mesmos negócios, dirigir a contabilidade das diversas repartições da Contadoria, propôr ao Tribunal o provimento dos lugares vagos e tomar as providências necessárias ao bom funcionamento da Contadoria.

A Contadoria era ainda integrada por um Sub-Director-Geral, Chefes de Repartição e demais funcionários.

Um Decreto de 24 de Maio de 1842 determina que o Tribunal do Tesouro Público proceda ao recenseamento de toda a dívida flutuante posterior a 1 de Agosto de 1833, sendo estabelecidas as respectivas instrucções regulamentares por Decreto de 9 de Agosto do mesmo ano.

Um relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, datado de 12 de Dezembro de 1842, propõe a reforma do sistema de arrecadação das contribuições e rendas públicas locais, proposta essa que será consumada por Decreto da mesma data.

Assim, e para facilitar o sistema , é criado um Cofre Central, em cada distrito administrativo do Reino, onde davam entrada todos os rendimentos públicos do mesmo distrito.

Em cada concelho, ou bairro, seria nomeado pelo Tribunal do Tesouro Público, sob proposta do Governador Civil, um Recebedor das contribuições e renda públicas.(5)

---

(5) A relação dos Delegados colocados nos distritos administrativos é publicada a 15 de Dezembro de 1842

A fiscalização da cobrança dos impostos, e a aplicação do seu produto às despesas dos diversos Ministérios, é atribuída às Repartições de Fazenda dos Governos Civis dirigidas por Delegados do Tesouro nomeados pelo Governo.

Para permitir o cumprimento do artº 10º deste Decreto são publicadas, a 8 de Fevereiro de 1843, as Instrucções Regulamentares para a administração, arrecadação e contabilidade dos rendimentos públicos nos distritos administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes.

Estabelecidas as atribuições da Junta do Crédito Público, por Carta de Lei de 8 de Junho de 1843, alguns rendimentos que até então pertenciam à Junta, passam a ser administrados, arrecadados e fiscalizados pelo Tribunal do Tesouro Público (artºs 5º e 9º).

Por Portaria de 1 de Julho do mesmo ano são estes rendimentos atribuídos às seguintes Repartições do Tribunal do Tesouro Público:

- à 1ª Repartição:
  - três por cento de prédios;
  - novo imposto de criados e cavalgaduras;
  - quinto;
  - maneio de fábricas;
  - quatro por cento de renda de casas;
  - imposto sobre a transmissão de propriedades;
  - selo de verba;
  - sisas;
  - papel selado e oficina litográfica.
- à 3ª Repartição:
  - próprios das comendas vagas.

A 18 de Agosto de 1843 é publicado o Regulamento da Contabilidade do Tesouro Público, sendo-lhe atribuídas as seguintes funções:

-escrituração e receita virtual e efectiva das contribuições e rendimentos anualmente votados pelas Cortes para satisfação das despesas e encargos do Estado;

-movimento dos fundos e sua distribuição aos diferentes Ministérios;

-concentração, numa Conta Geral, de toda a receita e despesa pública anual.

A escrituração da receita virtual e efectiva das contribuições e rendimentos a cargo do Tesouro Público é atribuída à Repartição dos Impostos Directos, Repartição dos Impostos Indirectos e Repartição dos Próprios Nacionais e diversos. A gerência dos Cofres em que entra o produto dessa receita é atribuída à Repartição da Tesouraria Geral.

A conta da receita e despesa pública anual é atribuída à Repartição da Contabilidade Geral.

O novo sistema de escrituração deveria entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1844.

Em 13 de Novembro de 1843, a Comissão Fiscal Liquidatária, enquanto Comissão Especial junto do Tesouro Público, é encarregada da liquidação e exame das contas de todos os Exactores da Fazenda Pública.

Por Decreto de 18 de Setembro de 1844 é reorganizada a Fazenda Pública.

A administração central da Fazenda passa a compreender:

- o serviço central do Ministério da Fazenda, atribuído à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;
- a administração, arrecadação e contabilidade dos impostos e rendimentos públicos, atribuídas ao Tribunal do Tesouro;
- o exame, verificação e julgamento das contas de todos os Exactores da Fazenda e demais responsáveis para com o Tesouro, atribuído ao Conselho Fiscal de Contas.

3.2. Composição inicial e quadro de funcionários:

Pelo Decreto nº 22, de 16 de Maio de 1832:

1 Presidente (6)
7 Conselheiros (7)
Nº de Oficiais (8)

3.3. Reestruturações da organização e do quadro inicial:

Pelo Decreto de 20 de Junho de 1834:

1 Presidente
7 Conselheiros
1 Director Geral
2 Sub-Directores
6 Chefes de Repartição
6 Sub-chefes de Repartição
24 Primeiros Oficiais

---

(6) Lugar ocupado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.
(7) O mais antigo dos Conselheiros substituiria o Presidente no seu impedimento.
(8) Designados por Decreto especial.

30 Oficiais Ordinários
30 Aspirantes
1 Porteiro
2 Ajudantes de Porteiro
6 Contínuos
2 Correios a cavalo
2 Moços

Pelo Regulamento de 15 de Abril de 1842: (9)
1 Presidente
8 Conselheiros
1 Secretário e Director-Geral da Contadoria
1 Sub-Director da Contadoria

3.4. Enumeração dos titulares dos principais cargos e funções:

PRESIDENTE:

. José Xavier Mouzinho da Silveira (03/03/1832); *
. José da Silva Carvalho (12/01/1833); *
. Francisco António Campos (27/05/1835); *
. José da Silva Carvalho (15/07/1835); *
. Francisco António Campos (18/11/1835); *
. José Jorge Loureiro (06/04/1836); *
. José da Silva Carvalho (20/04/1836); *
. Bernardo de Sá Nogueira (10/09/1836); *
. Manuel da Silva Passos (06/11/1836); *
. João Gualberto de Oliveira, Conde de Tojal (01/06/1837) *
. Manuel António de Carvalho (17/04/1838); *
. Flórido Rodrigues Pereira Forjaz (26/11/1839); *
. Manuel Gonçalves Miranda (28/01/1841); *
. João Gualberto de Oliveira, Conde de Tojal (12/03/1841) *
. António José de Ávila (09/06/1841); *

---

(9) O Ministério Público era representado por um Procurador Geral da Fazenda, substituido, no seu impedimento, por um Ajudante.

. José Jorge Loureiro (09/02/1842); *
. João Gualberto de Oliveira, Conde de Tojal (24/02/1842). *

CONSELHEIRO:

. Francisco de Lemos Betencourt (29/09/1833+)
. Alexandre de Abreu Castanheira (08/10/1833);
. José Pereira de Menezes (08/10/1833);
. Marcelino Máximo de Azevedo e Melo, Visconde de Oliveira (08/10/1833)
-exonerado em 11/01/1834 e reintegrado em 13/08/1835;
. Agostinho Albano da Silveira Pinto, Dr. (14/03/1842).

DIRECTOR-GERAL:

. Carlos Morato Roma (21/06/1834+ - 13/09/1836);
. José Joaquim Lobo (09/03/1842+).

SUB-DIRECTOR:

. José Joaquim Lobo (07/07/1834+ - 09/03/1842);
. Domingos António Barbosa Torres (07/07/1834+).

* Ocuparam o cargo na qualidade de Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda.
+ Datas de Decreto

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

-AHTC. Tribunal do Tesouro Público: **Livros de registo de Decretos, Ordens, Ofícios, Portarias, Requerimentos para informações da Comissão do Tesouro Público, Comissão Liquidatária do extinto Erário e Conselho Fiscal de Contas**, nºs 1, 9 e 12.

2. Fontes impressas

- BESSA, José Marcelino de Almeida - **Manual parlamentar para uso dos senhores deputados da Nação Portugueza**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

- LEGISLAÇÃO Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional:
vol. 6 (1829-1834)
vol. 7 (1834-1836)
vol. 8 (1837-1838)
vol. 9 (1839-1841)
vol. 10 (1842-1843)
vol. 11 (1844-1845)

- LOBO, Ferreira - **Regimento do Tribunal de Contas**: colligido e annotado. Lisboa, 1872.

- MANIQUE,António Pedro - **Mouzinho da Silveira: liberalismo e Administração Pública**. Lisboa, Horizonte, 1989.

-MARTINS, Guilherme d'Oliveira - **O Ministério das Finanças: subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda**. Lisboa, Ministério das Finanças, 1986.

-MARTINS, J.P. de Oliveira - **Portugal contemporâneo**. 2 vols. Porto, Lello & Irmão, 1981.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - **O Palácio dos Estaus**. "Boletim do Tribunal de Contas", Lisboa, 18, Jun. 1984, p. 145-157.

- idem - **O Tribunal do Tesouro**. "Boletim do Tribunal de Contas", Lisboa, 17, Mar. 1984, p. 121-133.

- OLIVEIRA, Águedo de - **O centenário do Tribunal de Contas**. Lisboa, ed. do autor, 1949.

-PAIXÃO, Judite Cavaleiro - **600 anos do Tribunal de Contas: 1389 - 1989: um passado, uma história**. pref. de A. de Sousa Franco. Lisboa, Tribunal de Contas, 1989. [catálogo de exposição]

- PEREIRA, Ernesto da Trindade - **O Tribunal de Contas**. Lisboa, Tribunal de Contas, 1962.

Agradece-se a colaboração das técnicas superiores BAD Maria João Pires e Cristina Cardoso.

(continua)

NOTÍCIAS

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E INTERNACIONAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS

JANEIRO A JUNHO DE 1992

1. ACTIVIDADE DO TRIBUNAL DE CONTAS NO DOMÍNIO COMUNITÁRIO

1.1. Auditorias

No âmbito das relações comunitárias, o Tribunal de Contas português desenvolve relações com a comissão das comunidades Europeias, Parlamento Europeu, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas das Comunidades Europeias. É no entanto, com esta última instituição que o Tribunal - na sua qualidade de interlocutor nacional do TCCE- e os seus Serviços de Apoio mantêm um maior número de contactos, devido à natureza das funções que ambas as instituições desempenham no domínio do controlo externo.

Assim, durante o 1° semestre de 1992, e à semelhança dos anos anteriores, o TCCE realizou em Portugal auditorias em diversos domínios, nas quais o Tribunal de Contas português participou, cumprindo na sua totalidade os objectivos previstos no Plano de Acção / 1992 para esta actividade.

Na sequência das auditorias efectuadas, as observações elaboradas pelo Tribunal de Contas das Comunidades Europeias são enviadas através do Tribunal de Contas português aos órgãos e serviços competentes, que devem responder dentro do prazo estabelecido.

Para melhor informação sobre a globalidade da actividade desenvolvida, apresenta-se em seguida um quadro descritivo da mesma.

AUDITORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS COM O TRIBUNAL DE CONTAS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, EM PORTUGAL - 1º SEMESTRE DE 1992

DATA DAS AUDITORIAS	SECTOR	ENTIDADES AUDITADAS	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	OBJECTIVOS	OBSERVAÇÕES
25 de Maio a 5 de Junho	FEDER	CCR-LVT	DGDR, IEFP, D.R. Agricultura, EPAL, D.G. Recursos Naturais, Câmara Municipal de Ourém	Fiscalização de execução dos seguintes programas operacionais (objectivo nº 1 do QCA da reforma dos fundos estruturais, e no âmbito do Reg. (CEE) nº 2052/88 do Conselho de 24/7): - POP do Vale do Tejo	
	FEDER	GEP-ME	DAFSE, DGDR, IEFP, DGES, Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa	- PRODEP	
1 a 6 de Junho	RECURSOS PRÓPRIOS TRADICIONAIS	D.G. das Alfândegas	Delegação Aduaneira de Xabregas, Serviços Centrais da Alfândega de Lisboa	Fiscalização dos procedimentos de controlo relativos à Declaração Periódica (Importações) - Directiva Comunitária 79/695, artºs. 16º e 21º, alterada pela Directiva 90/504/CEE do Conselho de 9/10/90 e cujas instruções foram aprovadas e publicadas na Circular nº 65/92, Série II, da Direcção-Geral das Alfândegas, de 13/4/92	

1.2. Visita a Portugal do Tribunal de Contas das Comunidades Europeias

Na sequência da aprovação do Tratado de Maastricht, que elevou o Tribunal de Contas das Comunidades Europeias a Instituição da Comunidade, a par do Conselho, Parlamento, Comissão e Tribunal de Justiça (e por iniciativa da Presidência Portuguesa das Comuniades Europeias), o Presidente e os demais membros do TCCE efectuaram uma visita a Portugal, de 24 a 29 de Abril.

Do programa da visita, constaram vários encontros e reuniões de trabalho com autoridades portuguesas.

Na reunião com o Tribunal de Contas português, a 28 de Abril, o Presidente do Tribunal, Prof. Dr. António de Sousa Franco, proferiu um discurso sobre o quadro actual da nossa instituição, focando como aspectos principais:

- Uma dinâmica de modernização: o reforço da competência e independência do Tribunal;
- O planeamento e a organização;
- A introdução de novas técnicas;
- As relações internacionais;
- Visão actual e perspectiva do reforço e aperfeiçoamento da fiscalização sucessiva;
- Os recursos humanos e o aperfeiçoamento profissional;
- Desconcentração Regional.

No final, o Presidente do Tribunal de Contas português expressou em nome do Tribunal a inteira disponibilidade deste para aprofundar a sólida cooperação já existente com o TCCE, certo de que a mesma irá contribuir para o enriquecimento e fortalecimento de ambas as Instituições.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS

Para além das acções desenvolvidas como interlocutor nacional do Tribunal de Contas das Comunidades Europeias, o Tribunal de Contas português desenvolveu igualmente uma intensa actividade no domínio das relações internacionais, no 1º semestre de 1992, a saber:

2.1. Relações Bilaterais e cooperação

A) Visita do Sr. Goran Hyltander, Director no "Swedish National Audit Bureau"

A 23de Janeiro, o Tribunal de Contas recebeu a visita do Director no "Swedish National Audit Bureau", a qual teve como principal objectivo conhecer a organização, funcionamento e actividade do nosso Tribunal de Contas e indagar da possibilidade de uma cooperação futura.

B) Cooperação com o Tribunal de Contas da União (TCU), do Brasil

No âmbito do "Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Cultural", celebrado em 1991 pelo Tribunal de Contas português e pelo Tribunal de Contas da União, vários foram os acontecimentos que, ao longo de 1992, contribuiram para o estreitamento das relações entre as duas Instituições Superiores de Controlo, nomeadamente:

. Visitas ao Tribunal de Contas da União, nomeadamente com o fim de preparar o "Glossário em matéria de controlo financeiro externo", para apresentação do Encontro Internacional de 1992 (Mérida e Évora, 3 a 9 de Maio);
. Visita ao Tribunal de Contas do Ministro do Tribunal de Contas da União (Brasil), Dr. Marcos Vilaça.

O Tribunal de Contas português recebeu a visita do Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Marcos Vilaça, que decorreu de 18 a 22 de Maio, durante a qual foram analisados os seguintes pontos:

- Debate e considerações sobre o aperfeiçoamento do "Glossário em matéria de controlo financeiro" elaborado conjuntamente por técnicos portugueses e brasileiros;
- Cooperação no domínio da formação profissional, prevendo-se a realização, a curto prazo, de um programa anual;
- o Mercosul e a Comunidade Europeia.

No decorrer da visita, o Sr. Ministro Dr. Marcos Vilaça teve ainda oportunidade de efectuar uma visita à Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores.

C) Encontro Internacional de 1992

Com a participação das Instituições Superiores de Controlo da América Latina, Espanha e Portugal - tendo como convidados a "Corte dei Conti" de Itália e o "Rechnunsgshof" da Áustria, em representação, respectivamente, da EUROSAI

e da INTOSAI - decorreu em Mérida e Évora, de 3 a 9 de Maio, o evento acima referido e organizado pelos dois países ibéricos.

Este encontro reforçou, uma vez mais, a divulgação externa da imagem positiva do Tribunal de Contas português, contribuindo para um melhor conhecimento do nosso País e das suas Instituições.

Foram apresentados no decorrer deste encontro a 1ª versão do "Glossário em matéria de controlo financeiro" (elaborado pelos Tribunais de Contas da União (Brasil) e de Portugal) e um estudo de investigação sobre a "Origem e Evolução do Tribunal de Contas de Portugal".

D) Visita do Tribunal de Contas da Argentina

O Tribunal de Contas português, recebeu a 15 de Maio, a visita do Presidente do Tribunal de Contas da Argentina, tendo sido trocadas impressões sobre o funcionamento e actividade do Tribunal de Contas português, nomeadamente sobre a sua estrutura organizacional e dos respectivos serviços de apoio, a função jurisdicional, e métodos e técnicas de auditoria empregues.

No decurso desta visita, foi proposto à consideração do Presidente do Tribunal de Contas português, no âmbito da cooperação nesta data anunciada, a realização de acções comuns no domínio da formação profissional.

E) Visita ao Departamento de controlo Financeiro da Roménia

Na sequência de uma visita realizada por uma delegação romena, em 1991, uma delegação do Tribunal de Contas português efectuou de 4 a 9 de Junho, uma visita à Instituição Congénere da Roménia, durante a qual, uma vez mais, foi pedida a continuação da cooperação que o Tribunal de Contas português tem vindo a prestar ao recente Tribunal de Contas romeno e que tem tido relevantes consequências, nomeadamente na própria definição do novo regime legal do Tribunal de Contas da Roménia.

F) Visita aos Tribunais de Contas Belga e Italiano

Uma delegação do Tribunal de Contas visitou o Tribunal de Contas da Bélgica ("Cour des Comptes") e o Tribunal de Contas italiano ("Corte dei Conti") de 25 de Junho a 1 de Julho, tendo como fim, recolher elementos na área da fiscalização prévia.

Para o efeito, teve oportunidade de conhecer e observar "in loco" o funcionamento dos sistemas existentes nestes dois países

2.2. Organizações Internacionais

a) Seminários Preparatórios do 2º Congresso da EUROSAI

Revestiu-se de grande interesse para oTribunal a sua participação no Seminário preparatório do 2º Congresso da EUROSAI, realizado em Praga, a 9 e 10 de Abril, e organizado pelo Ministério Federal de Controlo Financeiro da Checoslováquia e pelo National Audit Office (NAO).

O Seminário incidiu sobre "A Auditoria aos processos de privatização", subtema que se enquadra num âmbito mais vasto, da recente evolução das funções do Estado e da sua relação com o controlo exercido pelas Instituições Superiores de Controlo.

Por outro lado, decorreu, de 27 a 29 de Maio em Istambul, o 2º Seminário preparatório do 2º Congresso da EUROSAI, no qual participou uma delegação do Tribunal de Contas Português.

A agenda deste seminário compreendeu 5 sessões, nas quais foram debatidos os seguintes temas:

1ª sessão: - Estatuto e funções das ISC, presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas da Turquia;
2ª sessão: - Critérios de selecção das áreas de controlo, presidida pelo Auditor Geral da Suécia;
3ª sessão: - Formas de apresentação dos resultados do controlo, presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas de França;
4ª sessão: - Gestão de Pessoal, presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas de Portugal.
5ª sessão: - Conclusões do Seminário, presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas da Comunidade Europeia.

b) Reunião da Comissão da Divida Pública da INTOSAI

A agenda de trabalhos desta reunião, realizada a 11 e 12 de Maio em Londres - na qual participaram duas técnicas superiores do Tribunal de Contas português-

baseou-se num inquérito destinado a recolher elementos sobre as práticas utilizadas nos países participantes nos domínios da gestão e controlo da dívida pública, e sobre as opiniões das respectivas Instituições Superiores de Controlo àcerca daquelas. Adicionalmente o inquérito poderá contribuir para a publicação de uma bibliografia sobre os temas em apreço.

Do desenrolar dos trabalhos, resultou um primeiro projecto de documento para apresentação ao INCOSAI (introdutório às discussões do Subtema II - Dívida Pública no âmbito do INCOSAI), realizado em data posterior (outubro, Washington).

c) Reunião anual do "International Board of Auditors for NATO"

O Director do Gabinete de Estudos participou nesta reunião anual do IBA, a 23 de Junho, em Bruxelas, efectuada conjuntamente com Instituições Nacionais de Controlo Financeiro dos Países membros da OTAN.

A reunião centrou a sua acção na análise do Relatório de Actividades do "International Board of Auditors / 1991".

d) Visita do Director do Departamento de Controlo Interno do Banco Mundial

No âmbito de uma visita alargada a outras Instituições Congéneres, o Sr. Allan Legg, Director do Departamento de Auditoria Interna do Banco Mundial, deslocou-se ao Tribunal de Contas português, a 30 de Junho, para apresentação de propostas de estágio, a serem frequentadas por técnicos superiores do Tribunal de Contas, num dos departamentos de auditoria do Banco Mundial, por um período de dois ou três anos.

INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

NOTA EXPLICATIVA

Com o objectivo de tornar mais acessível a informação de que dispõe, tem vindo a Biblioteca / Centro de Documentação a proceder à divulgação da **Informação Bibliográfica** na Revista do Tribunal de Contas.

Possuindo uma estrutura semelhante à do Boletim, a presente **Informação Bibliográfica**, elaborada no âmbito da actividade da equipa da Biblioteca e Centro de Documentação do Tribunal de Contas, com a coordenação da sua Directora, permite a divulgação e difusão da informação produzida pelo nosso serviço, na medida em que reune as referências relativas às monografias, publicações periódicas e analíticos seleccionados entrados na Biblioteca no 2º semestre de 1992 e integrados na nossa Base de Dados Bibliográficos.

Desta forma, a **Informação Bibliográfica** apresenta a seguinte estrutura:

— Sumário
— Monografias e analíticos de publicações periódicas, apresentados com base na lista de áreas e de microthesaurus do EUROVOC
— Publicaçõers Periódicas
— Índices de assuntos, relativo às monografias e analíticos de publicações periódicas e estruturado de acordo com a lista de descritores elaborada nesta Biblioteca
— Sumários de publicações periódicas seleccionadas

A Directora do Arquivo Histórico e
Biblioteca/Centro de Documentação e Informação

Judite Cavaleiro Paixão

MONOGRAFIAS E ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

ACTIVIDADE POLÍTICA

QUADRO POLÍTICO

92-0001 PP 391
RAMOS, Isabel, e outro
A vertente parlamentar do regime / Isabel Ramos, Luís Torres
In: Eleições. - Lisboa : STAPE. - Nº 2 (Dez. 1991) ; p. 30-32

Regime Parlamentar

930.25
92-0002 GAR*Arq
GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado
Arquivo Salazar : inventário e índices / Maria Madalena Garcia ; pref. Fernando Rosas. - Lisboa : Editorial Estampa: Biblioteca Nacional, 1992. - 684 p. ; 21 cm. - (Imprensa universitária ; 94). - Edição apoiada pelo Instituto Português do Livro e da Leitura e Fundação Calouste Gulbenkian
ISBN 972-33-0863-0

SALAZAR, António de Oliveira, 1889-1970--Arquivo / Estado Corporativo--História--1928-1968

CDU 930.25
321.65

PROCESSO ELEITORAL

342.847
POR*Ele
1

92-0003

PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral.
Eleição da Assembleia da República : 1991 : escrutínio provisório, resultados por freguesia, resultados por concelhos, distritos e regiões autónomas comparados com os de 1987 / Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. - Lisboa : STAPE, 1991. - 404 p. ; 30 cm

Eleição Parlamentar--Resultado Eleitoral--1991

CDU 347.847
342.53

92-0004 PP 391

ARCHER, Graça Miragaia
Processo de votação dos emigrantes dos estados-membros da Comunidade Económica Europeia / Graça Miragaia Archer
In: Eleições. - Lisboa : STAPE. - Nº 2 (Dez. 1991) ; p. 19-29

Migrante--Direito de Voto--CE Países

92-0005 PP 391

MIGUEIS, Jorge
Sistemas eleitorais : breve descrição / Jorge Miguéis
In: Eleições. - Lisboa : STAPE. - Nº 2 (Dez. 1991) ; p. 3-7

Sistema Eleitoral

TRABALHOS PARLAMENTARES

92-0006 PP 536
CLARO, João Martins
A parte final das leis / João Martins Claro
In: Legislação : cadernos de ciência de legislação. - Lisboa : INA. - Nº 3 (Jan.-Mar. 1992) ; p. 47-71

Técnica Jurídica / Processo Legislativo

PODER EXECUTIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

92-0007 323.2
MÁRIO SOARES Mar
Mário Soares : uma presidência aberta : 1986-1991 / coord. de Mário Baptista ; colab. de José Manuel dos Santos. - Lisboa : Editorial Inquérito, cop. 1991. - 351 p. : fotog. ; 30 cm

Soares, Mário, Presidente da República--1986-1991

CDU 323.2
342.511

92-0008 PP 231
DINIS, Júlio Machado
As inspecções de serviços públicos e a evolução da administração pública / Júlio Machado Dinis
In: Revista dos quadros técnicos do Estado. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. - A. 6, 2ª série, nº 6 (Nov.-Dez. 1991) ; p. 25-26

Administração Pública--Modernização Administrativa / Serviço Público--Inspecção do Trabalho

92-0009 PP 231
MOREIRA, António José
Implicações do futuro código de procedimento administrativo na administração pública / António José Moreira
In: Revista dos quadros técnicos do Estado. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. - A. 6, 2ª série, nº 6 (Nov.-Dez. 1991) ; p. 19-20

Administração Pública--Reforma Administrativa

92-0010 PP 231
FERREIRA, Idalino Vaz
O homem novo na administração pública / Idalino Vaz Ferreira
In: Revista dos quadros técnicos do Estado. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. - A. 6, 2ª série, nº 6 (Nov.-Dez. 1991) ; p. 10-15F

Administração Pública--Recursos Humanos / Administração Pública--Mudança Social

35.071.2
92-00011 CON*Adm
CONGRESSO NACIONAL DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, 1º, Lisboa, 1990
A administração dos cidadãos / I Congresso Nacional da Modernização Administrativa. - Lisboa: Secretariado para a Modernização Administrativa, 1991. - 165 p.: gráf.; 24cm
ISBN 972-9400-33-4

Administração Pública--Modernização Administrativa--Congresso--1990

CDU 35.071.2

92-0012 PP 151
ALMEIDA, José Vicente Gomes de
O território autárquico : breves notas introdutórias / José Vicente Gomes de Almeida
In: Boletim trimestral. - Lisboa : Inspecção Geral daAdministração do Território. - A. 3, nº 4 (Set. 1991) ; p.3-10

Autarquia Local--Divisão Administrativa / Autarquia Local--Competência Territorial

92-00013 PP 151
BASTOS, Fernando Rodrigues de
O novo regime jurídico da concessão de exclusivos (publicidade) nos municípios / Fernando Rodrigues de Bastos
In: Boletim trimestral. - Lisboa : Inspecção Geral da Administração do Território. - A. 3, nº 4 (Set. 1991) ; p. 11-61

Portugal. Tribunal de Contas--Autarquia Local--Controlo Financeiro / Autarquia Local--Publicidade / Autarquia Local --Concessão Exclusiva--Regime Jurídico

342.518
92-00014 POR*Lei
PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros
Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros. -Lisboa : Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1992. - 39 p. ; 21 cm. - (Caderno ; 1/92)

Portugal. Conselho de Ministros--Estrutura Orgânica

CDU 342.518
65.014

92-00015 PP 59
NILSSON, Peter
La qualité de l'information des bases de données gouvernanmentales / Peter Nilsson
In: Revue internationale de la vérification des comptes publics. - Washington : INTOSAI. - Vol. 18, nº 3 (Jul. 1991) ; p. 9-11

Administração Pública--Base de Dados--Suécia

92-00016 PP 225
PEREIRA, Elvira, e outro
Os princípios do funcionamento burocrático / Elvira Pereira, Fernando Casqueira
In: Dirigir. - Lisboa : I.E.F.P. - A. 4, nº 22 (Fev.1992) ; p. 36-39

Weber, Max, 1864-1920 / Burocracia

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

POLÍTICA INTERNACIONAL

92-0017 PP 212
BAPTISTA, Mário
Um desafio de concertação mundial / Mário Baptista
In: Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 12-20

Relação Económica--Europa Ocidental--Países de Leste / Economia Internacional--Relação Norte-Sul

339.5
92-0018 POR*Aco
PORTUGAL. Tratados, etc., 1991 5
Acordos de Portugal com outros países e organismos internacionais dentro da área económica / Direcção- Geral do Comércio Externo. - Lisboa : Direcção de Serviços de Documentação e Informação da D. G. C. E., 1991. - 21 p. ; 30 cm

Portugal--Acordo Internacional / Portugal--Acordo Económico / Portugal--Cooperação Internacional

CDU 339.5

92-0019 327
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Nor
Norte-Sul : futuro em conjunto ou nenhum futuro : extractos dos relatórios apresentados ao Parlamento Europeu aquando do debate sobre a cooperação

Norte-Sul / Comissão das Comunidades Europeias. - Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 1987. - 31 p. : il. ; 23 cm. -
Extractos dos relatórios apresentados ao Parlamento Europeu aquando do debate sobre a cooperação Norte-Sul

Política Internacional--Relação Norte-Sul

CDU 327

POLÍTICA EXTERNA E COOPERAÇÃO

92-0020 PP 225
OCDE. Comité d'Aide pour le Développement
L'aide au développement : les chiffres / Comité d'Aide pour le Dévéloppement de l'OCDE
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2255 (Dez. 1991) ; p. 23-28

Ajuda ao Desenvolvimento--Ajuda Económica--País em Desenvolvimento

92-0021 339.96
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Aju
A ajuda pública ao desenvolvimento por parte da Comunidade Europeia e dos seus estados-membros / Comissão das Comunidades Europeias. - Bruxelas : Comissão das
Comunidades Europeias, 1988. - 20 p. : gráf. ; 30 cm. - (Desenvolvimento ; 57)

Política de Ajuda ao Desenvolvimento--CE Países / Ajuda Comunitária--País em Desenvolvimento

CDU 339.96

COMUNIDADES EUROPEIAS

339.92CE
92-0022 CEE*Com
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão 1
A Comunidade dos doze : números-chave / Comissão das Comunidades Europeias. - Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1991. - 31
p. : il. ; 23 cm. - (O Dossier da Europa ; 6-7/1991)

Comunidade Europeia--Dados Estatísticos / Comunidade Europeia--Indicador Económico--Indicador Social

CDU 339.32CE

INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS E FUNÇÃO PÚBLICA EUROPEIA

92-0023 PP 133
ORSONI, Gilbert
La Cour des Comptes des Communautés Européennes / Gilbert Orsoni
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - Nº 36 (1991) ; p. 77-90

Tribunal de Contas Europeu

DIREITO COMUNITÁRIO

341.1CEE
92-0024 CEE*Rep
COMUNIDADE EUROPEIA 11
Repertório da legislação comunitária em vigor e de outros actos das instituições comunitárias / Comunidade Europeia. - 17ª ed. - Luxemburgo : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1991. - 2 v. ; 30 cm. - 1º vol.: Repertório analítico. - XXV, 793 p. - 2º vol. : Indice cronológico ; Indice

alfabético. - V, 189 p.
ISBN 92-77-71295-3

Direito Comunitário

CDU 341.1CEE

92-0025 341.1CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Ano
1992 : um ano charneira : discurso do Presidente Jacques Delors proferido perante o Parlamento Europeu ; Do acto único ao pós-Maastricht : os meios para realizar as nossas ambições ; Programa de trabalho da Comissão para 1992 / Comissão das Comunidades Europeias. - Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1991. - 55 p. ; 25 cm. - Sep. de "Boletim das Comunidades Europeias", nº 1/92
ISBN 92-826-3845-6

Comissão das Comunidades Europeias --Programa de Acção--1992 / Acto Unico Europeu--1988-1997

CDU 341.1CE

92-0026 341.1CE
KAPTEYN, P. J. G., e outro KAP*Int
Introduction to the law of the European Communities : after the coming into force of the single european act / by P. J. G. Kapteyn and P. Verloren Van Themaat. - 2nd. ed. / edited by Laurence W. Gormeley. - Deventer (Boston) : Kluwer Lau and Taxation Publishers, 1990. - 224 p. ; 26 cm
ISBN 90-6544-456-4

Tribunal de Contas Europeu / Direito Comunitário / Política Comunitária / Integração Europeia--Portugal--Espanha

CDU 341.1CE

INTEGRAÇÃO EUROPEIA

92-0027 PP 522
REBELO, Rudolfo
Comunidade a quantum obrigas / Rudolfo Rebelo
In: Exame : negócios em revista. - Lisboa : Exame. - A.3, nº 35 (Fev. 1992); p. 75-77

Economia Nacional--Adesão à Comunidade Europeia

92-0028 PP 532
SANTOS, Francisco L. dos
Adesão à Europa e competitividade / Francisco L. dos Santos
In : Dirigir : revista para chefias. - Lisboa : Instituto do Emprego e Formação Profissional. - Nº 21 (Nov.-Dez. 1991) ; p. 7-12

Adesão à Comunidade Europeia--Mercado Unico Europeu / Política da Empresa--Competitividade

92-0029 PP 212
CRAVINHO, João
Portugal deve inverter postura política na Comunidade / João Cravinho
In: Cadernos de economia. - Lisboa: MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 77-78

Economia Nacional--Política Económica--Integração Europeia

92-0030 PP 212
SOUSA, António de
Portugal face às transformações no Leste Europeu / António de Sousa
In: Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991) ; p. 58-60

Alargamento da Comunidade--Consequências Económicas / Economia Nacional-

-Independência Económica

92-0031 PP 212
CONSTANCIO, Vitor
Uma múltipla Europa-Nação a construir pela CEE / Vitor Constâncio
In : Cadernos de economia. - Lisboa: MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 45-50

Alargamento da Comunidade--Países de Leste

92-0032 PP 212
QUESADO, Francisco Jaime
Os novos compromissos do espaço comunitário / Francisco Jaime Quesado
In: Cadernos de economia. - Lisboa: MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 91-94

Alargamento da Comunidade--Países de Leste

92-0033 339.96
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Lom
Lomé IV : 1990-2000: antecedentes, inovações, melhoramentos / Comissão das Comunidades Europeias. -Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 1990. - 8 p.: il. ; 30 cm. - (Desenvolvimento ; 64)

Convenção de Lomé IV--1990-2000

CDU 339.96

92-0034 327CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Com
A Comunidade Europeia e os seus vizinhos de Leste / Comissão das Comunidades Europeias. - Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1990. - 34 p.: il.; 23 cm. - (Série documentação europeia; 8/1990)
ISBN 92-826-1839-0

Relações da Comunidade--Países de Leste

CDU 327CE

92-0035 PP 212
SOUSA, Alfredo José de
O desafio da integração europeia / Alfredo de Sousa
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, edição especial (Maio 1992) ; p. 11-13

Mercado Unico Europeu--Integração Europeia

92-0036 PP 231
MARTINS, Vitor
Portugal e as comunidades / Vitor Martins
In : Administração : dirigentes e técnicos do Estado. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. - A. 7, 3ª série, nº 1 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 51-54

Conselho das Comunidades Europeias--Política Comunitária--Portugal--1992

339.92
92-0037 POR*Pla
PORTUGAL. Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional
Planos sociais : objectivos 3 e 4 dos fundos estruturais: 1990-1993 / Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional. - Lisboa : Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1989. - 3 v.; 30 cm. - 1º vol.: 146 f.- 2º vol./A : Formação profissional de adultos, desempregados de longa data. - [127] f. - 2º vol./B : Programa de empregos para adultos desempregados de longa duração. - 13 f. - 2º vol./C : Formação/emprego para adultos deficientes desempregados. - 35 f. - 2º vol./F : Formação profissional para inserção de jovens na vida activa. - [35] f. - 2º vol./G : Programas de emprego para jovens à procura de emprego. - 12 f. - 2º vol./H : Formação/emprego para jovens deficientes. - 41 f. Fundos Estruturais--Desenvolvimento Social / FSE--Desemprego de Longa Duração / FSE--Trabalho dos Jovens / Política do Emprego--Reinserção Profissional--Ajuda Comunitária

CDU 339.92

339.92
92-0038 SEM*Fun
SEMINARIO FUNDOS EUROPEUS - QUE FUTURO?, Lisboa, 1991
Fundos estruturais - que futuro? : comunicações apresentadas no Seminário "Fundos Estruturais - Que Futuro? / Ministério do Planeamento e da Administração do Território ; patrocínio da Comissão das Comunidades Europeias. - Lisboa : M.P.A.T., 1992. - 312 p.; 21 cm
ISBN 972-95645-1-5

Fundos Estruturais--Integração Europeia--Mercado Unico Europeu / Integração Europeia--União Económica e Monetária

CDU 339.92

92-0039 339.923CE
GREEN, Nicholas, e outros GRE*Leg
The legal foundations of the single european market / Nicholas Green, Trevor C. Hartley and John A. Usher. - Oxford : University Press, 1992. - LXII, 314 p. ; 27 cm

Mercado Unico Europeu / Direito Comunitário--Livre Circulação de Mercadorias--Livre Circulação de Pessoas / Direito Comunitário--Competitividade

CDU 339.923CE
341.1CE

DIREITO

FONTES E SECTORES DO DIREITO

92-0040 PP 184
MARQUES, Maria Manuel Leitão
A constituição económica depois da segunda revisão constitucional / Maria Manuel Leitão Marques
In : Revista de direito público. - Lisboa : Vulgus. - A. 5, nº 9 (Jan.-Jul. 1991) ; p. 9-33

Direito Constitucional / Constituição--Análise Económica--Portugal / Direito Económico

92-0041 342
CANOTILHO, José Joaquim Gomes CAN*Dir
Direito constitucional / José Joaquim Gomes Canotilho. - 5ª ed., totalmente refundida e aumentada. - Coimbra: Almedina, 1991. - 1214 p. ; 23 cm
ISBN 972-40-0616-6

Direito Constitucional

CDU 342

92-0042 PP 70
MIRANDA, Jorge
Ordem constitucional e fiscalização da constitucionalidade em Macau / Jorge Miranda
In : O Direito. - Lisboa : Associação Promotora de O Direito. - A. 123, nº 4 (Out.-Dez. 1991) ; p. 696-710

Direito Constitucional--Constitucionalidade das Leis--Macau

92-0043 PP 536
VITORINO, António
Os poderes legislativos das regiões autónomas na segunda revisão constitucional / António Vitorino
In : Legislação : cadernos de ciência de legislação. - Lisboa : INA. - Nº 3 (Jan.-Mar. 1992) ; p. 25-45

Revisão da Constituição--1989 / Poder Legislativo--Açores

DIREITO CIVIL

92-0044 PP 184
DENTI, Vittorio
Civil and administrative procedure / Vittorio Denti
In: Revista de direito público. - Lisboa: Vulgus. - A. 5, nº 9 (Jan.-Jul. 1991); p. 87-92

Processo Civil--Itália / Processo Administrativo--Itália

92-0045 PP 184
STURNER, Rolf
Procedure civile et procedure administrative: les differences et leur explication / Rolf Sturner
In : Revista de direito público. - Lisboa : Vulgus. - A. 5, nº 9 (Jan.-Jul. 1991) ; p. 96-110

Processo Civil--Alemanha / Processo Administrativo--Alemanha

347.4
92-0046 VAR*Das
VARELA, João de Matos Antunes 1
Das obrigações em geral / Antunes Varela. - 7ª ed. rev. e actualizada. - Coimbra: Almedina, 1991. - v. ; 23 cm. -

Obrigações

CDU 347.4

92-0047 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Responsabilidade civil extra-contratual / Provedor de Justiça
In : Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 299-300

Responsabilidade Civil--Responsabilidade Contratual

92-0048 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Inconstitucionalidade de fixação de indemnizações de bens nacionalizados / Provedor de Justiça
In : Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 49-69

Constitucionalidade das Leis--Nacionalização--Indemnização

92-0049 PP 66
VARELA, João de Matos Antunes
A reforma do processo civil /Antunes Varela
In : Revista de legislação e jurisprudência. - Coimbra: Coimbra Editora. - A. 124, nº 3810 (Jan. 1992); p. 257-259. - Continuação do artigo publicado nos números 3803 a 3807, 3809 e 3810 desta publicação

Processo Civil--Reforma Legislativa

DIREITO ADMINISTRATIVO

92-0050 PP 184
FONSECA, Guilherme Pereira da
Différences entre la procedure civil et la procedure du contentieux administratif / Guilherme Pereira da Fonseca
In: Revista de direito público. - Lisboa: Vulgus. - A. 5, nº 9 (Jan.-Jul. 1991); p. 79-85

Direito Administrativo--Direito Comparado / Processo Civil / Contencioso Administrativo

92-0051 PP 184
JOSÉ, Rosendo Dias
Sanções administrativas / Rosendo Dias José
In : Revista de direito público. - Lisboa : Vulgus. - A. 5, nº 9 (Jan.-Jul. 1991) ; p. 37-64

Portugal. Tribunal Administrativo / Direito Administrativo--Sanção Administrativa

92-0052 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Processo administrativo : direito de petição : reclamação / Provedor de Justiça In : Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 286-290

Processo Administrativo

35.077.3(094.4)
92-0053 POR*Cod
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código de Procedimento Administrativo, 1991
Código de procedimento administrativo : jurisprudência / anotado e comentado por José Manuel da S. Santos Botelho, Américo J. Pires Esteves, José Cândido de Pinho. - Coimbra: Almedina, 1992. - 593 p. ; 25 cm

Processo Administrativo--Código Jurídico--1991

DIREITO PENAL

343.2
92-0054 CUR*Dir
CURSO INTERNACIONAL DE CRIMINOLOGIA, 37º, Lisboa, 1986
O direito penal em acção numa sociedade em evolução: actas do XXXVIIº Curso Internacional de Criminologia / Ministério da Justiça. - Lisboa : Centro de Estudos Judiciários, 1989. - 253 p. ; 30 cm

Direito Penal / Criminologia

CDU 343.2

JURISDIÇÃO

347.9
92-0055 POR*Org
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. 1
Organização judiciária de Macau. - Macau : Imprensa Oficial, 1992. - 174 p. ; 22 cm

Macau. Tribunal de Contas / Organização Judiciária--Jurisdição Comum--Macau

CDU 347.9(512.318)
336.126.55(512.318)

DIREITO INTERNACIONAL

92-0056 PP 70
AMARAL, Maria Lúcia
A Alemanha reunificada e a lei fundamental de Bona / Maria Lúcia Amaral
In : O direito. - Lisboa : Associação Promotora de "O Direito". - A. 123, nº 4 (Out.-Dez. 1991) ; p. 626-648

Alemanha--Unificação Nacional--1990

DIREITOS E LIBERDADES

92-0057 PP 132
CAMARA, Francisco de Sousa da
Direitos e garantias dos contribuintes / Francisco de Sousa da Câmara
In : Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 35 (Out. 1991) ; p. 6-25

Direito Fiscal--Contribuintes

92-0058 PP 476
LEBRETON, Gilles
La declaration sovietique des droits de l'homme du 5 Septembre 1991 : un legs de l'URSS à la CEI / Gilles Lebreton
In : Revue du droit public et de la science politique en France et à l'étranger. - Paris : Librairie Générale de Droite et de Jurisprudence. - N° 2 (Mar.- Abr. 1992) ; p. 281-313

CEI--Direitos do Homem--1991

92-0059 341.1CE
CHUECA SANCHO, Angel G. CHU*Der
Los derechos fundamentales de la Comunidad Europea / Angel G. Chueca Sancho. - Barcelona : Bosch, 1989. - XIV, 422 p. ; 22 cm

Comunidade Europeia--Direitos do Indivíduo

CDU 341.1CE
342.7

ACTIVIDADE ECONÓMICA

POLÍTICA ECONÓMICA

92-0060 PP 221
OCDE
L'élaboration de la politique économique depuis le millieu des années 60 / OCDE
In : Perspectives économiques de l'OCDE. - Paris : OCDE. - N° 50 (Dez. 1991). - p. 1-13

Política Económica--OCDE Países--1960-1990

92-0061 330.101
SHERMAN, Howard J. SHE*Fou
Foundations of radical political economy / Howard J. Sherman. - London : M. E.

Sharpe, cop. 1987. - XI, 425 p.: 23 cm
ISBN 0-87332-431-5

Ciência Económica / Política Económica--Socialismo / Economia de Mercado

CDU 330.101
338.22

92-0062 PP 524
NOVAS METAS PARA 4 ANOS
Novas metas para 4 anos : objectivos de política económica
In : Valor. - Lisboa : S. T. & S. F., Sociedade de Publicações. - A. 1, nº 7 (Dez. 1991); p. 17

Economia Nacional--Política Económica--1991

92-0063 PP 212
NUNES, M. Jacinto
A evolução política da URSS e a Europa / M. Jacinto Nunes
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 31-34

Política Económica--URSS--Europa Ocidental

92-0064 PP 212
LOPES, José da Silva
As mudanças no Leste : o BERD e Portugal / José da Silva Lopes
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 51-57

Conversão Económica--Países de Leste / Alargamento da Comunidade--Consequências Económicas / Economia Nacional--Interdependência Económica

92-0065 PP 212
SOUSA, Alfredo de
As novas realidades e a política económica / Alfredo de Sousa
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 35-40

Política Económica--Comunidade Europeia / Economia Nacional--Integração Europeia

92-0066 PP 225
HABEL, Janette
Quelle nouvelle politique économique à Cuba / Janette Habel
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2265 (Mar. 1992) ; p. 23-26

Cuba--Política Económica

92-0067 PP 225
LETKOWSKI, Karol
Assainissement monétaire et transformation structurelles en Pologne : prémiers resultats / Karol Letkowski
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2265 (Mar. 1992) ; p. 15-22

Polónia--Conversão Económica--Economia de Mercado / Polónia--Previsão Económica--1991-1993

92-0068 PP 225
OCDE
La reforme de l'économie tchécoslovaque / OCDE
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2265 (Mar. 1992) ; p. 7-14

Checoslováquia--Conversão Económica--Economia de Mercado / Checoslováquia--Análise Económica--1980-1991

92-0069 PP 225
MOUGEY, Yves
Espagne : enjeux et limits d'une politique de competitivité / Yves Mougey
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation
Française. - N° 2665 (Mar. 1992) ; p. 28-31

Espanha--Política Económica--Política Monetária--1986-1991

CRESCIMENTO ECONÓMICO

92-0070 PP 225
BANCO MUNDIAL
La Banque Mundiale et la réforme de l'état dans les pays en dévéloppement / Banque Mondiale
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - N. 2255 (Dez. 1991); p. 6-11

Política Económica--País em Desenvolvimento / País em Desenvolvimento--Regime Político

92-0071 PP 225
ANTONELLI, Christiano
Croissance économique et diffusion internationale des innovations / Christiano Antonelli
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation
Française. - N° 2257 (Jan. 1992) ; p. 23-30

País em Desenvolvimento--Crescimento Económico--Transferência de Tecnologia / Nova Tecnologia--País em Desenvolvimento

92-0072 PP 212
MATOS, Jorge Rocha de
Modernização deve ser acelerada / Jorge Rocha de Matos
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 87-88

Economia Nacional--Desenvolvimento Económico

92-0073 338.22
PROENÇA, Carlos Sangreman PRO*Pol
Políticas de estabilização e ajustamento estrutural em Africa / Carlos Sangreman Proença. - Lisboa : Instituto de Economia e Gestão, 1991. - 34, 14 f. ; 30 cm (Documento de trabalho ; 21/91). - Comunicação apresentada no quadro do Seminário do Departamento de Economia

Política Económica--Estabilização Económica--Africa

CDU 338.22(6)
330.36(6)

63
92-0074 CON*Com
CONGRESSO INTERNACIONAL "TRADITION ET MODERNIZATION EN AFRIQUE D'AUJOURD'HUI", 3°, Budapeste-Godolo, 1989
Comunicações do IICT apresentadas ao 3° Congresso Internacional "Tradition et Modernization en Afrique d'Aujourd'hui. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991. - 24 p.; 30 cm. - (Comunicações: série ciências agrárias; 6)

Fome--Crescimento da População--País em Desenvolvimento / Recursos Alimentares--Política de Desenvolvimento--Africa

CDU 63(6)

92-0075 PP 615
FONT, Rafael F.
El gerente financiero y los proyetos de desarrollo / Rafael F. Font
In : Horizontes. - Lima : ILACIF. - N° 19 (Set.-Dez. 1990); p. 15-16

Desenvolvimento Económico--América Latina / Finanças Públicas--América Latina

92-0076 PP 225
PERENNES, Jean-Jacques, e outro
Démocratie et développement au Sud / Jean-Jacques Perennes, Hugues Puel
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2266 (Mar. 1992). - p. 1-5

Desenvolvimento Económico--País em Desenvolvimento / Regime Político--País em Desenvolvimento

ESTRUTURA ECONÓMICA

92-0077 PP 132
CADILHE, Miguel
A UEM e a política macroeconómica em Portugal / Miguel Cadilhe
In : Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 28 (Dez. 1991); p. 15-22

Política Económica--União Económica e Monetária

92-0078 PP 212
SILVA, António Manuel Barbosa da
A gestão orçamental no contexto da UEM / António Barbosa da Silva
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 17 (Out.-Dez. 1991); p. 96-98

União Económica e Monetária--Política Orçamental

92-0079 PP 212
DIAS, José Manuel da Graça
As relações entre a UEM e o desenvolvimento industrial / José Manuel da Graça Dias
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 19 (Abr.-Jun. 1992); p. 35-41

União Económica e Monetária / Política Industrial--Desenvolvimento Industrial

92-0080 PP 212
CADILHE, Miguel
Inflação, UEM e Portugal / Miguel Cadilhe
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, edição especial (Maio 1992); p. 24-28

União Económica e Monetária--Consequências Económicas / Política Económica--Inflação

92-0081 PP 212
CONSTANCIO, Vitor
Transição difícil / Vitor Constâncio
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, edição especial (Maio 1992); p. 14-18

União Económica e Monetária--Consequências Económicas

92-0082 PP 231
PEREIRA, Jorge Alves
Reflexões sobre a economia pública : a função económica do Estado / Jorge Alves Pereira
In : Administração : dirigentes e técnicos do Estado. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. - A. 7, 3ª série, nº 1 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 63-64

Economia Pública

ANÁLISE ECONÓMICA

92-0083 PP 524
HERNANDEZ PUERTOLAS, Juan
A voz do mestre : Paul Samuelson / entrevista de Juan Hernandez Puertolas
In : Valor. - Lisboa : S. T. & S. F., Sociedade de Publicações. - A. 1, nº 7 (Dez. 1991); p. 53-56

Samuelson, Paul, 1916- / Análise Económica

92-0084 PP 225
BOYER, Robert
Quel avenir pour le modele japonais? / Robert Boyer
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2267 (Mar. 1992); p. 9-14

Japão--Análise Económica--Previsão Económica

INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS

COMÉRCIO INTERNACIONAL

92-0085 PP 212
OLIVEIRA, Fernando Faria de
As negociações do Uruguay Round / Fernando Faria de Oliveira
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 19 (Abr.-Jun. 1992); p. 10-14

Comércio Internacional--GATT / Política Comercial Comum--Livre Circulação de Mercadorias--Liberalização das Trocas

92-0086 PP 212
GAMITO, Manuel
Garantir o crescimento do comércio mundial / Manuel Gamito
In : Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 19 (Abr.-Jun. 1992); p. 15-16

Comércio Internacional--GATT / Política Comercial Comum--Liberalização das Trocas

92-0087 PP 212
SIMOES, Rui Nogueira
A indústria perante o impasse do GATT / Rui Henrique Simões
In: Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 19 (Abr.-Jun. 1992); p. 17-20

Comércio Internacional--GATT / Política Industrial--Desenvolvimento Industrial

COMERCIALIZAÇÃO

92-0088 PP 132
CARLOS, Brás
Locação financeira : reintegrações aceleradas / Brás Carlos
In : Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 37 (Dez. 1991) ; p. 35-36

Locação Financeira

FINANÇAS

336.07
92-0089 Por
PORTUGAL E OS ANOS 90 1
Portugal e os anos 90 : II seminário 1989 / introd. de Carlos Coelho. - [Lisboa] : Unisys, 1990. - 53 p. ; 30 cm. - Contém : O Sistema financeiro português / Alexandre Vaz
Pinto. - p. 7-17. - O mercado como força motriz do desenvolvimento / Emílio Herrera. - p. 19-27. - Os recursos humanos como factor estratégico de desenvolvimento / José
António Furtado Fernandes. - p. 29-35. - A saúde em Portugal nos anos 90 / Pedro Dias Alves. - p. 37-38

Sistema Financeiro--1992 / Política Comercial--Organização do Mercado / Gestão de Recursos Humanos / Política de Saúde--Saúde Pública

CDU 336.07
339
614

RELAÇÕES MONETÁRIAS

92-0090 PP 225
VITTORI, Jean-Marc
L'ECU, concurrent du dollar? / Jean-Marc Vittori
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - N. 2256 (Jan. 1992); p. 13-16

Sistema Monetário Europeu--ECU

92-0091 PP 225
ARTUS, Patrick
L'Espagne, le SME et la peseta : quelques perspectives / Patrick Artus
In : Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2267 (Mar. 1992); p. 20-27

Sistema Monetário Europeu--Integração Monetária--Espanha/ Espanha--Situação Económica--1989-1990

92-0092 339.7
OCDE
OCDE*Sta
Statistiques de la dette extérieure : endettement et autres engagements des pays et territoires en developpement, des pays d'Europe Centrale et Orientale et de certains autres pays et territoires / OCDE. - Paris : OCDE, 1991. - 31 p.; 29 cm

Finanças Internacionais--Dívida Externa--Dados Estatísticos--1989-1990

CDU 339.7
319.23

ECONOMIA MONETÁRIA

92-0093 PP 225
BORDES, Christian, e outros
La coordination internationale des politiques monétaires: une evaluation difficile / Christian Bordes, Robert Raymond et Marc Olivier Strauss-Kahn
In : Problèmes économiques. - Paris: La Documentation Française. - Nº 2256 (Jan. 1992); p. 1-6

Economia Internacional--Política Monetária

92-0094 PP 524
LIQUIDEZ DA ECONOMIA ACIMA DAS PREVISÕES EM 1991
Liquidez da economia acima das previsões em 1991
In: Valor. - Lisboa: S. T. & S. F., Sociedade de Publicações. - A. 1, nº 10 (Jan. 1992); p. 19-20

Economia Nacional--Política Monetária--1991 / Mercado Monetário--Liquidez Monetária

92-0095 PP 237
PORTUGAL. Banco de Portugal. Departamento de Estatística e Estudos Económicos
Cronologia das principais medidas da política monetária, financeira e cambial desde Janeiro de 1991 / Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal
In : Síntese mensal de conjuntura. - Lisboa : Banco de Portugal. - A. 5, nº 12 (Dez. 1991); p. IX-XV

Política Monetária--1991 / Política Financeira--1991 / Política Cambial--1991

92-0096 336.74
ESTÊVÃO, João EST*Moe
Moeda e sistema monetário colonial / João Estêvão. - Lisboa: Escher, 1991. - 209

p.; 23 cm. - (Estudos sobre Africa ; 4)

Moeda--História--Território do Ultramar--Séc. 19-20 / Sistema Monetário--Território do Ultramar--1852-1974 / Sistema Bancário--Território do Ultramar--1852-1974

CDU 336.74
359.8

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CRÉDITO

92-0097 PP 132
AZEVEDO, Maria Manuela
O segredo bancário / Maria Eduarda Azevedo
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 33 (Jul. 1991); p. 12-17

Segredo Bancário

92-0098 PP 522
IGREJA, São
Os bancos que damos ao Mundo / por São Igreja
In: Exame. - Lisboa : Exame. - A. 3, nº 32 (Nov. 1991) ; p. 250-254

Instituição Financeira--Política Internacional

92-0099 PP 212
SALGADO, Ricardo Espírito Santo
A competitividade dos bancos portugueses / Ricardo Espírito Santo Salgado
In: Cadernos de economia. - Lisboa : Promeios. - A. 5, edição especial (Maio 1992); p. 45-48

Instituição Financeira--Integração Europeia--Competitividade

92-0100 PP 212
LOPES, José da Silva
Sector financeiro vai enfrentar dificuldades estimulantes / José da Silva Lopes
In: Cadernos de economia. - Lisboa : Promeios. - A. 5, edição especial (Maio 1992) ; p. 37-44

Instituição Financeira--Integração Europeia

92-0101 PP 213
CHAU, Fernando
A liberalização financeira : o rácio cooke e "risk-taking" / Fernando Chau
In: Revista da Banca. - Lisboa : Associação Portuguesa de Bancos. - Nº 20 (Out.-Dez. 1991); p. 165-175

Actividade Bancária--Liberalismo

92-0102 PP 213
COLOQUIO "A BANCA E OS SEGUROS", Lisboa, 1991
A banca e os seguros: colóquio ; coord. Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa de Seguradores
In: Revista da Banca. - Lisboa : Associação Portuguesa de Bancos. - Nº 20 (Out.-Dez. 1991) ; p. 5-71

Política Bancária--Congresso--1991 / Companhia de Seguros--Congresso--1991 / Actividade Bancária--Seguro

CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS

92-0103 PP 132
AZEVEDO, Maria Eduarda
O segredo bancário e o branqueamento de capitais : a posição da CEE / Maria Eduarda Azevedo
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 35 (Out. 1991) ; p. 3-5

Reciclagem de Capitais--Segredo Bancário / Reciclagem de Capitais--Directivas

Comunitárias

92-0104 336.761
SANTOS (NETO), Correia dos, e outro SAN*Bol
As bolsas de valores em Portugal / Correia dos Santos (Neto), José Costa Gonçalves; pref. pelo Presidente da Comissão Directiva da Bolsa de Valores de Lisboa. - Coimbra: Coimbra Editora, 1987. - XII, 746 p. ; 24 cm

Mercado Financeiro--Bolsa de Valores

CDU 336.761

92-0105 PP 212
QUESADO, Francisco Jaime
A nova dimensão do mercado financeiro único / Jaime Quesado
In: Cadernos de economia. - Lisboa: Promeios. - A. 5, nº 19 (Abr.-Jun. 1992); p. 42-44

Mercado Financeiro--Capitais de Risco / Mercado Unico Europeu--Análise Financeira

INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

92-0106 PP 132
CARLOS, Américo Fernando Brás
Aspectos fiscais dos fundos de investimento / Américo Fernando Brás Carlos
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 26-29

Fundo de Investimento--Regime Fiscal

92-0107 PP 212
AZEVEDO, Belmiro de
Investimento estrangeiro não deve ser receado / Belmiro deAzevedo
In: Cadernos de economia. - Lisboa : Promeios. - A. 5, nº19 (Abr.-Jun. 1992) ; p. 59-63

Desenvolvimento Económico--Investimento Estrangeiro

SEGUROS

92-0108 PP 132
FERREIRA, Rogério Manuel R. C. Fernandes
Enquadramento fiscal do sector segurador : resenha legislativa / Rogério Manuel R. C. Fernandes Ferreira
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 37 (Dez. 1991) ; p. 3-10

Seguro--Regime Fiscal

FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA ORÇAMENTAL

92-0109 657.6
SUECIA. Tribunal de Contas SNAB*Inf
Information from a reliable source / The Swedish National Audit Bureau. - Stockholm: SNAB, 1991. - 25 p. : il. ; 30 cm

Auditoria--Formação Profissional

CDU 657.6

92-0110 PP 225
ALLOCATION INTERNATIONALE DE L'EPARGNE ET ROLE DU SYSTEME FINANCIER
Allocation internationale de l'épargne et rôle du système financier / Patrick

Artus... [e outros]
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - N° 2256 (Jan. 1992); p. 7-13

Investimento--Poupança--OCDE Países

92-0111 PP 225
FRANÇA. Ministério da Economia, das Finanças e Orçamento. Direcção de Comunicação
L'évolution des finances des collectivités locales et de l'Etat de 1980 à 1990 / Direction de la Communication du Ministère de l'Economie, des Finances et du Budget
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - N° 2256 (Jan. 1992) ; p. 16-20

Finanças Públicas--Dados Estatísticos--França--1980-1990 / Finanças Locais--Dados Estatísticos--França--1980-1990

92-0112 PP 274
CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES, 8°, Cidade do México, 1987
VIII Congresso Latinoamericano de Entidades Fiscalizadoras Superiores (CLADEFS)
In: Boletin Informativo del Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas. - Salta (Argentina) : S.P.T.C. - A. 15, n° 55/56 (Jul.-Dez. 1988) ; p. 33-36

CLADEFS, 8° / Auditoria Financeira--Congresso--1987

92-0113 PP 274
CONGRESO INTERNACIONAL DE LAS ENTIDADES SUPERIORES DE FISCALIZACION, 12°, Sidney, 1986
Conclusiones y recomendaciones del XII INCOSAI / Congreso Internacional de las Entidades Superiores de Fiscalizacion
In: Boletin Informativo del Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas. - Salta (Argentina) : S.P.T.C. - A. 15, n° 55/56 (Jul.-Dez. 1988) ; p. 24-32

INCOSAI, 12º / Auditoria Financeira--Congresso--1986

92-0114 336.1
DIAS, Gisela Oliveira, e outro DIA*Fin
Finanças públicas e direito financeiro : bibliografia / Gisela Oliveira Dias, Lídia Pimentel Figueira ; apoio técnico-administrativo de Carlos Alberto de Sá Pedroso. -
Lisboa : Tribunal de Contas, 1991. - 122 f. ; 30 cm. -

Finanças Públicas--Bibliografia / Direito Financeiro--Bibliografia

CDU 336.1
347.73

336.126
92-0115 FEE*Dev
FEDERATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPEENS
Developments in performance measurement and financial management : ideas for use in public service / Federation des Experts Comptables Europeens. - Bruxelles : FEE, cop. 1991. - VI, 26 p. : gráf. ; 30 cm
ISBN 0-85299-506-7

Finanças Públicas--Análise Financeira / Gestão Financeira--Auditoria

CDU 336.126
336.07

92-0116 336.126
ISRAEL. State Audit and Accountability Sta
State audit and accountability : a look of readings / edited by A. Friedberg... [e outros]. - Jerusalém : State Comptroller's Office, cop. 1991. - IX, 371 p. ; 25 cm

Finanças Públicas--Auditoria Financeira / Contabilidade Pública--Auditoria

CDU 336.126

92-0117 PP 225
WOLF, Martin
Les mirages de l'endettement : quelles leçons en tirer? / Martin Wolf
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2262 (Fev. 1992) ; p. 30-32

Economia Internacional--Dívida Pública

92-0118 PP 225
OSCLEY, Howard, e outro
L'évolution des finances publiques des principaux pays industrialisés au cours des années quatre-vingt / Howard Oscley, John P. Martin
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2263 (Fev. 1992) ; p. 9-17

Finanças Públicas--País Industrializado--1960-1966

92-0119 PP 225
GUBIAN, Alain
Quarante années de finances publiques en France / Alain Gubian
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2263 (Fev. 1992); p. 1-9

Finanças Públicas--França

336.1/.5
92-0120 ONU*Ges
ONU. Departamento de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
Gestion des finances publiques dans les moins avancés / Départment de la Coopération Technique pour le Développement. - New York : ONU, 1991. - VI, 261 p. ; 30 cm
ISBN 92-1-223049-0

Finanças Públicas--Gestão Financeira--País em Desenvolvimento

CDU 336.1/.5
336.07

92-0121 336.12
ST. AUBYN, Miguel AUB*Coo
Coordenação de políticas orçamentais na Europa da União Económica e Monetária / Miguel St. Aubyn. - Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1991. - 33 p.; 30 cm. - (Documento de trabalho ; 19/91)

Política Orçamental--Comunidade Europeia / União Económica e Monetária--Política Orçamental

CDU 336.12
339.9

336.126
MEX*Inf
92-0122 1
MEXICO. Contaduria Mayor de Hacienda. H. Camera de Diputados. Comision de Vigilancia
Informe previo sobre la revision de la cuenta de la Hacienda Pública Federal de 1990 / Comision de Vigilancia de la Contadoria Mayor de Hacienda. - Cidade do México:
Contaduria Mayor de Hacienda, 1991. - 136 p. ; 22 cm

Finanças Públicas--Controlo Financeiro--México--1990

CDU 336.126(072)

336.126.55
92-0123 POR*Tri
PORTUGAL. Tribunal de Contas. Gabinete do Conselheiro Presidente
Tribunais de Contas e instituições congéneres em diferentes países / Gabinete do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas ; introd. de António de Sousa Franco e José Tavares. - Lisboa : Tribunal de Contas, 1992. - 486 p. ; 30 cm. -

Portugal. Tribunal de Contas--Relação Internacional / Controlo Financeiro--Orgão Institucional--Estrangeiro

CDU 336.126.55

336.126.55(861)

92-0124 COL*Hac

COLOMBIA. Contraloria General de la República
Hacia la nueva Contraloria General de la Republica. - Santa Fé de Bogotá : Contraloria General de la Republica, [1991]. - 58 p. ; 24 cm

Colômbia. Tribunal de Contas--Reforma Institucional--1991 / Auditoria Financeira--Colômbia

CDU 336.126.55(861)

92-0125 PP 315

GOROSTIAGA, Angel R.
El proceso presupuestario en un contexto turbulento / Angel R. Gorostiaga
In : Horizontes. - Lima : ILACIF. - Nº 19 (Set.-Dez. 1990) ; p. 20-38

Política Orçamental--América Latina / Finanças Públicas--Gestão Financeira / Política Fiscal--Desenvolvimento Económico

92-0126 PP 315

ESTRELLA ROSERO, Edison Eduardo
Metodologia y planificacion para ejecutar la auditoria operacional / Edison Eduardo Estrella Rosero
In: Horizontes. - Lima : ILACIF. - Nº 19 (Set.-Dez. 1990) ; p. 39-45

Auditoria Financeira--América Latina

92-0127 PP 133

DRACH, Don
Le General Accounting Office des Etats Unis / Don Drach
In : Revue française de finances publiques. - Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - Nº 36 (1991) ; p. 95-99

Estados Unidos. Tribunal de Contas

92-0128 PP 133
MAGNET, Jacques
La rénovation des institutions de contrôle financier dans les Etats de l'Europe de l'Est / Jacques Magnet
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 91-94

Europa de Leste. Tribunal de Contas

92-0129 PP 133
ARPAILLANGE, Pierre
Les institutions de contrôle des comptes publics à l'étranger : ni tout à fait la même, ni tout à fait une autre / Pierre Arpaillange
In: Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 5-9

Finanças Públicas--Controle Financeiro--Europa

92-0130 PP 133
MAGNET, Jacques
Classification des institutions supérieures de contrôle financier / Jacques Magnet
In: Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 9-12

Finanças Públicas--Controle Financeiro--Orgão Institucional

92-0131 PP 133
BOUVIER, Michel
La Cour des Comptes en Belgique / Michel Bouvier
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 13-19

Bélgica. Tribunal de Contas

92-0132 PP 133
CLEMENTE, Georgio, e outro
La Cour des Comptes Italienne : réalité et perspectives / Georgio Clemente, Maria Annunziata Rucireta
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 21-38

Itália. Tribunal de Contas

92-0133 PP 133
MUÑOZ, Ramon, e outro
Le Tribunal de Cuentas d'Espagne / Ramon Muñoz, José Manuel Canales
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 39-45

Espanha. Tribunal de Contas

92-0134 PP 133
DRIOL, Jean
Le contrôle fédéral des finances en Suisse / Jean Driol
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 47-49

Suíça. Tribunal de Contas

92-0135 PP 133
KALTENBACH, Egbert
Le contrôle des finances fédérales en R.F.A. / Egbert Kaltenbach
In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - N° 36 (1991) ; p. 51-70

Alemanha. Tribunal de Contas

92-0136 PP 133
BOURN, John
La reddition de comptes au Parlement du Royaume-Uni: les relations du National Audit Office avec le Parlement / John Bourn

In : Revue française de finances publiques. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. - Nº 36 (1991) ; p. 71-75

Reino Unido. Tribunal de Contas

92-0137 PP 275
ZAVELBERG, Heinz
Performance auditing in the Federal Republic of Germany / Heinz Zavelberg
In: Journal of management and training. - New Delhi: Office of the Comptroller and Auditor General of India. - Vol. 9, nº 3 (Out. 1991). - p. 38-43

Auditoria de Resultados--Alemanha

92-0138 PP 275
SEMINAR OF ASIAN ORGANISATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS, Beijing [Pequim], 1991
Auditing of public investments in Asia / Seminar of Asian Organisation of Supreme Audit Institutions
In: Journal of management and training. - New Delhi: Office of the Comptroller and Auditor General of India. - Vol. 9, nº 3 (Out. 1991). - p. 9-15

Investimento Público--Auditoria--Asia

92-0139 PP 275
BANERJEE, A. K.
Audit of public investment in India / A. K. Banerjee
In: Journal of management and training. - New Delhi: Office of the Comptroller and Auditor General of India. - Vol. 9, nº 3 (Out. 1991). - p. 1-16

Investimento Público--Auditoria--India

92-0140 PP 59
KHAN, Muhammed Akram
Evaluation du contrôle interne : séminaire Chine-Pakistan / Muhammed Akram Khan
In : Revue internationale de la vérification de comptes publics. - Washinghton : Intosai. - Vol. 18, nº 2 (Abr. 1991) ; p. 10

China--Auditoria Financeira / Paquistão--Auditoria Financeira

92-0141 PP 59
NEWRATH, Axel
L'unification des deux Allemagne et ses répercussions sur le contrôle des finances publiques / Axel Newrath
In: Revue international de la Vérification des Comptes Publics. - Washington : INTOSAI. - Vol. 18, nº 2 (Abr. 1991) ; p. 7-9

Finanças Públicas--Unificação Nacional--Alemanha

92-0142 PP 59
IRLANDA. Bureau du Contrôleur et Vérificateur Général
La vérification de la gestion publique / Bureau du Contrôleur et Vérificateur Général d'Irlande
In : Revue internationale de la vérification des comptes publics. - Washington : Intosai. - Vol. 18, nº 2 (Abr. 1991) ; p. 12-13

Irlanda--Auditoria Financeira--1922-1992

92-0143 PP 59
CASTILLO AYALA, Javier
La difficulté que pose la vérification de la dette publique / Javier Castillo Ayala
In: Revue international de la vérification des comptes publics. - Washington : INTOSAI. - Vol. 18, nº 3 (Jul. 1991); p. 12-14

Dívida Pública--Auditoria Financeira

92-0144 PP 59
PROFIL
Profil : la Cour des Comptes de Belgique
In : Revue internationale de la vérification de comptes publics. - Washington : Intosai. - Vol. 18, nº 4 (Jul.-1991) ; p. 15-16

Bélgica. Tribunal de Contas

92-0145 PP 212
SILVA, António Manuel Barbosa da
A reforma da administração financeira do Estado / António Barbosa da Silva
In: Cadernos de economia. - Lisboa : Promeios. - A. 5, nº 19 (Abr.-Jun. 1992) ; p. 67-69

Política Financeira--Orçamento do Estado

92-0146 PP 132
SILVA, Fernando Castro
Investimento em Portugal : efeitos fiscais de algumas estruturas jurídicas / Fernando Castro Silva
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 37 (Dez. 1991); p. 16-27

Fiscalidade--Investimento Estrangeiro

92-0147 PP 120
COMUNIDADE EUROPEIA. Tribunal de Contas
Protocolo de acordo sobre as modalidades de aplicação do princípio de cooperação entre o Tribunal de Contas das Comunidades Europeias e o Tribunal de Contas da República Portuguesa
In : Revista do Tribunal de Contas. - Lisboa: T.C. - Nº 7/8 (Jul.-Dez. 1990) ; p. 39-41

Portugal. Tribunal de Contas--Acordo de Cooperação--1990 / Tribunal de Contas Europeu--Acordo de Cooperação--1990

92-0148 PP 120
FERREIRA, Eduardo Paz
A afectação das receitas das privatizações : um parecer / Eduardo Paz Ferreira
In: Revista do Tribunal de Contas. - Lisboa: T. C. - Nº 7/8 (Jul.-Dez. 1990) ; p. 15-30

Privatização--Recursos Orçamentais / Dívida Pública--Amortização

92-0149 PP 61
SUPREME AUDIT INSTITUTION
Auditing of public investments : a comparative review / Supreme Audit Institution
In: Asian Journal of Government Audit. - New Delhi : ASOSAI. - 1992 ; p. 19-26

Investimento Público--Auditoria Financeira

92-0150 PP 61
JAPÃO. The Board of Audit
Audit profile / The Board of Audit
In : Asian journal of government audit. - New-Delhi: ASOSAI. - (1992) ; p. 7-10

Japão. Tribunal de Contas

FISCALIDADE

92-0151 339.92CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Sup
Supressão das barreiras fiscais à actividade empresarial transfronteiras / Comissão das Comunidades Europeias. - Luxemburgo : Serviço das Publicações Oficiais das
Comunidades Europeias, 1991. - 67, [11] p.; 25 cm. - Sep. de "Boletim das Comunidades Europeias", nº 4, 1991
ISBN 92-826-3029-3

Mercado Unico Europeu--Imposto sobre Empresas / União Económica e Monetária--Fiscalidade

CDU 339.92CE

92-0152 336.2
BANCO MUNDIAL BAN*Les
Lessons of tax reform / The World Bank. - Washington: World Bank, 1991. - V,

85 p. ; 23 cm
ISBN 0-8213-1906-X

Banco Mundial--Política Fiscal / Reforma Fiscal--País em Desenvolvimento

CDU 336.2

336.2
92-0153 OCDE*Rol
OCDE. Centro para a Cooperação com as Economias Europeias em Transição
Le rôle de la réforme fiscale dans les économies d'Europe Centrale et Orientale / Centre pour la Coopération avec les Economies Européennes en Transition. - Paris : OCDE, 1991. - 502 p. : gráf. ; 27 cm
ISBN 92-64-23575-2

Reforma Fiscal--Europa

CDU 336.2(4)

351.713(094.4)
POR*Cod
92-0154 4
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código de Processo Tributário, 1991
Código de processo tributário : legislação complementar / comentado e anotado por Alfredo José de Sousa, José da Silva Paixão. - Coimbra : Almedina, 1991. - 961 p. ; 23 cm

Processo Tributário--Código Jurídico--1991

CDU 351.713(094.4)

92-0155 PP 132
MEIRELES, Manuel
Breves notas justificativas das alterações ao código do IRC introduzidas pelo decreto-lei nº 251-A/91, de 16 de Julho / Manuel Meireles
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 35 (Out. 1991); p. 31-36

Imposto sobre Empresas--Código Jurídico--1991

92-0156 PP 132
FAUSTINO, Manuel
As alterações ao código do IRS em 1991 / Manuel Faustino
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 35 (Out. 1991) ; p. 37-47

Imposto sobre as Pessoas Singulares--Código Jurídico--1991

92-0157 PP 132
LOUREIRO, Carlos, e outro
Harmonização a nível comunitário / Carlos Loureiro, Manuela Duro Teixeira
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 36 (Nov. 1991) ; p. 9-17

Harmonização Fiscal--Dupla Tributação--CE Países / Sociedade Comercial--Fiscalidade--Directivas Comunitárias

92-0158 PP 225
FRANÇA. Ministério da Economia, Finanças e Orçamento. Serviço de Comunicação e Relações com o Público
Le contrôle fiscal en France / Service de la Communication et des Relations avec le Public du Ministère de l'Economie, des Finances et du Budget
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2263 (Fev. 1992) ; p. 17-23

Controlo Fiscal--França

92-0159 PP 132
OLIVEIRA, Luís M. S.
Oásis fiscais na Comunidade Europeia / Luís M. S. Oliveira
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 30-44

Comunidade Europeia--Fiscalidade / Benefício Fiscal--CE Países

92-0160 PP 132
LEITAO, Luís Menezes
Benefícios fiscais e incentivos ao investimento das empresas / Luís Menezes Leitão
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 15-24

Promoção do Investimento--Benefício Fiscal

92-0161 PP 132
SANCHES, J. L. Saldanha
Sobre o conceito de mais valia / J. L. Saldanha Sanches
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 45-54

Imposto sobre Empresas / Fiscalidade--Investimento / Fiscalidade--Lucro

92-0162 PP 132
BARREIRA, Rui
O Investimento das mais-valias no IRC e no estatuto dos benefícios fiscais / Rui Barreira
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 55-58

Imposto sobre Empresas--Benefíco Fiscal / Fiscalidade--Investimento / Fiscalidade--Lucro

92-0163 PP 132
FAUSTINO, Manuel
O conceito de mais-valias no código do IRC e o Investimento das mais-valias no IRC e no EBF / Manuel Faustino
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 59-62

Imposto sobre o Rendimento--Benefício Fiscal / Fiscalidade--Investimento / Fiscalidade--Lucro

92-0164 PP 132
SANTOS, José Carlos Gomes
Benefícios fiscais e taxa efectiva de IRC / José Carlos Gomes Santos
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 38/39 (Jan.-Fev. 1992) ; p. 3-14

Imposto sobre Empresas--Benefício Fiscal

92-0165 PP 132
CUNHA, Paulo de Pitta e
A harmonização fiscal europeia e o sistema fiscal português / Paulo de Pitta e Cunha
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 28 (Fev. 1991) ; p. 23-28

Harmonização Fiscal--CE Países / Mercado Unico Europeu--Regime Fiscal / União Económica e Monetária--Fiscalidade

336.2
92-0166 Fis
FISCAL POLICY STABILIZATION AND GROWTH IN DEVELOPING COUNTRIES
Fiscal policy stabilization and growth in developing countries / edited by Mario I. Blejer and Ke-Young Chu. - Washington : International Monetary Fund, 1989. - IX, 387 p. ; 23 cm
ISBN 1-55775-034-3

Política Fiscal--País em Desenvolvimento / Estabilização Económica--País em Desenvolvimento / Crescimento Económico--País em Desenvolvimento

CDU 336.2
330.36

336.223(094.4)
POR*Cod
92-0167 2
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código do IVA, 1989
Código do imposto sobre o valor acrescentado : IVA: actualizado pela lei nº 2/92, de 9 de Março. - 7ª ed. - Lisboa : Rei dos Livros, 1992. - 569 p. ; 23 cm

IVA--Código Jurídico

CDU 336.223(094.4)

92-0168 PP 132
SANTOS, José Carlos Gomes
Tributação dos suprimentos : discriminação da reforma fiscal? / José Carlos Gomes Santos
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 42 (Maio 1992) ; p. 18-22

Política Fiscal--Fiscalidade / Reforma Fiscal--Financiamento da Empresa

92-0169 PP 132
SANTOS, A. Carlos dos
IVA e mercado interno : as aquisições intracomunitárias e de bens / A. Carlos dos Santos
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 4, nº 42 (Maio 1992) ; p. 3-17

Mercado Unico Europeu--IVA / União Aduaneira--Pauta Aduaneira Comum / Fiscalidade--Harmonização Fiscal

92-0170 PP 132
MESQUITA, Maria Margarida
A não discriminação no tratado de Roma : mais próximos do contribuinte comunitário? / Maria Margarida Mesquita
In: Fisco. - Lisboa : Edifisco. - A. 3, nº 37 (Dez. 1991) ; p. 11-15

Tratado CEE--Fiscalidade / Harmonização Fiscal--Rendimento Tributável--CE Países

QUESTÕES SOCIAIS

QUADRO SOCIAL

92-0171 316
DO DESVIO À INSTITUIÇÃO TOTAL Do
Do desvio à instituição total : subcultura, estigma, trajectos / dirigido por Carlos Laranjo Medeiros. - Lisboa : Centro de Estudos Judiciários, 1990. - 2 v. ; 30 cm. - (
Cadernos do CEJ ; 2/89 ; 1/90)

Análise Social--Criminalidade--Delinquência / Conflito Social--Norma Social

CDU 316
343.9

VIDA SOCIAL

92-0172 PP 139
PIRES, Francisco Lucas
A política social comunitária como exemplo do princípio de subsidariedade / Francisco Lucas Pires
In: Revista de direito e de estudos sociais. - Coimbra: Almedina. - A. 33, nº 3/4 (Jul.-Dez. 1991) ; p. 239-259

Política Social Europeia / Carta Social Europeia / FSE

PROTECÇÃO SOCIAL

92-0173 364
MAGREZ, Michel MAG*Dro
Le droit de la sécurité sociale / Michel Magrez. - Bruxelles : E. Story-Scientia,

1990. - XVIII, 141 p. ; 22 cm. - (Tout savoir sur ; 9)
ISBN 90-6439-6620

Segurança Social--Direito

CDU 364

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

EDUCAÇÃO

37
92-0174 POR*Man
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Manual de instruções de preenchimento dos inquéritos estatísticos / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1991. - 301,[25] p. ; 30 cm. - (Série A : base de dados, estatística e análise conjuntural)
ISBN 972-614-180-X

Educação--Estatística

CDU 37
519.25

37
92-0175 POR*Rot
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Roteiro de informação de escola : indicadores de desempenho / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1991. - 195 p. ; 30 cm. - (Série B : dinâmica do sistema educativo)
ISBN 972-614-186-9

Educação--Sistema de Informação

CDU 37

92-0176 354.32
PORTUGAL. Ministério da Educação POR*Log
Logotipos dos organismos e serviços centrais e regionais / Ministério da Educação. - Lisboa : Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1991. - [16] p. ; 21 cm

Portugal. Ministério da Educação--Logotipo

CDU 354.32
659.126

37.014
92-0177 EUR*Sch
EUROPEAN CONFERENCE ON SCHOOL DEMOCRATISATION, 2º, Lisboa, 1989
School environment dialogue : a strategy for development: final report / II European Conference on School Democratisation. - Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1991. - 233 p. ; 30 cm
ISBN 972-614-145-1

Política da Educação--Congresso--1987

CDU 37.014

371.13
92-0178 POR*Cur
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Curso do magistério primário : um estudo de avaliação / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação . - Lisboa : GEP, 1991. - 155 p. ; 30 cm. - (Série B : dinâmica do sistema educativo)
ISBN 972-614-117-6

Ensino Básico--Formação de Professores

CDU 371.13
37.046.12

37.014.54
92-0179 POR*Ana
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Análise das despesas em educação : despesas públicas e privadas : Portugal/ Continente 1989 / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1992 . - 65 p. ; 30 cm. - (Série A : base de dados, estatística e análise conjuntural)
ISBN 972-614-192-3

Custo da Educação / Política da Educação--Despesas de Escolaridade

CDU 37.014.54

371.13
POR*Cur
92-0180 1
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Curso de educadores de infância : um estudo de avaliação / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação . - Lisboa : GEP, 1991. - 177 p. ; 30 cm. - (Série B : dinâmica do sistema educativo)
ISBN 972-614-129-X

Educação Pré-Escolar--Formação de Professores

CDU 371.13

37.014
92-0181 POR*Uni
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Unidade portuguesa de Eurydice : resumo das actividades de 1990 / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1991. - 29 p. ; 30 cm. - (Série H : documentação e informação)

EURYDICE--Relatório de Actividade--1990

CDU 37.014(4)

37

92-0182 POR*Acc

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete Coordenador das Acções Comunitárias em Matéria Educativa

Acções comunitárias em educação e formação: guia para Portugal / Gabinete Coordenador das Acções Comunitárias em Matéria Educativa do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP , 1991. - 1 dossier, pág. var. ; 23 cm

Educação--Política Comunitária / Formação Profissional --Política Comunitária

CDU 37
327CE

92-0183 37

TEODORO, Victor Duarte, e outro TEO*Edu

Educação e computadores / Victor Duarte Teodoro e João Correia de Freitas. - Lisboa: Ministério da Educação, 1992 . - 233 p. ; 23 cm. - (Série desenvolvimento dos sistemas educativos)

ISBN 972-614-201-6

Educação--Informática Aplicada / Educação--Nova Tecnologia

CDU 37
681.3

37

92-0184 POR*Fon

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento

Fontes de informação externa disponíveis no GEP / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1992. - 39 p. ; 30 cm

Educação--Base de Dados / Educação--Fonte de Informação

CDU 37
681.3

37.014.542
92-0185 SEM*Car
SEMINÁRIO DA CARTA ESCOLAR DA REGIÃO CENTRO, Coimbra, 1990
Carta escolar da Região centro : seminário de Coimbra / promovido e organizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1992. - 313 p. ; 30 cm. - (Série E : recursos físicos)
ISBN 972-614-184-2

Educação--Planeamento Regional--Região do Centro--1990 / Rede Escolar--Região do Centro--1990

CDU 37.014.542(469.6)

37
POR*Inf
92-0186 1
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
INFORED : um sistema de informação estatística para a educação / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1991. - 17 p. ; 30 cm + anexos . - (Série A : bases de dados, estatística e análise conjuntural)

Educação--Tecnologia da Informação / Educação--Estatística

CDU 37
519.2

92-0187 37.014
TAVARES, Luís Valadares TAV*On
On the development of educational policies / Luís Valadares Tavares. - Lisboa : Ministério da Educação, 1991. - 49 p. : gráf. ; 23 cm. - (Série desenvolvimento de sistemas educativos)
ISBN 972-614-177-X

Política da Educação--Plano de Desenvolvimento

CDU 37.014

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

92-0188 378.11
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. POR*Lei
Lei da autonomia universitária e estatutos das universidades públicas / compil. de Manuel Coelho da Silva. - Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. - 445 p.; 21 cm. - Contém : Adenda à separata nº 545 da Lei da Autonomia Universitária e Estatutos das Universidades Públicas, publicada no D. R. nº 211, I série-B, de 13 de
Setembro de 1991

Universidade--Autonomia--Lei--1988 / Universidade--Estatuto Orgânico--Legislação--1989

CDU 378.11

92-0189 PP 212
GRILO, Marçal
O sistema educativo que temos / Marçal Grilo
In: Cadernos de economia. - Lisboa: MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 18 (Jan.-Mar. 1992); p. 27-32

Sistema de Ensino

92-0190 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
O suporte financeiro das universidades / Provedor de Justiça
In: Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 107-109

Universidade--Autonomia Financeira

371
92-0191 POR*Esq
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Esquema analítico e organograma do ensino : ano lectivo de 1986/87 / Gabinete

de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1992. - 79 p. ; 30 cm. - (Série A : base de dados, estatística e análise conjuntural)
ISBN 972-614-159-1

Organização do Ensino--1986-1987

CDU 371

373.5
POR*Est
92-0192 2
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Estatística de alunos : ensino básico (3º ciclo) e ensino secundário : matrículas 1984/85: aproveitamento 1983/84: ensino oficial / Gabinete de Estudos e Planeamento do
Ministério da Educação. - Lisboa : GEP, 1992. - 223 p.; quadros ; 30 cm. - (Série A: base de dados, estatística e análise conjuntural)

Aluno--Dados Estatísticos--1983-1984

CDU 373.5

DOCUMENTAÇÃO

92-0193 930.25
MARIZ, José MAR*Qua
Quadro de classificação dos arquivos municipais / José Mariz. - Lisboa : Instituto Português de Arquivos, 1989. - 10 p. ; 29 cm. - (Estudos e documentos técnicos ; 4)

Arquivo--Classificação

CDU 930.25

92-0194 930.25
FARIA, Maria de Fátima, e outro FAR*Mic
Microfilme em arquivo : manual de procedimentos / Maria de Fátima Faria, Anabela Ribeiro. - 2ª versão. - Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1989. - pág. var. ; 29 cm. - (Estudos e documentos técnicos ; 2)

Microforma--Arquivo

CDU 930.25
778.142

92-0195 930.25
MARIZ, José MAR*Tab
Tabeliães e notários : orientações para a organização e descrição dos fundos notariais / José Mariz. - Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1989. - 18 p. ; 29 cm. - (Estudos e documentos técnicos ; 3)

Notários--Arquivo

CDU 930.25

92-0196 930.25
PEIXOTO, Pedro Abreu PEI*Arq
Arquivos de família : orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família / Pedro Abreu Peixoto. - Lisboa : Instituto Português de Arquivos, 1989. - 62 p. ; 29 cm. - (Estudos e documentos técnicos ; 5)

Família--Arquivo

CDU 930.25

92-0197 930.25
VIEIRA, João VIE*Ori
Orientações gerais sobre gestão de documentos de arquivo / João Vieira. - Lisboa : Instituto Português de Arquivos, 1991. - 33 p. ; 29 cm + anexos. - (Estudos e documentos técnicos ; 6)

ISBN 972-683-004-4

Arquivo--Documentação / Arquivo--Gestão

CDU 930.25

930.251
92-0198 POR*Pro
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Arquivos. Grupo de Pré-Arquivagem
Projecto S.I.P.A. : Sistema Integrado de Pré-Arquivagem / elaborado pelo Grupo de Pré-Arquivagem do Instituto Português de Arquivos, Instituto de Informática do
Ministério das Finanças. - Lisboa : Instituto Português de Arquivos, 1989. - 17 p. ; 29 cm + 4 gráf.

Documentação--Pré-arquivagem

CDU 930.251

930.251
92-0199 POR*Sub
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Arquivos. Grupo de Pré-Arquivagem
Subprojecto D.A.I. : Diagnóstico Arquivos Intermédios / elaborado pelo Grupo de Pré-Arquivagem do Instituto Português de Arquivos, Instituto de Informática do
Ministério das Finanças. - Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1989. - 16 p.; 29cm

Documentação--Pré-arquivagem

CDU 930.251

030
Gra
92-0200 2
GRANDE ATLAS GEOGRÁFICO DA EDITORIAL ENCICLOPÉDIA
Grande atlas geográfico da Editorial Enciclopédia. - Lisboa : Editorial Enciclopédia, D. L. 1991. - XVI, 474 p.: il.; 37 cm
ISBN 972-625-007-2

Atlas / Cartografia / Geografia Política

CDU 030(084.41)

801.1
92-0201 BER*Pro
BERGSTROM, Magnus, e outro 3
Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa / Magnus Bergstrom, Neves Reis. - 23ª ed. - Lisboa : Editorial Notícias, 1992. - 473 p. ; 19 cm. - (Linguística). - Inclui
texto integral e nota explicativa do acordo ortográfico da língua portuguesa, 1990
ISBN 972-46-0563-9

Língua Portuguesa--Ortografia

CDU 801.1

801.32(038)
92-0202 CAR*Dic
CARVALHO, Olívio da Costa 2
Dicionário de português-francês / por Olívio da Costa Carvalho. - Porto : Porto Editora, 1991. - 854 p. ; 22 cm. - (Dicionários Editora)
ISBN 972-0-5011-X

Dicionário Multilingue--Língua Portuguesa--Língua Francesa

CDU 801.32(038)

801.32(038)
92-0203 CAR*Dic
CARVALHO, Olívio da Costa 1
Dicionário de francês-português / por Olívio da Costa Carvalho. - Porto : Porto Editora, 1991. - 798 p. ; 22 cm. - (Dicionários Editora)
ISBN 972-0-05010-1

Dicionário Multilingue--Língua Francesa--Língua Portuguesa

CDU 801.32(038)

92-0204 801.32(038)
DICIONÁRIO DE ALEMÃO-PORTUGUÊS Dic
Dicionário de alemão-português. - Porto : Porto Editora, 1989. - 1088 p. ; 22 cm. - (Dicionários Editora)

Dicionário Multilingue--Língua Alemã--Língua Portuguesa

CDU 801.32(038)

801.32(038)
92-0205 Dic
DICIONARIO DE PORTUGUÊS-INGLÊS 1
Dicionário de português-inglês. - Porto : Porto Editora, 1989. - 1117 p. ; 22 cm. - (Dicionários escolares)

Dicionário Multilingue--Língua Portuguesa--Língua Inglesa

CDU 801.32(038)

92-0206 801.32(038)
MORAIS, Armando de MOR*Dic
Dicionário de inglês-português / por Armando de Morais. - Porto : Porto Editora, 1991. - 1492 p. ; 22 cm. - (Dicionários Editora)
ISBN 972-0-05020-9

Dicionário Multilingue--Língua Inglesa--Língua Portuguesa

CDU 801.32(038)

92-0207 806.90(038)
COSTA, J. Almeida, e outro COS*Dic
Dicionário da língua portuguesa / por J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo. - 6ª ed. corrigida e aumentada. - Porto: Porto Editora, 1992. - 1810 p. ; 22 cm. - (Dicionários
Editora)

Dicionário--Língua Portuguesa

CDU 806.90(038)

INFORMÁTICA

92-0208 PP 275
GHOSH, Shri Ashok
The microcomputer as an aid to administration / Shri Ashok Ghosh
In: Journal of management and training. - New Delhi : Office of the Comptroller and Auditor General of India. - Vol. 9, nº 3 (Out. 1991). - p. 29-37

Organização Administrativa--Informática Aplicada

CIÊNCIAS

CIÊNCIAS NATURAIS E APLICADAS

92-0209 55
MARQUES, M. Monteiro MAR*Not
Notícia explicativa da carta hipsométrica da Ilha de Santiago (República de Cabo

Verde) / M. Monteiro Marques. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991. - 10 p. ; 30 cm + map.
ISBN 972-672-538-0

Geologia--Cabo Verde

CDU 55(665.8)

92-0210 528
MADUREIRA, Maria Ofélia, e outro MAD*Car
Cartografia biofísica de Portugal com base na interpretação de imagens do satélite Landsat / Maria Ofélia Madureira, Maria Regina Albuquerque. - Lisboa : Instituto de
Investigação Científica Tropical, 1991. - 17 p. : il. ; 30 cm + maps. - (Série de Ciências de engenharia geográfica ; 2)

Cartografia--Comunicação por Satélite

CDU 528(469)

HISTÓRIA

92-0211 946.9
CARACI, Ilaria Luzzana CAR*Col
Columbus and the portuguese voyages in the Columbian sources / by Ilaria Luzzana Caraci. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. - 12 p. ; 30 cm. - (Série separatas ; 216). - Sep. de "Revista da Universidade de Coimbra", vol. 34, 1988; p. 561-570

História de Portugal--Séc. 16

CDU 946.9

92-0212 946.9
SANTOS, Maria Emília Madeira SAN*Est
As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a fresca Serra Leoa: uma escolha para a

política de expansão portuguesa no Atlântico / por Maria Emília Madeira Santos. - Lisboa :
Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. - 9 p.; 30 cm. - (Série separatas ; 212). - Sep. de "Revista da Universidade de Coimbra", vol. 34, 1988 ; p. 485-491

História de Portugal--Cabo Verde--Séc. 15-17

CDU 946.9

92-0213 946.9
TERTRE, Marie-Pierre Laurent-Du TER*Inf
Les informateurs d'Alvise da Mosto : première e deuxième navigations : 1455 e 1456 / par Marie-Pierre Laurent-Du Tertre. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica
Tropical, 1988. - 10 p. ; 30 cm. - (Série separatas ; 211). - Sep. de "Revista da Universidade de Coimbra", vol. 34, 1988 ; p. 477-484

História de Portugal--Séc. 15

CDU 846.9

92-0214 946.9
VIEIRA, Alberto VIE*Mad
A Madeira na rota dos descobrimentos e expansão atlântica / por Alberto Vieira. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. - 12 p. ; 30 cm. - (Série
separatas ; 217). - Sep. de "Revista da Universidade de Coimbra", vol. 34, 1988; p. 571-580

História de Portugal--Madeira--Séc. 15-16

CDU 946.9

92-0215 946.9
FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas FER*Cid
A cidade do Funchal na 2ª metade do século XVIII: freguesias urbanas / por Maria

de Lourdes de Freitas Ferraz. - Lisboa : Instituto de investigação Científica Tropical,
1991. - 24 p. ; 30 cm. - Sep. de "Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira", 1989, p. 265-284. -

História de Portugal--Análise Demográfica--Madeira--Séc. 18

CDU 946.9(469.8)

92-0216 946.9
VIEIRA, Alberto e outro VIE*Adm
A administração do Município do Funchal : 1470-1489 / Alberto Vieira e Victor Luís Gaspar Rodrigues. - Lisboa: Instituto de investigação Científica Tropical, 1991. - 42
p. ; 30 cm. - (Série separatas ; 227). - Sep. de "Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira", 1989, p. 23-42

História de Portugal--Administração Regional--Madeira--Séc. 15

CDU 946.9(469.8)

946.9
92-0217 SIL*Inf
SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e
A influência do Atlântico no formação de portos em Cabo Verde / por António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva. - Lisboa : Instituto de investigação Científica Tropical, 1990. - 14 p. ; 30 cm. - (Série separatas ; 228). - Sep. de "Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira", 1989, p. 637-648

História de Portugal--Instalação Portuária--Cabo Verde--Séc. 15-20

CDU 946.9(665.8)

92-0218 PP 120
PAIXAO, Judite Cavaleiro
Arquivo Histórico do Tribunal de Contas : memória das suas exposições : 1989 e 1990 /Judite Cavaleiro Paixão In : Revista do Tribunal de Contas. - Lisboa : T.C.

- Nº 7/8 (Jul.-Dez. 1990) ; p. 203-213

Portugal. Tribunal de Contas--Arquivo--História

946.9
92-0219 POR*His
PORTUGAL. Instituto de Investigação Científica Tropical.
Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, e outro
História geral de Cabo Verde : corpo documental / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde. - Lisboa : I.I.C.T., 1988-1990. - 2 v. ; 26 cm

História de Portugal--Cabo Verde / Cabo Verde--História

CDU 946.9(665.8)

946.9
POR*His
92-0220 1
PORTUGAL. Instituto de Investigação Científica Tropical.
Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga
História geral de Cabo Verde / coord. de Luís Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. - Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de
Investigação Científica Tropical, 1991- . - v. ; 25 cm + 24 estamps

História de Portugal--Cabo Verde / Cabo Verde--História

CDU 946.9(665.8)

EMPRESAS E CONCORRÊNCIA

92-0221 334.724
SHIRLEY, Mary, e outro SHI*Pub
Publique enterprise reform : the lessons of experience / Mary Shirley, John Nellis. - Washington : The World Bank, 1991. - VI, 91 p. ; 24 cm. - (EDI development studies)

ISBN 0-8213-1811-X

Empresa Pública--País em Desenvolvimento

CDU 334.724

EMPREGO E TRABALHO

331
92-0222 POR*Con
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
Convenção nº 160 da OIT sobre as estatísticas do trabalho: processo de ratificação para apreciação pública / Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: Serviço de Informação Científica e Técnica, 1992. - 11 p. ; 30 cm. - Sep. de "Boletim do Trabalho e Emprego", nº 4, 1992

OIT--Convenção Internacional--1985 / Trabalho--dados Estatísticos

CDU 331
519.2

EMPREGO

92-0223 PP 225
LOUTFI, Martha F.
L'emploi indépendant en Europe / Martha F. Loutfi In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2258 (Jan. 1992) ; p. 21-29

Política do Emprego--Estrutura do Emprego--Europa

331.52
92-0224 POR*Tra
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
Trabalho de menores : as medidas adoptadas face à resolução nº 146 da OIT / Ministério do Emprego e da Segurança Social . - Lisboa : Serviço de Informação

Científica e Técnica do Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. - 37 p.; 21 cm. - (Cadernos de divulgação ; 39)

Política do Emprego--Trabalho de Menores

CDU 331.52

92-0225 PP 212
CUNHA, Norberto Pelicano da
A formação na empresa / Norberto Pelicano da Cunha
In: Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 18 (Jan.-Mar. 1992); p. 33-36

Formação Profissional

92-0226 PP 212
DIAS, Mário Caldeira
A formação profissional e a sua estratégia / Mário Caldeira Dias
In: Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 18 (Jan.-Mar. 1992); p. 39-41

Formação Profissional

92-0227 PP 468
ROSE, José
Formação e mercado de trabalho : a utilização dos dados para a tomada de decisão / José Rose
In: Formação profissional. - Lisboa : CEDEFOP. - Nº 2 (1991) ; p. 57-61

Formação Profissional--Mercado do Trabalho

92-0228 PP 72
LIMA, Marinús Pires de
Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego: 1974-1990 / Marinús Pires

de Lima
In: Análise social. - Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. - A. 5, 4ª série, vol. 26, nº 114 (1991); p. 905-943

Política Social--Política do emprego

377(094.5)
92-0229 POR*Cri
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
Criação de Conselhos Consultivos nos centros de formação profissional de gestão directa : projecto de diploma para apreciação pública / Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : M.E.S.S., 1992. - 5 p. ; 30 cm. - Sep. de "Boletim do Trabalho e Emprego", nº 5, 1992

Portugal. Instituto do Emprego e Formação Profissional / Formação Profissional--Legislação

CDU 377(094.5)

MERCADO DO TRABALHO

92-0230 PP 225
BERTRAND, Olivier
La qualification et l'Europe / Olivier Bertrand
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2258 (Jan. 1992) ; p. 30-32

Qualificação Profissional--Integração Europeia--CE Países / Livre Circulação de Trabalhadores--Qualificação Profissional--CE Países

CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

92-0231 PP 225
FRANÇA. Ministério do Trabalho, Emprego e Formação Profissional. Serviço de Estudos e Estatística
L'évolution des conditions de travail : 1984-1991 / Services des Etudes et de la Statistique du Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Formation Profissionelle
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2258 (Jan. 1992) ; p. 5-7F

Condições de Trabalho--Dados Estatísticos--França --1984-1991

ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

92-0232 331.2
ANTUNES, António Roque ANT*Alg
Alguns indicadores de salários : fontes, conceitos e evolução / António Roque Antunes. - Lisboa : Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1991. - 125 p. : il.; 24 cm . - (Estudos : série B - Rendimentos ; 5). - Estudo dedicado à questão das fontes de informação estatística em Portugal
ISBN 972-704-103-5

Salário--Dados Estatísticos--1984-1990

CDU 331.2

92-0233 PP 231
SANTOS, Fernando
Avaliação de desempenho e gestão integrada de recursos humanos / Fernando Santos
In: Revista dos quadros técnicos do Estado. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. - A. 6, 2ª série, nº 6 (Nov.-Dez. 1991) ; p. 16-18F

Recursos Humanos--Avaliação de Pessoal / Administração Pública--Gestão de

Recursos Humanos

92-0234 PP 157
INVERNO, António Pereira
O novo regime salarial e a evolução das carreiras / António Pereira Inverno
In: O Municipal. - Santarém : Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. - A. 13, nº 132 (Jan. 1992) ; p. 33-36

Carreira Profissional--Legislação--1979-1989

92-0235 331.28
ALMEIDA, Maria Henriqueta ALM*Nov
Novas formas de composição de salários : tendências recentes / Maria Henriqueta Almeida. - Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. - 101 p.; 23cm. - (Estudos : série B - Rendimentos ; 6)

Política Salarial--1974-1989 / Salário--Indicador Económico--Indicador Social

CDU 331.28

RELAÇÕES E DIREITO DO TRABALHO

92-0236 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Trabalho : função pública : trabalhador estudante / Provedor de Justiça
In: Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 281-285

Função Pública--Trabalhador Estudante--Regime Jurídico

92-0237 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Sobre o direito à greve / Provedor de Justiça

In: Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 125-128 ; p. 129-133

Direito de Greve

92-0238 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Direito de negociação dos trabalhadores da função pública / Provedor de Justiça
In: Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 157-161

Funcionário Público--Poder de Negociação

349.2
92-0239 POR*Alt
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
Alterações ao regime jurídico das relações colectivas de trabalho instituído pelo decreto-lei nº 519-C1/79, de 29 de Dezembro : projecto de diploma para apreciação pública / Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : M. E. S. S., 1991. - 6 p. ; 30 cm. - Sep. de "Boletim do Trabalho e Emprego", nº 3, 1992

Direito do Trabalho

CDU 349.2

349.2
POR*Alt
92-0240 1
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
Alteração ao regime da suspensão do contrato de trabalho e da redução do período normal de trabalho, instituido pelo decreto-lei nº 398/83, de 2 de Novembro ; Regime jurídico do serviço doméstico ; Tabela nacional de incapacidades: instruções gerais / Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : Serviço de Informação Científica e Técnica, 1992. - 20 p. ; 30 cm

Direito do Trabalho

CDU 349.2

92-0241 PP 139
CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes
Da cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador perante a Constituição da República / António Menezes Cordeiro In: Revista de direito e de estudos sociais. - Coimbra : Almedina. - A. 33, nº 3/4 (Jul.-Dez. 1991) ; p. 369-421

Direito do Trabalho--Contrato de Trabalho

92-0242 PP 139
CARVALHO, António Nunes de
Sobre o dever de ocupação efectiva do trabalhor / António Nunes de Carvalho In: Revista de direito e de estudos sociais. - Coimbra: Almedina. - A. 33, nº 3/4 (Jul.-Dez. 1991) ; p. 261-327

Direito do Trabalho--Contrato de Trabalho

92-0243 331.1
LEITÃO, Maria Josefina Menezes LEI*Neg
A negociação colectiva na flexibilidade do tempo de trabalho na Bélgica / Maria Josefina Menezes Leitão. - Lisboa : Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. - 66 p. ; 23 cm. - (Estudos : série C - Trabalho ; 9)

Negociação Colectiva--Organização do Trabalho--Bélgica / Horário de Trabalho--Bélgica

CDU 331.1(493)

92-0244 PP 70
CARVALHO, Fernando Martins de
Origens da Ordem dos Advogados em Portugal / Fernando Martins de Carvalho In: O Direito. - Lisboa : Associação Promotora de "O Direito". - A. 123, nº 4 (Out.-Dez. 1991) ; p. 713-732

Advogado--Ordem Profissional--História

MEIO AMBIENTE

POLÍTICA DO AMBIENTE

92-0245 PP 483
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 -1992 (Mário Raposo)
Recomendação legislativa : sistema de responsabilidade civil em direito do ambiente / Provedor de Justiça
In: Relatório intercalar. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça. - (1 Jan.-30 Set. 1991) ; p. 93-106

Direito do Ambiente--Responsabilidade Civil

MEIO NATURAL

92-0246 551.58
FRANCO, E. P. Cardoso FRA*Qua
Quantificação do coeficiente da fórmula de Piche (corrigida) para aplicação do método de Bouchet ao território de Portugal Continental / E. P. Cardoso Franco. - Lisboa : Instituto de investigação Científica Tropical, 1991. - 38 p. : map., gráf. ; 30 cm. - (Comunicações: série de ciências agrárias ; 7)

Clima--Condições Atmosféricas

CDU 551.58

582
92-0247 GON*Flo
GONÇALVES, Maria Leonor 1
Flora de Moçambique : convolvulaceae / Maria Leonor Gonçalves. - Lisboa : Centro de Botânica do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992. - 134 p.: il.; 25cm
ISBN 972-672-577-1

Flora--Moçambique

CDU 582

AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA

POLÍTICA AGRÍCOLA

92-0248 PP 225
BOUSSARD, Jean-Marc
Le rôle de l'agriculture dans le dévéloppement / Jean-Marc Boussard
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2255 (Dez. 1991) ; p. 1-5

Economia Agrícola--País em Desenvolvimento

92-0249 338.43
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Des
Desenvolvimento e futuro da política agrícola comum: documento elaborado com base nos documentos COM(91) 100 e COM(91) 258 / Comissão das Comunidades Europeias. - Luxemburgo : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1991. - 45, [7] p. ; 25 cm. - Sep. de "Boletim das Comunidades Europeias", nº 5/91
ISBN 92-826-3551-1

Política Agrícola Comum

CDU 338.43(4)

PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO

TECNOLOGIA E REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA

92-0250 PP 212
TRIBOLET, José
A expansão das novas tecnologias em Portugal / José Tribolet
In: Cadernos de economia. - Lisboa : MIDESA [distrib.]. - A. 5, nº 18 (Jan.-Mar. 1992); p. 51-55

Nova Tecnologia

INVESTIGAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

92-0251 339.92CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Dir
O direito de autor e os direitos conexos na Comunidade Europeia / Comissão das Comunidades Europeias. - Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1991. - 10 p. ; 23 cm. - (O Dossier da Europa; 9/1991)

Política Comunitária--Direito de Autor / Propriedade Intelectual--CEE

CDU 339.92CE
347.78

ENERGIA

POLÍTICA ENERGÉTICA

92-0252 PP 524
AMARAL, Luís Mira
A carta europeia da energia no contexto da integração europeia / Luís Mira Amaral

In: Valor. - Lisboa : S. T. & S. F., Sociedade de Publicações. - A. 1, nº 7 (Dez. 1991); p. 11-13

Política Energética--Comunidade Europeia / Mercado Unico Europeu--Indústria Energética / Carta Europeia da Energia

INDÚSTRIA

POLÍTICAS E ESTRUTURAS INDUSTRIAIS

92-0253 PP 225
HOUSSEL, Jean-Pierre
L'industrialisation spontanée dans les régions périphériques du Nord et du Sud / Jean-Pierre Houssel
In: Problèmes économiques. - Paris : La Documentation Française. - Nº 2257 (Jan. 1992) ; p. 17-23

Desenvolvimento Industrial--Europa--Região Periférica / Desenvolvimento Industrial--País em Desenvolvimento

GEOGRAFIA

92-0254 908.519
HANDBOOK OF KOREA Han
Handbook of Korea. - 8th. ed. - Korea : Korean Overseas Information Service, 1990. - 574 p. ; 25 cm

República da Coreia--Monografia

CDU 908.519

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

92-0255 PP 59
LES COMITES DES NORMES DE L'INTOSAI
Les comités des normes de l'Intosai : la coopération porte fruit
In : Revue internationale de la vérification des comptes publics. - Washington : Intosai. - Vol. 18, nº 3 (Jul. 1991) ; p. 1

INTOSAI--Cooperação Internacional--1989-1992

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

92-0256 PP 268
ACIDENTES DE TRABALHO. Lisboa, [198-]
Acidentes de trabalho / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : Serviço de Informação Científica e Técnica, [198-]- .-30cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao 1° trimestre de 1989. - Recebemos neste semestre o exemplar relativo ao 3° trim. 1991. - Trimestral

92-0257 PP 67
ACORDÃOS DOUTRINAIS DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO. Cacém. 1962
Acórdãos doutrinais do Supremo Tribunal Administrativo / dir. António Simões Correia ; colab. António Rodolfo, José Manuel Simões Correia. - Cacém : António Simões Correia, 1962- . - 23 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 30, n°s. 359 e 360 (1991) ; A. 31, n°s. 361 a 365 (1992)
ISSN 0870-2721

92-0258 PP 486
LES ACTIVITÉS DE LA COUR DE JUSTICE DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES. Luxemburgo, [19--]
Les activités de la Cour de Justice des Communautés Européennes. - Luxembourg : Cour de Justice des Communautés Européennes, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no n° 4 (Fev. 1989). - Recebemos neste semestre os n°s. 22 e 23 (Dez. 1991); 1 a 12, 14 e 15 (1992)

92-0259 PP 351
ACTIVITY REPORT. Indian Audit and Accounts Department. New Delhi, [1984]
Activity report / Indian Audit and Accounts Department; pref. T. N. Chatuverdi. - [New Delhi] : Office of the Comptroller and Auditor General of India, [1984]-

. - 24 cm. - Descrição baseada no relatório de 1984. - Recebemos neste semestre o relatório de 1990/1991

92-0260 PP 226
ACTUALIDADE JURÍDICA. Lisboa, 1989
Actualidade jurídica / dir. Pedro Patrício Amorim. - A. 1, nº 0 (Jul. 1989)- . - Lisboa: INFOJUR, 1989- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 3, nº 17 (Out. 1991) e A. 4, nº 18 (Mar. 1992). - Mensal

92-0261 PP 72
ANÁLISE SOCIAL. Lisboa, [19--]
Análise social : revista / do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; dir. A. Sedas Nunes. - Lisboa : Universidade de Lisboa, [19--]- . - 27 cm. - A partir do vol. 26, nº 110 (1991), o director é Manuel Braga da Cruz. - Descrição baseada em: Vol. 21, nº 85, 3ª série (1985). - Recebemos neste semestre o vol. 26, 4ª série, nº 112/113 (1991) e vol. 27, 4ª série, nº 114 (1992)
ISSN 003-2573

92-0262 PP 350
ANNUAL REPORT. NAO. London, 1979
Annual report / National Audit Office. - 1979- . - London : NAO, 1979- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1979. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0263 PP 85
ANNUAL REPORT. GAO. Washington, 1988
Annual Report / US General Accounting Office. - 1988- . - Washington : General Accounting Office, [197-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1979. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0264 PP 285
ANUÁRIO. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Lisboa, [19--]
Anuário / Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. - Lisboa : MAPA, [19-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no anuário de 1989. - Recebemos neste semestre

o anuário de 1991. - Anual

92-0265 PP 297
ANUÁRIO DE ACTIVIDADES. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, [19--]
Anuário de actividades / Instituto de Investigação Científica Tropical. - Lisboa : I.I.C.T., [19--]- . - 24 cm. - Descrição baseada no anuário de 1988. - Recebemos neste semestre o anuário de 1990

92-0266 PP 520
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA SEGURANÇA SOCIAL. Lisboa, [19--]
Anuário estatístico da segurança social / Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. - Lisboa : Divisão de Estatística da Direcção dos Serviços do Orçamento, Contas e Estatística, [19--]- . - 29 cm. - Descrição baseada no anuário de 1989. - Recebemos neste semestre o anuário de 1990. - Anual

92-0267 PP 61
ASIAN JOURNAL OF GOVERNMENT AUDIT. New Delhi, 1983
Asian journal of Government Audit / ASOSAI ; ed. T.N. Chatuverdi. - 1983- . - New Delhi : ASOSAI, 1983- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989. - Recebemos neste semestre o relatório de 1992. - Anual

92-0268 PP 292
BEI INFORMAÇÃO. Luxemburgo, [19--]
BEI informação / Banco Europeu de Investimento. - Luxemburgo : BEI, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 60 (Jun. 1989). - Recebemos neste semestre os nºs. 70 (Nov. 1991) e 71 (Fev. 1992)
ISSN 0258-2147

92-0269 PP 474
BIBLIOGRAPHIE UNIVERSELLE DE SÉCURITÉ SOCIALE. Genebra, [19--]
Bibliographie universelle de sécurité sociale = World bibliography of social security = Bibliografia mundial de seguridad social = Weltbibliographie der

sozialen sicherheit / Association Internationale de la Sécurité Sociale. - Genebra : AISS, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 28, nº 1 (1990). - Recebemos neste semestre o vol. 29, nº 1/2 (1991)
ISSN 0006-1476

92-0270 PP 492
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, [19--]
Boletim bibliográfico / Biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão. - Lisboa : ISEG, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 12, nº 11/12 (Nov.-Dez. 1990). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 14, nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992) e 3 (Mar. 1992)

92-0271 PP 206
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Centro de Informação e Documentação do Instituto de Informática do Ministério das Finanças. Lisboa, 1985
Boletim bibliográfico / Centro de Informação e Documentação do Instituto de Informática do Ministério das Finanças. - nº 1 (Out. 1985)- . - Lisboa : C.D.I. do M.F., 1985- . - 21 cm. - Recebemos neste semestre os nºs. 3 e 4 (1991) e 1 (1992)

92-0272 PP 293
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Divisão de Informação e Documentação da Direcção--Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. Lisboa, [197-]
Boletim bibliográfico / Divisão de Informação e Documentação da Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. - Lisboa : D.G.S.I., [197-]- .- 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 12, nº 66 (1º trim. 1985). - Recebemos neste semestre os exemplares relativos aos 1º, 2º e 3º trim. 1991)

92-0273 PP 314
BOLETIM DA CONCORRÊNCIA E PREÇOS. Lisboa, [198-]
Boletim da concorrência e preços / Direcção-Geral da Concorrência e Preços. -

Lisboa : D.G.C.P., [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 6, nº 5-6, 2ª série (Abr.-Jun. 1988). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 3, nºs. 9 (Jan.-Mar. 1992) e os suplementos Legis nºs. 13 (Jan. 1992) e 14 (Fev. 1992)

92-0274 PP 348
BOLETIM DA INSPECÇÃO GERAL DO TRABALHO. Lisboa, [19--]
Boletim da Inspecção Geral do Trabalho. - Lisboa : I.G.T., [19--]- . - 29 cm. - Descrição baseada no nº 12-13 (Out. 1989-Mar. 1990)

92-0275 PP 478
BOLETIM DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Bruxelas, [1967]
Boletim das Comunidades Europeias / Comissão das Comunidades Europeias. - Bruxelas : C. C. E., [1967]- . - 25 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 23, nº 9 (1990). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 24, nºs. 7/8 (1991); 11 e 12 (1991 e A. 25, nº 1/2, 3 (1992)

92-0276 PP 232
BOLETIM DE DOCUMENTAÇÃO. Direcção-Geral do Comércio Externo. Lisboa, [1979]
Boletim de documentação / Direcção-Geral do Comércio Externo. - Lisboa : S.E.C.E., [1979]- . - 30 cm. - Descrição baseada em : A. 1, nº 4 (Nov.-Dez. 1979). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 13, nºs. 144 (Nov. 1991); 145 (Dez. 1991); A. 14, nºs. 146 (Jan. 1992); 147 (Mar. 1992) e 148 (Abr. 1992)

92-0277 PP 187
BOLETIM DE SUMÁRIOS. Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. Lisboa, [198-]
Boletim de sumários / Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. - Lisboa : Direcção-Geral dos Serviços de Informática do M.J., [198-]- . - 24 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 3, nº9, (2º trimestre de 1983). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 2, nºs. 40 (1º trim. 1991) e 41 (2º trim. 1991)

92-0278 PP 64

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Lisboa, 1947

Boletim do Ministério da Justiça. - 1947- . - Lisboa : Ministério da Justiça, 1947- . - 23 cm. - Recebemos neste semestre os nºs. 384 (Mar. 1989); 385 (Abr. 1989); 386 (Maio 1989); 387 (Jun. 1989); suplemento ao nº 388 (Jul.-Ago. 1989); nº 389 (Out. 1989). - Mensal

92-0279 PP 185

BOLETIM DO PORTO DE LISBOA. Lisboa, [195-]

Boletim do Porto de Lisboa ; dir. A. da Costa Neves. - Lisboa : Serviço de Relações Públicas da Administração do Porto de Lisboa, [195-]- . - 30 cm. - Descrição baseada em : nº 19 (Ago. 1952). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 40, nº 294 (Out.-Dez. 1991)

92-0280 PP 231

BOLETIM DO SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO. Lisboa, [19--]

Boletim do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado / dir. Filipe Almeida Ferreira. - Lisboa : Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 5, nº 3/4, 2ª série (1983). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 5, 2ª série, nº 6 (Nov.-Dez. 1990) ; A. 6, 2ª série, nºs. 1 (Jan.-Fev. 1991); 2 (Mar.-Abr. 1991) e A. 7, 3ª série, nº 1 (Jan.-Fev. 1992). - Continuado por: Revista dos Quadros Técnicos do Estado / dir. Leodolfo Bettencourt Picanço. - Mudou de novo para: Administração : dirigentes, e técnicos do Estado

92-0281 PP 150

BOLETIM DO TRABALHO E EMPREGO. Lisboa, [19--]

Boletim do trabalho e emprego / Serviço de Informação Científica e Técnica do Ministério do Emprego e Segurança Social. - Lisboa : Serviço de Informação Científica e Técnica do Ministério do Emprego e Segurança Social, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao A. 40, nº 12 (Mar. 1973). - Recebemos neste semestre o vol. 58, nºs. 37, 38, 41 a 48 (1991) e vol. 59, nºs. 1 a 16 (1992)

92-0282 PP 214

BOLETIM IGF. Lisboa, 1988

Boletim IGF / Inspecção-Geral de Finanças. - Lisboa : IGF, [19--]- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 9, nºs. 32/33 (Fev. 1991) e 34/35 (Nov. 1991). - Trimestral

92-0283 PP 135

BOLETIM INFORMATIVO. Associação Portuguesa de Bancos. Lisboa, 1988

Boletim informativo / Associação Portuguesa de Bancos. - A. 1, nº 1 (Jun. 1988)- . - Lisboa : A.P.B., 1988- . - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 4, nº 8 (Dez. 1991) e A. 5, nº 9 (Jun. 1992)

92-0284 PP 229

BOLETIM INFORMATIVO. Instituto Superior de Gestão. Lisboa, [198-]

Boletim informativo / Instituto Superior de Gestão ; dir. Júlio Henriques Neves. - Lisboa : Instituto Superior de Gestão, [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 2, nº 4 (Mar. 1988). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 4, nºs. 11 (Jul. 1991) e 12 (Dez. 1991)

92-0285 PP 201

BOLETIM JAE. Lisboa, [19--]

Boletim JAE / Junta Autónoma das Estradas. - Lisboa : J.A.E., [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de (Abr. 1980). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes aos 3º e 4º trim. de 1991 e 1º trim. 1992

92-0286 PP 129

BOLETIM MENSAL DE ESTATÍSTICA. Lisboa, [19--]

Boletim mensal de estatística = Bulletin mensuel de statistique / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa: INE, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 34, nº 5 (Maio 1962). - Recebemos neste semestre o vol. 63, nºs. 10 a 12 (1991) e o vol. 64, nºs. 1/2 (1992); 3 (Mar. 1992) e 4 (Abr. 1992)

92-0287 PP 180
BOLETIM SEMESTRAL. Delegação Regional da Madeira do Banco de Portugal. Funchal, 1985
Boletim semestral = Bulletin / Delegação Regional da Madeira do Banco de Portugal. - 1985- . - Funchal: Delegação da Madeira do Banco de Portugal, 1985- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o nº 12 (Set. 1990)

92-0288 PP 174
BOLETIM SEMESTRAL. Delegação Regional dos Açores do Banco de Portugal. Ponta Delgada, 1983
Boletim semestral = Bulletin / Delegação Regional dos Açores do Banco de Portugal. - nº 1 (Jun. 1983)- . - Ponta Delgada : Delegação Regional dos Açores do Banco de Portugal, 1983- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o nº 16 (Dez. 1990). - Semestral

92-0289 PP 151
BOLETIM TRIMESTRAL. Inspecção-Geral da Administração do Território. Lisboa, [1988]
Boletim trimestral / Inspecção-Geral da Administração do Território. - Lisboa : I.G.A.T., [1988]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a : A. 1, nº 2 (Dez. 1988). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 4, nº 3 (Set. 1991). - Continuado por: Revista de direito autárquico

92-0290 PP 274
BOLETIN INFORMATIVO DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE TRIBUNALES DE CUENTAS. Salta, [1974]
Boletin informativo del Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas. - Salta : S.P.T.C., [1974]- . - 22 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 13, nº 49-50 (Jan.-Jun. 1987). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 15, nº 55-66 (Jul.-Dez. 1988); A. 17, nº 65-66 (Jan.-Jun. 1991)

92-0291 PP 420
BYTE. Hightstown, [19--]
BYTE / McGraw-Hill Publication. - Hightstown : McGraw-Hill, [19--]- . - 28

cm. - Descrição baseada no vol. 6, nº 8 (Ago. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 16, nº 13 (Dez. 1991); vol. 17, nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992); 4 (Abr. 1992); 5 (Maio 1992) e 6 (Jun. 1992)
ISSN 0360-5280

92-0292 PP 212
CADERNOS DE ECONOMIA. Lisboa, 1987
Cadernos de Economia : revista de análise / dir. José de Almeida Serra. - A. 1, nº1 (Out.-Dez. 1987)- . - Lisboa : MIDESA [distrib.], 1987- . - 29 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 5, nºs. 17 (Out.-Dez. 1991); 18 (Jan.-Mar. 1992); 19 (Abr.-Jun. 1992) e o nº especial de Mar. 1992. - Trimestral

92-0293 PP 62
CIÊNCIA E TÉCNICA FISCAL. Lisboa, 1935
Ciência e técnica fiscal / Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. - 1935- . - Lisboa : Imprensa Nacional, 1935- . - 23 cm. - Até 1961 a publicação designou-se: "Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos". - Recebemos neste semestre os nºs. 362 (Abr.-Jun. 1991); 363 (Jul.-Set. 1991); 364 (Out.-Dez. 1991) e os índices de 1989/1990

92-0294 PP 527
COMMUNICATION BRIEFINGS. Blackwood, [19--]
Communication briefings / dir. Don Bagin. - Blackwood : Encaders, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 10, nº 2 e recebido neste semestre
ISSN 0730-7799

92-0295 PP 479
COMPTES NATIONAUX TRIMESTRIELS. Luxemburgo, [19--]
Comptes nationaux trimestriels / Serviço de Estatística das Comunidades Europeias. - Luxemburgo : EUROSTAT, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 1 (1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 4 (1991) e 1 (1992)
ISSN 1010-1772

92-0296 PP 509
CRONICAS DE CONTROL. Lima, [19--]
Cronicas de control / Contraloria General de la Republica. - Lima : Contraloria General de la Republica, [19--]- . - 29 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 3, nº 10 (Abr.-Jun. 1991). - Recebemos neste semestre o nº 11 (Jul.-Ago.-Set. 1991)

92-0297 PP 517
DBMS. Redwood City [EUA], [19--]
DBMS : developing corparate applications / dir. Kevin Strehlo. - Redwood City [EUA] : M & T Publishing, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol.4, nº 11 (Out. 1991) . - Recebemos neste semestre o vol. 4, nºs. 12 (Nov. 1991) e 13 (Dez. 1991) e o vol. 5, nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992); 4 (Abr. 1992); 5 (Maio 1992) e 6 (Jun. 1992)

92-0298 PP 508
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MARCHA. Lisboa, 1991
Desenvolvimento regional em marcha / Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional. Nº 1 (Ago. 1991)- . - Lisboa: D.G.D.R., 1991- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o nº 2 (Mar. 1992)

92-0299 PP 197
DIÁRIO ECONÓMICO. Lisboa, [198-]
Diário económico / dir. Jaime Antunes. - Lisboa : Proinfec, [198-]- . - 44 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, nº 22. - Recebemos neste semestre os exemplares relativos a: Semanário: nºs. 260 a 267, 268, 270, 271, 273, 283 e 284; Diário: nº 439, 470, 474, 490. 491 e 495. - Diário. - À sexta-feira é semanal

92-0300 PP 286
DIFUSÃO DE LEGISLAÇÃO. Lisboa, [19--]
Difusão de legislação / Centro de Documentação e Informação da Segurança Social. - Lisboa : M.E.S.S., [19--]- . - 25 cm. - Descrição baseada no exemplar de Agosto de 1989. - Recebemos neste semestre o exemplar relativo ao 1º trim. 1991

92-0301 PP 70
O DIREITO. Lisboa, [1868]
O direito / Inocêncio Galvão Telles. - [1868]- . - Lisboa : Associação Promotora de "O Direito", [1868]- . - 22 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 106-119 (1974-1987). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 123, nºs. 1 (Jan.-Mar. 1991); 2/3 (Abr.-Set. 1991) e 4 (Out.-Dez. 1991)

92-0302 PP 532
DIRIGIR. Lisboa, [198-]
Dirigir : revista para chefias / Instituto do Emprego e Formação Profissional ; dir. José Casqueiro Cardim. - Lisboa : IEFP, [198-]- . - 28 cm. - Descrição baseada no nº 21 (Nov.-Dez. 1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 21 (Nov.-Dez. 1991) e 22 (Jan.-Fev. 1992)
ISSN 0-0871-7354

92-0303 PP 513
DR. DOBB'S JOURNAL. Redwood City [EUA], [19--]
Dr. Dobb's journal / ed. Jonathan Erickson. - Redwood City [EUA] : M & T Publishing, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 15, nº 9 (Set. 1990). - Recebemos neste semestre os nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992); 4 (Abr. 1992); 5 (Maio 1992) e 6 (Jun. 1992)

92-0304 PP 131
THE ECONOMIST. London, [19--]
The Economist / dir. Domenico Tassirani. - London : The Economist Newspaper, [19--]- - 27 cm. - Descrição baseada no vol. 302, nº 7483 (Jan. 1987). - Recebemos neste semestre os nºs. 7719 a 7722, 7727, 7728, 7730, 7732, 7733, 7735 a 7742, 7745 a 7761

92-0305 PP 391
ELEIÇÕES. Lisboa, 1990
Eleições : revista de assuntos eleitorais / Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral ; dir. Duarte Nuno de Vasconcelos. - Nº 0 (Out. 1990)- . - Lisboa : STAPE, 1990- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os nºs. 2 (Dez. 1991) e 3 (Jul. 1992)
ISSN 0871-7451

92-0306 PP 534
ERCIM NEWS. Lisboa, [19--]
ERCIM News / dir. Helena du Toit. - Lisboa : INESC, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 7 (Dez. 1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 7 (Set. 1991); 8 (Fev. 1992) e 9 (Abr. 1992)

92-0307 PP 112
ESTATÍSTICAS DA JUSTIÇA. Lisboa, [198-]
Estatísticas da Justiça : estatísticas provisórias / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça . - Lisboa : G.E.P., [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no ano de 1984. - Recebemos neste semestre os dados provisórios referentes a Nov. 1991 e Fev. 1992. - Anual

92-0308 PP 397
ESTATÍSTICAS DA SEGURANÇA SOCIAL. Lisboa, [19--]
Estatísticas da Segurança Social : dados financeiros / Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. - Lisboa : I.G.F.S.S., [19--]- . - 15 cm. - Descrição baseada nos dados financeiros de Abr.-Jun. 1990. - Recebemos neste semestre os dados financeiros relativos a 1990, 2 volumes

92-0309 PP 189
ESTATUTOS E RELATÓRIOS DE EMPRESAS. Lisboa, 1988
Estatutos e relatórios de empresas / Direcção de Serviços de Informação e Documentação da Direcção-Geral da Navegação e dos Transportes Marítimos. - V. 1, nº 1 (Jan.-Jun. 1988). - Lisboa : D.G.N.T.M., 1988- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o vol. 4, nº 1-2 (Jan.-Dez. 1991)

92-0310 PP 68
ESTUDOS DE ECONOMIA. Lisboa, 1980
Estudos de Economia / Instituto Superior de Economia ; dir. Manuela Silva. - vol. 1, nº 1 (Set.-Dez. 1980)- . - Lisboa : ISE, 1980- . - A partir do vol. 10, nº 1 (Out.-Dez. 1989) e até ao vol. 10, nº 4 (Jul.-Set. 1990) o director foi Ferreira do Amaral. - A partir do vol. 11, nº 1 (Out.-Dez. 1990) o director é M. Avelino de Jesus. - Recebemos neste semestre o vol. 11, nºs. 1 (Out.-Dez. 1990) e 4 (Jul.-Set. 1991)

92-0311 PP 258
ETUDES ECONOMIQUES. Paris, [19--]
Etudes économiques / Organisation de Coopération et de Développement Économiques. - Paris : OCDE, [19--]- . - 23 cm. - Descrição baseada no exemplar de 1985/1986 (Maio 1986). - Recebemos neste semestre os exemplares relativos a: Estados Unidos, Japão, Países-Baixos, Noruega, Austria, Portugal, Austrália e Espanha

92-0312 PP 522
EXAME. Lisboa, [1989]
Exame : negócios em revista / dir. Alvaro de Mendonça. - Lisboa : Exame, [1989]- . - 30 cm. - A partir do nº 34 (Jan. 1992) o director é Carlos Rosado de Carvalho. - Descrição baseada no exemplar referente a : A. 3, nº 33 (Dez. 1991). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 3, nºs. 31 (Out. 1991); 33 (Dez. 1991); 34 (Jan. 1992); 35 (Fev. 1992) e 37 (Abr. 1992). - Mensal

92-0313 PP 241
EXPANSÃO. Lisboa, [19--]
Expansão / dir. Jaime Antunes. - Lisboa : Expansão Económica, [19--]- . - 29 cm. - Descrição baseada no nº 2 (Maio 1992). - Recebemos neste semestre o nº 2 (Maio 1992)

92-0314 PP 132
FISCO. Lisboa, 1988
Fisco : doutrina, jurisprudência, legislação / dir. Jaime Antunes. - 1988- . - Lisboa : Proinfec, 1988- . - 28 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 3, nºs. 28 (Fev. 1991); 33 (Jul. 1991); 35 (Out. 1991); 36 (Nov. 1991); 37 (Dez. 1991) ; A. 4, nºs. 38/39 (Jan.-Fev. 1992); 40 (Mar. 1992); 41 (Abr. 1992); 42 (Maio 1992) e 43/44 (Jun. 1992). - Mensal

92-0315 PP 537
FORMAÇÃO. Lisboa, [19--]
Formação / Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa. - Lisboa : Secretaria de

Estado da Modernização Administrativa, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a 1992 e recebido neste semestre

92-0316 PP 468
FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Lisboa, [19--]
Formação profissional / Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional. - Lisboa: CEDEFOP, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 1 (1990). - Recebemos neste semestre o nº 2 (1991)

92-0317 PP 376
FORMAR. Lisboa, 1990
Formar : revista dos formadores / dir. José Casqueiro Cardim. - nº 1 (Out. 1990)- . - Lisboa : Instituto do Emprego e Formação Profissional [propr.], 1990- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o nº 5 (Jan.-Fev.-Mar. 1992)

92-0318 PP 533
FORTUNA. Lisboa, [1992]
Fortuna / dir. Alvaro de Mendonça. - Lisboa : Fortuna Comunicação Social, [1992]- . - 29 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, nº 2 (Maio 1992). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 1, nº 2 (Maio. 1992)

92-0319 PP 529
FORTUNE INTERNATIONAL. Zoffingen [Suíça], [19--]
Fortune international / dir. Jason McManus. - Zoffingen [Suiça] : Time Inc. Magazine Company, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 15 (Jul. 1991) e recebido neste semestre. - Bi-semanal

92-0320 PP 380
GESTION DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR. Paris, [19--]
Gestion de l'enseignement supérieur / Organisation de Coopération et de Développement Economique. - Paris : OCDE, [19--]- . - 23 cm. - Descrição baseada no vol. 2, nº 3 (1990). - Recebemos neste semestre o vol. 4, nº 1 (1992)
ISSN 1013-8501

92-0321 PP 496

HARVARD BUSINESS REVIEW. Boston, [19--]

Harvard business review / Harvard Business School of Harvard University ; ed. Rosabeth Moss Kanter. - Boston : Harvard Business School, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 69, nº 3 (Maio-Jun. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 69, nº 6 (Nov.-Dez. 1991) e vol. 70, nºs. 1 (Jan.-Fev. 1992) e 3 (Maio-Jun. 1992). - Bimensal

ISSN 0017-8012

92-0322 PP 315

HORIZONTES. Lima, [19--]

Horizontes : revista técnica del Instituto Latinoamericano y del Caribe de Ciencias Fiscalizadoras / dir. Luz Aurea Soenz Anana. - Lima : ILACIF, [19--]- . - 28 cm. - Descrição baseada no nº 19 (Set.-Dez. 1990) e recebido neste semestre

92-0323 PP 372

INDICADORES ECONÓMICOS. Lisboa, [198-]

Indicadores económicos : Portugal = Economic indicators / Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal. - Lisboa : Banco de Portugal, [198-]- . - 15 cm. - Descrição baseada no relatório de 1987. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991. - Anual

ISSN 0870-0087

92-0324 PP 154

INDICE DE SALÁRIOS CONVENCIONAIS. Lisboa, [198-]

Indice de salários convencionais / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : M.E.S.S., [198-]- . - 30 cm. - (Informação Estatística : síntese). - Descrição baseada no nº de Dez. de 1986. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes aos 1º e 2º trim. de 1991

92-0325 PP 523

THE INESC JOURNAL OF RESEARCH & DEVELOPMENT. Lisboa, 1990

The INESC journal of research & development / dir. José Manuel Tribolet, João Lourenço Fernandes. - Vol. 1, nº 1 (Jan.-Jun. 1990)- . - Lisboa : INESC, 1990-

. - 26 cm . - Recebemos neste semestre o vol. 1, nº 2 (Jul.-Dez. 1990) e o vol. 2, nº 1 (Jan.-Dez. 1991). - Semestral

92-0326 PP 334
INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Centro de Documentação e Informação Autárquica da Direcção-Geral da Administração Autárquica. Lisboa, 1989
Informação bibliográfica / Centro de Documentação e Informação Autárquica da Direcção-Geral da Administração Autárquica. - 1989- . - Lisboa : Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1989- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 2, nº 1 (Jan.-Mar. 1990). - Recebemos neste semestre o nº 3 (1991). - Trimestral

92-0327 PP 208
INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Divisão de Documentação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Lisboa, [198-]
Informação bibliográfica / Divisão de Documentação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos . - [Lisboa] : D.G.C.I., [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 12, nº 3 (Abr. 1989). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 2, nºs. 11 (Nov. 1991); 12 (Dez. 1991) e A. 3, nº 1 (Jan.-Fev. 1992)

92-0328 PP 477
INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA. Lisboa, [1985]
Informação especializada / Assembleia da República. - Lisboa : A. R., [1985]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 6, nº 4 (Jan. 1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 4 (Jan. 1992); 5 (Fev. 1992); 6 (Mar. 1992) e 7 (Abr. 1992)

92-0329 PP 398
INFORMAÇÃO EUROPEIA. Lisboa, 1987
Informação europeia : boletim mensal / Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República. - Lisboa : Assembleia da República, 1987- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 5, nº 4 (Jan. 1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 3 (Jan. 1992); 4 (Fev. 1992); 5 (Mar. 1992); 6 (Abr. 1992) e 8 (Jun. 1992)

92-0330 PP 155
INFORMAÇÃO PARA AS EMPRESAS. Lisboa, [198-]
Informação para as empresas / Caixa Geral de Depósitos. - nº 1, 1988- . - Lisboa : C.G.D., [198-]- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os nºs. 11 e 12 (1991) e nºs. 1 a 4 (1992)

92-0331 PP 51
INFORMAR O CONSUMIDOR. Lisboa, [1984]
Informar o consumidor / Instituto Nacional de Defesa do Consumidor ; dir. Manuel Lucas Estêvão. - Lisboa : I.N.D.C., [1984]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 5 (Nov./Dez.1985). - Recebemos neste semestre os nºs. 35 (Nov.-Dez. 1991) e 37 (Mar.-Abr. 1992). - Bimestral. - Continuado por: O consumidor

92-0332 PP 60
INQUÉRITO A CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO DE PESSOAS DEFICIENTES. Lisboa, [19--]
Inquérito à caracterização do emprego de pessoas deficientes / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : Departamento de Estatística do M.E.S.S., [19--] . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de Junho de 1991 e recebido neste semestre

92-0333 PP 146
INQUÉRITO AO EMPREGO. Lisboa, [198-]
Inquérito ao emprego : Portugal : Continente / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa : INE, [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao 2º trimestre de 1986. - Recebemos neste semestre o exemplar referente ao 2º trim. 1991

92-0334 PP 507
INQUÉRITO AO EMPREGO ESTRUTURADO. Lisboa, 1991
Inquérito ao emprego estruturado / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social . - 1º trim. 1991- . - Lisboa : M.E.S.S., 1991- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes aos 3º e 4º trim. 1991
ISSN 0872-0339

92-0335 PP 267

INQUÉRITO AOS GANHOS. Lisboa, 1989

Inquérito aos ganhos : restaurantes e hotéis / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - (Jan. 1989)- . - Lisboa : Departamento de Estatística do M.E.S.S., 1989- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares relativos a Abril, Julho e Outubro de 1991. - Semestral

92-0336 PP 386

INQUÉRITO AOS SALÁRIOS POR PROFISSOES. Lisboa, [19--]

Inquérito aos salários por profissões : construção civil e obras públicas / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : Departamento de Estatística do M.E.S.S., [19--]- . - 30 cm. - (Informação estatística : síntese). - Descrição baseada no exemplar de Jan. 1990. - Recebemos neste semestre os exemplares relativos a Julho e Outubro de 1991

92-0337 PP 59

INTERNATIONAL JOURNAL OF GOVERNMENT AUDITING. Washington, 1971

International Journal of Government Auditing / Intosai. - Nº1 (1971)- . - Washington : Intosai, 1971- . - 30 cm . - Existe também em francês, alemão e espanhol. - Recebemos neste semestre o vol. 18, nºs. 1 (Jan. 1991); 2 (Abr. 1991) e 3 (Jul. 1992) - edição francesa e vol. 18, nº 1 (Jan. 1991) - edição alemã. - Trimestral

92-0338 PP 539

JANUS. Paris, 1992

Janus : revue archivistique / Conseil International des Archives. - Nº 1 (1992)- . - Paris : CIA, 1992- . - 25 cm. - Recebemos neste semestre o nº 2 (1992)

92-0339 PP 275

JOURNAL OF MANAGEMENT AND TRAINING. New Delhi, [198-]

Journal of management and training / Office of the Comptroller and Auditor General of India. - New Delhi : I.R. Krishnamachari, [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: V. 7, nº 1 (Abr. 1989). - Recebemos neste

semestre o vol. 9, nº 3 (Out. 1991)

92-0340 PP 536
LEGISLAÇÃO. INA, [1991]
Legislação : cadernos de ciência de legislação / INA ; dir. J. J. Fraústo da Silva. - Lisboa : INA, [1991]- . - 24 cm. - Descrição baseada no nº 3 (Jan.-Mar. 1992) e recebido neste semestre
ISSN 0871-9497

92-0341 PP 188
LEGISLAÇÃO. Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral da Marinha do Comércio. Lisboa, 1979
Legislação / Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral da Marinha de Comércio. - 1979. - Lisboa : D.G.M.C., [197-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: vol. 3, nº 11, 1979. - Recebemos neste semestre o vol. 15, nºs. 10 (Out. 1991); 12 (Dez. 1991); vol. 16, nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992) e 4 (Abr. 1992)

92-0342 PP 193
LEGISLAÇÃO SOBRE COMÉRCIO EXTERNO. Lisboa, [197-]
Legislação sobre comércio externo / Direcção-Geral do Comércio Externo. - Lisboa : S.E.C.E., [197-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no ano de 1979. - Recebemos neste semestre o exemplar referente ao ano de 1991. - Anual

92-0343 PP 504
MERCADO INTERNO. Lisboa, 1990
Mercado interno: indústria / Secretariado Europa 1992, Caixa Geral de Depósitos. - Nº 1 (1990) - Lisboa: C.G.D., 1991- . -30 cm. - Recebemos neste semestre os nºs 9 e 10 (1991)

92-0344 PP 157
O MUNICIPAL. Santarém, [1987]
O Municipal / dir. A. Vieira Dias ; propr. Associação dos Técnicos Administrativos

Municipais - ATAM. - [1987] . - Santarém : A.T.A.M., [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada em: A. 1, nº 11 (Jan. 1981). - Recebemos neste semestre os nºs. 129 (Out. 1991); 130 (Nov. 1991); 131 (Dez. 1991); 132 (Jan. 1992); 133 (Fev. 1992); 134 (Mar. 1992) e 135 (Abr. 1992)
ISSN 0870-8037

92-0345 PP 385
NORTHERN IRELAND APPROPRIATION ACCOUNTS. London, [19--]
Northern Ireland Appropriation Accounts / Comptroller and Auditor General for Northerh Ireland. - London : HMSO, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1990/1991 e recebido neste semestre

92-0346 PP 503
NOVENTA E DOIS. Lisboa, 1989
Noventa e dois / Secretaria de Estado da Integração Europeia. - Lisboa : S.E.I.E., 1989- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, nº 12 (Jan. 1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 21 (Out. 1991); 23 (Dez. 1991); 24 (Jan. 1992); 25 (Fev. 1992); 26 (Mar. 1992); 27 (Abr. 1992) e 28 (Maio 1992)

92-0347 PP 158
OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS. Lisboa, 1987
Oportunidades de negócios / Instituto do Comércio Externo de Portugal. - nº 1 (1987)- . - Lisboa : ICEP, 1987- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os nºs: 397 a 442, 448 a 453. - Bisemanal

92-0348 PP 514
PC MAGAZINE. New York, [19--]
PC magazine / dir. Bill Machrone. - New York : ZIFF-Davis Publishing Company, [19--]- . - 28 cm. - Descrição baseada no vol. 10, nº 16 (Set. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 10, nºs. 21 e 22 (Dez. 1991); vol. 11, nºs. 1 a 8, 10 e 11 (1992)

92-0349 PP 215
PERSONAL COMPUTER WORLD. Lisboa, [1987]
Personal Computer World / dir. H. J. Carreiro. - Edição portuguesa. - Lisboa :

Electroliber [distrib.], [1987]- . - 30 cm. - Descrição baseada no Vol. 2, nº 19 (Jul. 1988) . - Recebemos neste semestre o vol. 5, nºs. 60 (Dez. 1991); vol. 6, nºs. 61 (Jan. 1992); 62 (Fev. 1992); 63 (Mar. 1992); 64 (Abr. 1992) e 65 (Maio 1992). - Mensal

92-0350 PP 506
PERSONAL COMPUTER WORLD. London, [19--]
Personal computer world / dir. Guy Swarbrick. - London : Editorial VNU House, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 14, nº 1 (Set. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 15, nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992); 4 (Abr. 1992); 5 (Maio 1992); 6 (Jun. 1992) e 7 (Jul. 1992)

92-0351 PP 221
PERSPECTIVES ÉCONOMIQUES DE L'OCDE. Paris, [19--]
Perspectives économiques de L'OCDE / Organisation de Coopération et de Développement Economiques. - Paris : O.C.D.E., [19--]- . - 27 cm. - Descrição baseada em : nº 41 (Jun. 1981). - Recebemos neste semestre os nºs. 49 (Jul. 1991) e 50 (Dez. 1991)
ISSN 0304-3274

92-0352 PP 399
PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA. Lisboa, 1991
Planeamento civil de emergência / Conselho Nacional de Planeamento Civil. - Nº 1 (Jan. 1991)- . - Lisboa : C.N.P.C., 1991- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o nº 3 (Dez. 1991)

92-0353 PP 535
PLANO DE ACÇÃO ESTATÍSTICA DA SEGURANÇA SOCIAL. Lisboa, [19--]
Plano de acção estatística da segurança social / Divisão de Estatística da Direcção dos Serviços do Orçamento, Contas e Estatística. - Lisboa : Ministério do Emprego e da Segurança Social, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a 1992 e recebido neste semestre. - Anual

92-0354 PP 540
PORTUGAL SOCIAL. Lisboa, [19--]
Portugal social / propr. Instituto Nacional de Estatística ; dir. Manuel José Vilares. - Lisboa : INE, [19--]- . - 29 cm. - Descrição baseada no exemplar relativo a 1985-1990 e recebido neste semestre
ISSN 0871-8717

92-0355 PP 481
PORTULANO. Lisboa, 1991
Portulano : revista dos portos de Setúbal e Sesimbra / Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. - Lisboa : APPS, 1991- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, nº 2 (Mar. 1991). - Recebemos neste semestre o nº 4 (Out. 1991). - Trimestral

92-0356 PP 225
PROBLÈMES ÉCONOMIQUES. Paris, [19--]
Problèmes économiques : sélection de textes français et étrangers / dir. Jean Jenger. - Paris : Centre National de la Recherche Scientifique, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 2106 (Jan. 1989). - Recebemos neste semestre os nºs. 2253 a 2274, 2280 e os índices de 1991

92-0357 PP 393
PROGRAMA DE ACTIVIDADES. INA. Oeiras, [19--]
Programa de actividades / Instituto Nacional de Administração. - Oeiras : INA, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no plano de 1991. - Recebemos neste semestre o programa para 1992. - Anual

92-0358 PP 313
PROGRAMA DOS CURSOS.Lisboa, [19--]
Programa dos cursos : formação / Direcção-Geral da Administração Pública. - Lisboa : D.G.A.P., [19--]- . - 21 cm. - Descrição baseada no programa relativo a 1990. - Recebemos neste semestre o programa para o ano de 1991

92-0359 PP 485

PRONTUÁRIO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO. Lisboa, [19--]

Prontuário da legislação do trabalho / Centro de Estudos Judiciários. - Lisboa : Centro de Estudos Judiciários, [19--]- . - 27 cm. - Descrição baseada no actualização nº 36 (1990). - Recebemos neste semestre a actualização nº 39 (Dez. 1991 a Abr. 1992)

92-0360 PP 138

RAPPORT DE LA DÉLÉGATION DES FINANCES DES CHAMBRES FÉDÉRALES AUX COMISSIONS DES FINANCES DU CONSEIL NATIONAL ET DU CONSEIL DES ETATS SUR SON ACTIVITÉ. Berna, [1988]

Rapport de la Délégation des finances des Chambres fédérales aux comissions des finances du Conseil national et du Conseil des Etats sur son activité / rel. R. Reich. - [1988]- . - Berna : Contrôle Fédéral des Finances, [1988]- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o relatório de 1990/91

92-0361 PP 235

RAPPORT DU VÉRIFICATEUR GÉNÉRAL DU CANADA À LA CHAMBRE DES COMMUNES. Ottawa, [19--]

Rapport du Vérificateur Général du Canada à la Chambre des Communes. - ed. bilingue. - Ottawa : Vérificateur Général du Canada, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1986. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0362 PP 530

UMA REGIÃO DA EUROPA. Lisboa, 1991

Uma região da Europa : jornal dos programas operacionais da Região de Lisboa e Vale do Tejo / Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo ; dir. Maria Teresa Bengala. - A. 1, nº 1 (Nov. 1991)- . - Lisboa : Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1991- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 1, nºs. 1 (Nov. 1991); 2 (Fev. 1992) e 3 (Maio 1992)

92-0363 PP 270
REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO. Lisboa, [19--]
Regulamentação colectiva de trabalho / Direcção-Geral do Trabalho do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : D.G.T., [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada nos exemplares: 13-D (1988). - Recebemos neste semestre os nºs. 12-C (1º e 2º trim. 1988)
ISSN 0870-4899

92-0364 PP 483
RELATÓRIO. Provedoria de Justiça. Lisboa, [19--]
Relatório / Provedoria de Justiça. - Lisboa : Centro de Publicações da Provedoria de Justiça, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1990. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0365 PP 538
RELATÓRIO ANUAL. Comité de Governadores dos Bancos Centrais dos Estados Membros da Comunidade Económica Europeia. [S.l.], [19--]
Relatório anual / Comité de Governadores dos Bancos Centrais dos Estados-Membros da Comunidade Económica Europeia. - [S.l.] : Comité de Governadores dos Bancos Centrais dos Estados-Membros da Comunidade Económica Europeia, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de Julho de 1991, publicado em Abril de 1992 e recebido neste semestre

92-0366 PP 141
RELATÓRIO ANUAL. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1987
Relatório anual / Fundação Calouste Gulbenkian. - 1987. - Lisboa : F.C.G., [198-]- . - 24 cm. - Descrição baseada no relatório de 1987. - Recebemos neste semestre o relatório de 1990

92-0367 PP 531
RELATÓRIO ANUAL. Inspecção-Geral do Trabalho. Lisboa, 1985
Relatório Anual / Inspecção-Geral do Trabalho. - 1985- . - Lisboa : Inspecção-Geral do Trabalho, 1985- . - (Relatórios e análises : série Inspecção do Trabalho). - Descrição baseada no relatório de 1990, recebido neste semestre. - Anual

92-0368 PP 271
RELATÓRIO DA CONJUNTURA. Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social Lisboa, [19--]
Relatório da conjuntura / Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : Serviço de Informação Científica e Técnica, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: 4º trim. 1987. - Recebemos neste semestre o exemplar referente ao 1º trim. 1991
ISSN 0870-4813

92-0369 PP 284
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES. Instituto para a Cooperação Económica. Lisboa, [19--]
Relatório de actividades / Instituto para a Cooperação Económica. - Lisboa : I.C.E., [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1988. - Recebemos neste semestre o relatório de 1990

92-0370 PP 228
RELATÓRIO E CONTAS. Banco Comercial Português. Lisboa, [1987]
Relatório e contas / Banco Comercial Português. - Lisboa : Banco Comercial Português, [1987]- . - Descrição baseada no relatório de 1987. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991. - Anual

92-0371 PP 190
RELATÓRIO E CONTAS. Banco de Comércio e Indústria. Lisboa, [1987]
Relatório e Contas / Banco de Comércio e Indústria. - Lisboa : Banco de Comércio e Indústria, [1987]- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0372 PP 162
RELATÓRIO E CONTAS. Banco Português de Investimento. Lisboa, 1988
Relatório e contas / Banco Português de Investimento. - 1988. - Porto : Banco Português de Investimento, [198-]- . - fot. ; 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1988. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0373 PP 46
RELATÓRIO E CONTAS. Caixa Geral de Depósitos, [19--]
Relatório e Contas / Caixa Geral de Depósitos. - Lisboa : C.G.D., [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1947. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991. - Anual

92-0374 PP 89
RELATÓRIO E CONTAS. Junta de Crédito Público. Lisboa, [19--]
Relatório e contas do ano económico de... / Junta de Crédito Público. - Lisboa : Junta de Crédito Público, [19--]- . - Descrição baseada no exemplar referente ao ano de 1987. - Recebemos neste semestre o relatório de 1988 . - Anual

92-0375 PP 374
RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA. Brasília, [19--]
Relatório e parecer sobre as contas do Governo da República / ed. Tribunal de Contas da União. - Brasília : Tribunal de Contas da União, [19--]- . - 23 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989 e recebido neste semestre

92-0376 PP 526
REMUNERAÇÕES E DURAÇÃO DO TRABALHO. Lisboa, [19--]
Remunerações e duração do trabalho / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao 3º trim. de 1991 . - Recebemos neste semestre o exemplar relativo ao 2º trim. 1991. - Trimestral

92-0377 PP 490
REPORT BY THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL FOR NORTHERN IRELAND. London, [19--]
Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland. - London : NIAO, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de Fev. 1991. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: 6, 13 e 20 de Fev. 1992

92-0378 PP 473
REVISTA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. Lisboa, [19--]
Revista da administração local / ed. Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local ; dir. António Rosa Montalvo. - Lisboa : CEDREL, [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada no nº 127 (Jan.-Fev. 1992). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A.15, nº 127 (Jan.-Fev. 1992)
ISSN 0870-810-X

92-0379 PP 213
REVISTA DA BANCA. Lisboa, [1987]
Revista da Banca / dir. Braz Teixeira ; propr. Associação Portuguesa de Bancos. - Lisboa : A.P.B., [1987]- . - 23 cm. - Descrição baseada no nº 3 (Jul.-Set. 1987). - Recebemos neste semestre os nºs. 19 (Jul.-Set. 1991) e 20 (Out.-Dez. 1991)

92-0380 PP 182
REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS. Lisboa, [1948]
Revista da Ordem dos Advogados / dir. Eridano de Abreu. - [1948]- . - Lisboa: Ordem dos Advogados, [1948]- . - 23 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 51, vol. 2 (Jun. 1991)

92-0381 PP 139
REVISTA DE DIREITO E DE ESTUDOS SOCIAIS. Coimbra, [19--]
Revista de direito e de estudos sociais / dir. Bernardo da Gama Lobo Xavier, Mário F. de Campos Pinto, Henrique Nascimento Rodrigues. - Coimbra : Almedina, [19--]- . - 23 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 11, nº 4 (1960). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 33, nºs. 1/2 (Jan.-Jun. 1991) e 3/4 (Jul.-Dez. 1991). - Trimestral
ISSN 0870-3965

92-0382 PP 184
REVISTA DE DIREITO PÚBLICO. Lisboa, 1985
Revista de direito público / Pires Machado... [e outros]. - A. 1, nº 1 (Nov. 1985). - Lisboa : Vulgus, 1985- . - 27 cm. - Recebemos neste semestre o nº 9 (Jan.-Jul. 1991) . - Semestral

92-0383 PP 66
REVISTA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. Lisboa, [19--]
Revista de legislação e jurisprudência / dir. João de Matos Antunes Varela. - Lisboa : [s.n.], [19--]- . - 30 cm. - Descrição baseada em : A. 92, nº 3142 (1959). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 124, nºs. 3806/3808 (Set.-Dez. 1991); 3810 (Jan. 1992); 3811 (Fev. 1992) e 3812 (Mar. 1992). - Mensal
ISSN 0870-8487

92-0384 PP 120
REVISTA TRIMESTRAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. Lisboa, 1989
Revista trimestral do Tribunal de Contas. - 1989- . - Lisboa : Tribunal de Contas, 1989- . - 20 cm. - Continuação de: Boletim trimestral da Direcção-Geral do Tribunal de Contas. - Descrição baseada no nº 1 (Jan.-Mar. 1989). - Recebemos neste semestre o nº 7/8 (Jul.-Dez. 1990)

92-0385 PP 476
REVUE DU DROIT PUBLIC ET DE LA SCIENCE POLITIQUE EN FRANCE ET L'ETRANGER. Paris, [19--]
Revue du droit public et de la science politique en France et l'étranger / dir. Jacques Robert, Jean-Marie Auby. - Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, [19--]- . - 25 cm. - Descrição baseada no tomo 107, nº 1 (1991). - Recebemos neste semestre os nºs. 4 (Jul.-Ago. 1991); 5 (Set.-Out. 1991); 6 (Nov.-Dez. 1991): nºs. 1 (Jan.-Fev. 1992) e 2 (Mar.-Abr. 1992)

92-0386 PP 133
REVUE FRANÇAISE DES FINANCES PUBLIQUES. Paris, [198-]
Revue française des finances publiques / dir. Vincent Marty, Michel Bouvier, Marie-Christine Esclassan. - Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, [198-]- . - 23 cm. - Descrição baseada no nº 21, 1988. - Recebemos neste semestre os nºs. 35 e 36 (1991)
ISSN 0294-0833

92-0387 PP 170
SALÁRIO MINIMO. Lisboa, [198-]
Salário mínimo / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa : M.E.S.S., [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de 1988. - Recebemos neste semestre os relatórios referentes aos 2° e 3° trim. 1991

92-0388 PP 140
SCALA. Frankfurt am Main, [198-]
Scala / red. Gerhard Hofmann. - Frankfurt am Main : Wernen Wirthle, [198-]- . - 30 cm. - Descrição baseada no n° 6 (1983). - Recebemos neste semestre os n°s. 6 (Dez. 1991); e n°s. 1 (Jan.-Fev. 1992) e 2 (Mar.-Abr. 1992)

92-0389 PP 237
SÍNTESE MENSAL DA CONJUNTURA. Lisboa, 1987
Síntese mensal da conjuntura / Banco de Portugal. - Lisboa : Banco de Portugal, 1987- . - 30 cm. - Recebemos neste semestre os n°s. 11 (Nov. 1991); 12 (Dez. 1991); n° 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992) e 4 (Abr. 1992). - Mensal
ISSN 0870-807-X

92-0390 PP 223
STATISTIQUES RAPIDES. Luxemburgo, 1991
Statistiques rapides : économie et finances / EUROSTAT. - Luxemburgo : EUROSTAT, 1991- . - 30 cm. - Descrição baseada no n° 2 (1991). - Recebemos neste semestre os n°s. 2 e 3 (1991) e 1 (1992)
ISSN 1015-8944

92-0391 PP 211
STUDIA. Lisboa, [1958]
Studia / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. - Lisboa : C.H.C.A., [1958]- . - 23 cm. - Descrição baseada no n° 15 (1965). - Recebemos neste semestre o n° 50 (1991). - Irregular
ISSN 0870-0028

92-0392 PP 269

TC JURE. Lisboa, 1989

TC jure / Tribunal de Contas. - 1989. - Lisboa : Tribunal de Contas, 1989- . - 30 cm. - Existem novos exemplares com outra numeração. - Descrição baseada no nº 1 (Jan. Mar. 1989). - Recebemos neste semestre o nº 7/8 (Jul.-Dez. 1990)

92-0393 PP 519

UNIX WORLD. Mountain View [EUA], [19--]

Unix world : McGraw-Hill's Magazine of open systems computing / dir. David L. Flack. - Mountain View [EUA] : McGraw-Hill, [19--]- . - 28 cm. - Descrição baseada no vol. 8, nº 10 (Out. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 8, nº 12 (Dez. 1991); vol. 9, nºs. 1 (Jan. 1992); 2 (Fev. 1992); 3 (Mar. 1992) e 4 (Abr. 1992). - Mensal

92-0394 PP 524

VALOR. Lisboa, 1991

Valor : a semana em negócios / dir. Maria Suzana Ferreira. - Lisboa : propr. S. T.- & S. F., Sociedade de Publicações, 1991- . - 27 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a A. 1, nº 3 (Nov. 1991). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 1, nºs. 6 (Jul. 1991); 7 (Dez. 1991); 10 (Jan. 1992); 25 (Abr. 1992); 26 (Abr. 1992) e 27 (Maio 1992)

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Actividade Bancária-Liberalismo
92-0101
Actividade Bancária-Seguro
92-0102
Acto Unico Europeu-1988-1997
92-0025
Adesão à Comunidade Europeia-Mercado Único Europeu
92-0028
Administração Pública-Base de Dados-Suécia
92-0015
Administração Pública-Gestão de Recursos Humanos
92-0233
Administração Pública-Modernização Administrativa
92-0008
Administração Pública-Modernização Administrativa-Congresso-1990
92-0011
Administração Pública-Mudança Social
92-0010
Administração Pública-Recursos Humanos
92-0010
Administração Pública-Reforma Administrativa
92-0009
Advogado-Ordem Profissional-História
92-0244
Ajuda ao Desenvolvimento-Ajuda Económica-País em Desenvolvimento
92-0020

Ajuda Comunitária-País em Desenvolvimento
92-0021
Alargamento da Comunidade-Consequências Económicas
92-0030, 92-0064
Alargamento da Comunidade-Países de Leste
92-0031, 92-0032
Alemanha. Tribunal de Contas
92-0135
Alemanha-Unificação Nacional-1990
92-0056
Aluno-Dados Estatísticos-1983-1984
92-0192
Análise Económica
92-0083
Análise Social-Criminalidade-Delinquência
92-0171
Arquivo-Classificação
92-0193
Arquivo-Documentação
92-0197
Arquivo-Gestão
92-0197
Atlas
92-0200
Auditoria-Formação Profissional
92-0109
Auditoria de Resultados-Alemanha
92-0137
Auditoria Financeira-América Latina
92-0126
Auditoria Financeira-Colômbia
92-0124
Auditoria Financeira-Congresso-1986
92-0113
Auditoria Financeira-Congresso-1987
92-0112
Autarquia Local-Competência Territorial
92-0012

Autarquia Local-Concessão Exclusiva-Regime Jurídico
92-0013
Autarquia Local-Divisão Administrativa
92-0012
Autarquia Local-Publicidade
92-0013
Banco Mundial-Política Fiscal
92-0152
Bélgica. Tribunal de Contas
92-0131, 92-0144
Benefício Fiscal-CE Países
92-0159
Burocracia
92-0016
Cabo Verde-História
92-0219, 92-0220
Carreira Profissional-Legislação-1979-1989
92-0234
Carta Europeia da Energia
92-0252
Carta Social Europeia
92-0172
Cartografia
92-0200
Cartografia-Comunicação por Satélite
92-0210
CEI-Direitos do Homem-1991
92-0058
Checoslováquia-Análise Económica-1980-1991
92-0068
Checoslováquia-Conversão Económica-Economia de Mercado
92-0068
China-Auditoria Financeira
92-0140
Ciência Económica
92-0061
CLADEFS, 8º
92-0112

Clima-Condições Atmosféricas
92-0246
Colômbia. Tribunal de Contas-Reforma Institucional-1991
92-0124
Comércio Internacional-GATT
92-0085, 92-0086, 92-0087
Comissão das Comunidades Europeias-Programa de Acção-1992
92-0025
Companhia de Seguros-Congresso-1991
92-0102
Comunidade Europeia-Dados Estatísticos
92-0022
Comunidade Europeia-Direitos do Indivíduo
92-0059
Comunidade Europeia-Fiscalidade
92-0159
Comunidade Europeia-Indicador Económico-Indicador Social
92-0022
Condições do Trabalho-Dados Estatísticos-França-1984-1991
92-0231
Conflito Social-Norma Social
92-0171
Conselho das Comunidades Europeias-Política Comunitária-Portugal-1992
92-0036
Constitucionalidade das Leis-Nacionalização-Indemnização
92-0048
Constituição-Análise Económica-Portugal
92-0040
Contabilidade Pública-Auditoria
92-0116
Contencioso Administrativo
92-0050
Controlo Financeiro-Orgão Institucional-Estrangeiro
92-0123
Controlo Fiscal-França
92-0158
Convenção de Lomé IV-1990-2000
92-0033

Conversão Económica-Países de Leste
92-0064
Crescimento Económico-País em Desenvolvimento
92-0166
Criminologia
92-0054
Cuba-Política Económica
92-0066
Custo da Educação
92-0179
Desenvolvimento Económico-América Latina
92-0075
Desenvolvimento Económico-Investimento Estrangeiro
92-0107
Desenvolvimento Económico-País em Desenvolvimento
92-0076
Desenvolvimento Industrial-Europa-Região Periférica
92-0253
Desenvolvimento Industrial-País em Desenvolvimento
92-0253
Dicionário Multilingue-Língua Alemã-Língua Portuguesa
92-0204
Dicionário Multilingue-Língua Francesa-Língua Portuguesa
92-0203
Dicionário Multilingue-Língua Inglesa-Língua Portuguesa
92-0206
Dicionário Multilingue-Língua Portuguesa-Língua Francesa
92-0202
Dicionário Multilingue-Língua Portuguesa-Língua Inglesa
92-0205
Dicionário-Língua Portuguesa
92-0207
Direito Administrativo-Direito Comparado
92-0050
Direito Administrativo-Sanção Administrativa
92-0051
Direito Comunitário
92-0024, 92-0026

Direito Comunitário-Competitividade
92-0039
Direito Comunitário-Livre Circulação de Mercadorias-Livre Circulação de Pessoas
92-0039
Direito Constitucional
92-0040, 92-0041
Direito Constitucional-Constitucionalidade das Leis-Macau
92-0042
Direito de Greve
92-0237
Direito do Ambiente-Responsabilidade Civil
92-0245
Direito do Trabalho
92-0239, 92-0240
Direito do Trabalho-Contrato de Trabalho
92-0241, 92-0242
Direito Económico
92-0040
Direito Financeiro-Bibliografia
92-0114
Direito Fiscal-Contribuintes
92-0057
Direito Penal
92-0054
Dívida Pública-Amortização
92-0148
Dívida Pública-Auditoria Financeira
92-0143
Documentação-Pré-Arquivagem
92-0198, 92-0299
Economia Agrícola-País em Desenvolvimento
92-0248
Economia de Mercado
92-0061
Economia Internacional-Dívida Pública
92-0117

Economia Internacional-Política Económica
92-0093
Economia Internacional-Política Monetária
92-0093
Economia Internacional-Relação Norte-Sul
92-0017
Economia Nacional-Adesão à Comunidade Europeia
92-0027
Economia Nacional-Desenvolvimento Económico
92-0072
Economia Nacional-Independência Económica
92-0030
Economia Nacional-Integração Europeia
92-0065
Economia Nacional-Interdependência Económica
92-0064
Economia Nacional-Política Económica-1991
92-0062
Economia Nacional-Política Económica-Integração Europeia
92-0029
Economia Nacional-Política Monetária-1991
92-0094
Economia Pública
92-0082
Educação Pré-Escolar-Formação de Professores
92-0180
Educação-Base de Dados
92-0184
Educação-Estatística
92-0174, 92-0186
Educação-Fonte de Informação
92-0184
Educação-Informática Aplicada
92-0183
Educação-Nova Tecnologia
92-0183
Educação-Planeamento Regional-Região do Centro-1990
92-0185

Educação-Política Comunitária
92-0182
Educação-Sistema de Informação
92-0175
Educação-Tecnologia da Informação
92-0186
Eleição Parlamentar-Resultado Eleitoral-1991
92-0003
Empresa Pública-País em Desenvolvimento
92-0221
Ensino Básico-Formação de Professores
92-0178
Espanha-Política Económica-Política Monetária-1986-1991
92-0069
Espanha-Situação Económica-1989-1990
92-0091
Espanha. Tribunal de Contas
92-0133
Estabilização Económica-País em Desenvolvimento
92-0166
Estado Corporativo-História-1928-1968
92-0002
Estados Unidos. Tribunal de Contas
92-0127
Europa de Leste. Tribunal de Contas
92-0128
EURYDICE-Relatório de Actividade-1990
92-0181
Família-Arquivo
92-0196
Finanças Internacionais-Dívida Externa-Dados Estatísticos-1989-1990
92-0092
Finanças Locais-Dados Estatísticos-França-1980-1990
92-0111
Finanças Públicas-América Latina
92-0075
Finanças Públicas-Análise Financeira
92-0115

Finanças Públicas-Auditoria Financeira
92-0116
Finanças Públicas-Bibliografia
92-0114
Finanças Públicas-Controlo Financeiro-Europa
92-0129
Finanças Públicas-Controlo Financeiro-Orgão Institucional
92-0130
Finanças Públicas-Controlo Financeiro-México-1990
92-0122
Finanças Públicas-Dados Estatísticos-França-1980-1990
92-0111
Finanças Públicas-França
92-0119
Finanças Públicas-Gestão Financeira
92-0125
Finanças Públicas-Gestão Financeira-País em Desenvolvimento
92-0120
Finanças Públicas-País Industrializado-1960-1966
92-0118
Finanças Públicas-Unificação Nacional-Alemanha
92-0141
Fiscalidade-Harmonização Fiscal
92-0169
Fiscalidade-Investimento
92-0161, 92-0162, 92-0163
Fiscalidade-Investimento estrangeiro
92-0146
Fiscalidade-Lucro
92-0161, 91-0162, 92-0163
Flora-Moçambique
92-0247
Fome-Crescimento da População-País em desenvolvimento
92-0074
Formação Profissional
92-0225, 92-0226
Formação Profissional-Legislação
92-0229

Formação Profissional-Mercado do Trabalho
92-0227
Formação Profissional-Política Comunitária
92-0182
FSE
92-0172
FSE-Desemprego de Longa Duração
92-0037
FSE-Trabalho dos Jovens
92-0037
Função Pública-Trabalhador Estudante-Regime Jurídico
92-0236
Funcionário Público-Poder de Negociação
92-0238
Fundo de Investimento-Regime Fiscal
92-0106
Fundos Estruturais
92-0038
Fundos Estruturais-Desenvolvimento Social
92-0037
Fundos Estruturais-Integração Europeia-Mercado Unico Europeu
92-0038
Geografia Política
92-0200
Geologia-Cabo Verde
92-0209
Gestão de Recursos Humanos
92-0089
Gestão Financeira-Auditoria
92-0115
Harmonização Fiscal-CE Países
92-0165
Harmonização Fiscal-Dupla Tributação-CE Países
92-0157
Harmonização Fiscal-Rendimento Tributável-CE Países
92-0170
História de Portugal-Administração Regional-Madeira-Séc. 15
92-0216

História de Portugal-Análise Demográfica-Madeira-Séc. 18
92-0215
História de Portugal-Cabo Verde
92-0219, 92-0220
História de Portugal-Cabo Verde-Séc. 15-17
92-0212
História de Portugal-Instalação Portuária-Cabo Verde-Séc. 15-20
92-0217
História de Portugal-Madeira-Séc. 15-16
92-0214
História de Portugal-Séc. 15
92-0213
História de Portugal-Séc. 16
92-0211
Horário de Trabalho-Bélgica
92-0243
Imposto sobre as Pessoas Singulares-Código Jurídico-1991
92-0156
Imposto sobre Empresas
92-0161
Imposto sobre Empresas-Benefício Fiscal
92-0162, 92-0164
Imposto sobre Empresas-Código Jurídico-1991
92-0155
Imposto sobre o Rendimento-Benefício Fiscal
92-0163
INCOSAI, 12º
92-0113
Instituição Financeira-Política Internacional
92-0098
Instituição Financeira-Integração Europeia-Competitividade
92-0099
Integração Europeia-Mercado Unico Europeu
92-0038
Integração Europeia-Portugal-Espanha
92-0026
Integração Europeia-União Económica e Monetária
92-0038

INTOSAI-Cooperação Internacional-1989-1992
92-0255
Investimento-Poupança-OCDE Países
92-0110
Investimento-Regime Legal de Sociedades
92-0146
Investimento Público-Auditoria Financeira
92-0149
Investimento Público-Auditoria-Ásia
92-0138
Investimento Público-Auditoria-India
92-0139
Investimento-Valores Mobiliários-Regime Fiscal
92-0146
Irlanda-Auditoria Financeira-1922-1992
92-0142
Itália-Tribunal de Contas
92-0132
IVA-Código Jurídico
92-0167
Japão-Análise Económica-Previsão Económica
92-0084
Japão-Tribunal de Contas
92-0150
Língua Portuguesa-Ortografia
92-0201
Livre Circulação de Trabalhadores-Qualificação Profissional-CE Países
92-0230
Locação Financeira
92-0088
Macau-Tribunal de Contas
92-0055
Mercado Financeiro-Bolsa de Valores
92-0104
Mercado Financeiro-Capitais de Risco
92-0105

Mercado Monetário-Liquidez Monetária
92-0094
Mercado Unico Europeu
92-0039
Mercado Unico Europeu-Análise Financeira
92-0105
Mercado Unico Europeu-Imposto sobre Empresas
92-0151
Mercado Unico Europeu-Indústria Energética
92-0252
Mercado Unico Europeu-Integração Europeia
92-0035
Mercado Unico Europeu-IVA
92-0169
Mercado Unico Europeu-Regime Fiscal
92-0265
Microforma-Arquivo
92-0194
Migrante-Direito de Voto-CE Países
92-0004
Moeda-História-Território do Ultramar-Séc. 19-20
92-0096
Negociação Colectiva-Organização do Trabalho-Bélgica
92-0243
Notários-Arquivo
92-0195
Nova Tecnologia
92-0250
Nova Tecnologia-País em Desenvolvimento
92-0071
Obrigações
92-0046
OIT-Convenção Internacional-1985
92-0222
Organização Administrativa-Informática Aplicada
92-0208
Organização do Ensino-1986-1987
92-0191

Organização Judiciária-Jurisdição Comum-Macau
92-0055
País em Desenvolvimento-Crescimento Económico-Transferência de Tecnologia
92-0071
País em Desenvolvimento-Regime Político
92-0070
Paquistão-Auditoria Financeira
92-0140
Poder Legislativo-Açores-Madeira
92-0043
Política Agrícola Comum
92-0249
Política Bancária-Congresso-1991
92-0102
Política Cambial-1991
92-0095
Política Comercial Comum-Liberalização das Trocas
92-0086
Política Comercial Comum-Livre Circulação de Mercadorias-Liberalização das Trocas
92-0085
Política Comercial-Organização do Mercado
92-0089
Política Comunitária
92-0026
Política Comunitária-Direito de Autor
92-0251
Política da Educação-Congresso-1987
92-0177
Política da Educação-Despesas de Escolaridade
92-0179
Política da Educação-Plano de Desenvolvimento
92-0187
Política da Empresa-Competitividade
92-0028
Política de Ajuda eo Desenvolvimento-CE Países
92-0021

Política de Saúde-Saúde Pública
92-0089
Política do Emprego-Estrutura do Emprego-Europa
92-0223
Política do Emprego-Reinserção Profissional-Ajuda Comunitária
92-0037
Política do Emprego-Trabalho de Menores
92-0224
Política Económica-Comunidade Europeia
92-0065
Política Económica-Estabilização Económica-Africa
92-0073
Política Económica-Inflação
92-0080
Política Económica-OCDE Países-1960-1990
92-0060
Política Económica-País em Desenvolvimento
92-0070
Política Económica-Socialismo
92-0061
Política Económica-União Económica e Monetária
92-0077
Política Económica-URSS-Europa Ocidental
92-0063
Política Energética-Comunidade Europeia
92-0252
Política Financeira-1991
92-0095
Política Financeira-Orçamento do Estado
92-0145
Política Fiscal-Desenvolvimento Económico
92-0125
Política Fiscal-Fiscalidade
92-0268
Política Fiscal-País em Desenvolvimento
92-0166
Política Industrial-Desenvolvimento Industrial
92-0079, 92-0087

Política Internacional-Relação Norte-Sul
92-0019
Política Monetária-1991
92-0095
Política Orçamental-América Latina
92-0125
Política Orçamental-Comunidade Europeia
92-0121
Política Salarial-1974-1989
92-0235
Política Social Europeia
92-0172
Política Social-Política do Emprego
92-0228
Polónia-Conversão Económica-Economia de Mercado
92-0067
Polónia-Previsão Económica-1991-1993
92-0067
Portugal-Acordo Económico
92-0018
Portugal-Acordo Internacional
92-0018
Portugal-Cooperação Internacional
92-0018
Portugal-Conselho de Ministros-Estrutura Orgânica
92-0014
Portugal-Instituto do Emprego e Formação Profissional
92-0229
Portugal-Ministério da Educação-Logotipo
92-0176
Portugal-Tribunal Administrativo
92-0051
Portugal-Tribunal de Contas-Acordo de Cooperação-1990
92-0147
Portugal-Tribunal de Contas-Arquivo-História
92-0216
Portugal-Tribunal de Contas-Autarquia Local-Controlo Financeiro
92-0013

Portugal-Tribunal de Contas-Relação Internacional
92-0123
Privatização-Recursos Orçamentais
92-0148
Processo Adminsitrativo
92-0052
Processo Administrativo-Alemanha
92-0045
Processo Administrativo-Código Jurídico-1991
92-0053
Processo Administrativo-Itália
92-0044
Processo Civil
92-0050
Processo Civil-Alemanha
92-0045
Processo Civil-Itália
92-0044
Processo Civil-Reforma Legislativa
92-0049
Processo Legislativo
92-0006
Processo Tributário-Código Jurídico-1991
92-0154
Promoção do Investimento-Benefício Fiscal
92-0160
Propriedade Intelectual-CEE
92-0251
Qualificação Profissional-Integração Europeia-CE Países
92-0230
Reciclagem de Capitais-Directivas Comunitárias
92-0103
Reciclagem de Capitais-Segredo Bancário
92-0103
Recursos Alimentares-Política de Desenvolvimento-África
92-0074
Recursos Humanos-Avaliação de Pessoal
92-0233

Rede Escolar-Região do Centro-1990
92-0185
Reforma Fiscal-Europa
92-0153
Reforma Fiscal-Financiamento da Empresa
92-0168
Reforma Fiscal-País em Desenvolvimento
92-0152
Regime Parlamentar
92-0001
Regime Político-País em Desenvolvimento
92-0076
Reino Unido-Tribunal de Contas
92-0136
Relação Económica-Europa Ocidental-Países de Leste
92-0017
Relações da Comunidade-Países de Leste
92-0034
República da Coreia-Monografia
92-0254
Responsabilidade Civil-Responsabilidade Contratual
92-0047
Revisão da Constituição-1989
92-0043
Salário-Dados Estatísticos-1984-1990
92-0232
Salário-Indicador Económico-Indicador Social
92-0235
SALAZAR, António de Oliveira, 1889-1970-Arquivo
92-0002
SAMUELSON, Paul, 1916
92-0083
Segredo Bancário
92-0097
Segurança Social-Direito
92-0173
Seguro-Regime Fiscal
92-0108

Serviço Público-Inspecção do Trabalho
92-0008
Sistema Bancário-Território do Ultramar-1852-1974
92-0096
Sistema de Ensino
92-0189
Sistema Eleitoral
92-0005
Sistema Financeiro-1992
92-0089
Sistema Monetário Europeu-ECU
92-0090
Sistema Monetário Europeu-Integração Monetária-Espanha
92-0091
Sistema Monetário-Território do Ultramar-1852-1974
92-0096
SOARES, Mário-Presidente da República, 1986-1991
92-0007
Sociedade Comercial-Fiscalidade-Directivas Comunitárias
92-0257
Suíça-Tribunal de Contas
92-0134
Técnica Jurídica
92-0006
Trabalho-Dados Estatísticos
92-0222
Tratado CEE-Fiscalidade
92-0170 2314
Tribunal de Contas Europeu
92-0023, 92-0026
Tribunal de Contas Europeu-Acordo de Cooperação-1990
92-0147
União Aduaneira-Pauta Aduaneira Comum
92-0169
União Económica e Monetária
92-0079
União Económica e Monetária-Consequências Económicas
92-0080, 92-0081

União Económica e Monetária-Fiscalidade
92-0151, 92-0165
União Económica e Monetária-Política Orçamental
92-0078, 92-0121
Universidade-Autonomia Financeira
92-0190
Universidade-Autonomia-Lei-1988
92-0188
Universidade-Estatuto Orgânico-Legislação-1989
92-0188
WEBER, Max, 1864-1920
92-0016

ÍNDICE DE AUTORES E TÍTULOS DE OBRAS ANÓNIMAS

ABREU, Eridano de
92-0380
ALBUQUERQUE, Luís de
92-0220
ALBUQUERQUE, Maria Regina
92-0210
ALLOCATION INTERNATIONALE DE L'EPARGNE ET ROLE DU SYSTEME FINANCIER
92-0110
ALMEIDA, José Vicente Gomes de
92-0012
ALMEIDA, Maria Henriqueta
92-0235
ALVES, Pedro Dias
92-0089
AMARAL, Luís Mira
92-0252
AMARAL, Maria Lúcia
92-0056
AMORIM, Pedro Patrício
92-0260
ANTONELLI, Christiano
92-0071

ANTUNES, António Roque
92-0232
ANTUNES, Jaime
02-0299, 92-0313, 92-0314
ARCHER, Graça Miragaia
92-0004
ARGENTINA. Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas
92-0290
ARPAILLANGE, Pierre
92-0129
ARTUS, Patrick
92-0091
ASIA. Organisation of Supreme Audit Institutions
92-0267
ASSOCIAÇÃO DOS ECONOMISTAS PORTUGUESES
92-0189, 92-0225, 92-0226, 92-0250
ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS
92-0344
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS
92-0102, 92-0283, 92-0379
ASSOCIATION INTERNATIONALE DE LA SECURITÉ SOCIALE
92-0269
AUBY, Jean-Marie
92-0385
AZEVEDO, Belmiro de
92-0107
AZEVEDO, Maria Eduarda
92-0103
AZEVEDO, Maria Manuela
92-0097
BAGIN, Don
92-0294
BANCO COMERCIAL PORTUGUES
92-0370
BANCO DE COMÉRCIO E INDUSTRIA
92-0371
BANCO MUNDIAL
92-0070, 92-0152

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO
92-0372
BANERJEE, A. K.
92-0139
BAPTISTA, Mário
92-0007, 92-0017
BARREIRA, Rui
92-0162
BASTOS, Fernando Rodrigues de
92-0013
BEI
92-0268
BERGSTROM, Magnus
92-0201
BERTRAND, Olivier
92-0230
BETTENCOURT, Leodolfo
92-0280
BORDES, Christian
92-0093
BOTELHO, José Manuel S. Santos
92-0053
BOURN, John
92-0136
BOUSSARD, Jean-Marc
92-0248
BOUVIER, Michel
92-0131, 92-0386
BOYER, Robert
92-0084
BRASIL. Tribunal de Contas da União
92-0375
CADILHE, Miguel
92-0077, 92-0080
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
92-0330, 92-0343, 92-0373
CAMARA, Francisco de Sousa da
92-0057

CANADA. Bureau du Vérificateur Général
92-0361
CANALES, José Manuel
92-0133
CANOTILHO, José Joaquim Gomes
92-0041
CARACI, Ilaria Luzzana
92-0211
CARDIM, José Casqueiro
92-0302, 92-0317
CARLOS, Américo Fernando Brás
92-0106
CARLOS, Brás
92-0088
CARREIRO, H. J.
92-0349
CARVALHO, António Nunes de
92-0242
CARVALHO, Fernando Martins de
92-0244
CARVALHO, Olívio da Costa
92-0202, 92-0203
CASQUEIRA, Fernando
92-0016
CASTILLO AYALA, Javier
92-0143
CHATUVERDI, T. N.
92-0259
CHAU, Fernando
92-0101
CHUECA SANCHO, Angel G.
92-0059
CLARO, João Martins
92-0006
CLEMENTE, Georgio
92-0132
COLOMBIA. Contraloria General de la República
92-0124

COLÓQUIO "A BANCA E OS SEGUROS", Lisboa, 1991
92-0102
LES COMITÉS DES NORMES DE L'INTOSAI
92-0255
COMUNIDADE EUROPEIA
92-0024
COMUNIDADE EUROPEIA. Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
92-0316
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão
92-0019, 92-0021, 92-0022, 92-0025, 92-0033, 92-0034, 92-0038, 92-0151, 92-0249, 92-0251, 92-0275
COMUNIDADE EUROPEIA. Comité de Governadores dos Bancos Centrais dos Estados-Membros
92-0365
COMUNIDADE EUROPEIA. EUROSTAT
92-295, 92-0390
COMUNIDADE EUROPEIA. Tribunal de Contas
92-0147
COMUNIDADE EUROPEIA. Tribunal de Justiça
92-0258
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ECONOMISTAS PORTUGUESES, 5ª, Lisboa, 1991
92-0189, 92-0225, 92-0226, 92-0250
CONGRESO INTERNACIONAL DE LAS ENTIDADES SUPERIORES DE FISCALIZACION, 12º, Sidney, 1986
92-0113
CONGRESSO INTERNACIONAL "TRADITION ET MODERNIZATION EN AFRIQUE D'AUJOURD'HUI", 3º, Budapeste-Godolo, 1989
92-0074
CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES, 8º, Cidade do México, 1987
92-0112
CONGRESSO NACIONAL DA MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA, 1º, Lisboa, 1990
92-0011
CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES
92-0338

CONSTÂNCIO, Vitor
92-0031, 92-0081
CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes
92-0241
CORREIA, António Simões
92-0257
CORREIA, José Manuel Simões
92-0257
COSTA, J. Almeida
92-0207
CRAVINHO, João
92-0029
CRUZ, Manuel Braga da
92-0261
CUNHA, Norberto Pelicano da
92-0235
CUNHA, Paulo de Pitta e
92-0165
CURSO INTERNACIONAL DE CRIMINOLOGIA, 37º, Lisboa, 1986
92-0054
DENTI, Vittorio
92-0044
DIAS, A. Vieira
92-0344
DIAS, Gisela Oliveira
92-0114
DIAS, José Manuel da Graça
92-0079
DIAS, Mário Caldeira
92-0226
DICIONÁRIO DE ALEMÃO-PORTUGUÊS
92-0204
DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS-INGLÊS
92-0205
DINIS, Júlio Machado
92-0008
DO DESVIO A INSTITUIÇÃO TOTAL
92-0171

DRACH, Don
92-0127
DRIOL, Jean
92-0134
ESCLASSAN, Marie-Christine
92-0386
ESTADOS UNIDOS. General Accounting Office. Comptroller General
92-0263
ESTEVÃO, João
92-0096
ESTEVES, Américo J. Pires
92-0053
ESTRELLA ROSERO, Edison Eduardo
92-0126
EUROPEAN CONFERENCE ON SCHOOL DEMOCRATISATION, 2º, Lisboa, 1989
92-0177
FARIA, Maria de Fátima
92-0194
FAUSTINO, Manuel
92-0156, 92-0163
FEDERATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPEENS
92-0115
FERNANDES, João Lourenço
92-0325
FERNANDES, José António Furtado
92-0089
FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas
92-0215
FERREIRA, Eduardo Paz
92-0148
FERREIRA, Idalino Vaz
92-0010
FERREIRA, Maria Suzana
92-0394
FERREIRA, Rogério Manuel R. C. Fernandes
92-0108

FIGUEIRA, Lídia Pimentel
92-0114
FISCAL POLICY STABILIZATION AND GROWTH IN DEVELOPING COUNTRIES
92-0166
FLACK, David L.
92-0393
FONSECA, Guilherme Pereira da
92-0050
FONT, Rafael F.
92-0075
FRANÇA. Ministério da Economia, Finanças e Orçamento. Direcção de Comunicação
92-0111
FRANÇA. Ministério da Economia, Finanças e Orçamento. Serviço de Comunicação e Relações com o Público
92-0158
FRANÇA. Ministério do Trabalho, Emprego e Formação Profissional. Serviço de Estudos e Estatísticas
92-0231
FRANCO, António Luciano de Sousa
92-0123
FRANCO, E. P. Cardoso
92-0246
FREITAS, João Carreira de
92-0183
FRIEDBERG, A.
92-0116
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
92-0366
GAMITO, Manuel
92-0086
GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado
92-0002
GHOSH, Shri Ashok
92-0208
GONÇALVES, José Costa
92-0104

GONÇALVES, Maria Leonor
92-0247
GORMELEY, Laurence W.
92-0026
GOROSTIAGA, Angel R.
92-0125
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office
92-0262
GRANDE ATLAS GEOGRÁFICO DA EDITORIAL ENCICLOPÉDIA
92-0200
GREEN, Nicholas
92-0039
GRILO, Marçal
92-0189
GUBIAN, Alain
92-0119
HABEL, Janette
92-0066
HANDBOOK OF KOREA
92-0254
HARTLEY, Trevor C.
92-0039
HARVARD UNIVERSITY. Harvard Business School
92-0321
HERNANDEZ PUERTOLAS, Juan
92-0083
HERRERA, Emilio
92-0089
HOFMANN, Gerhard
92-0388
HOUSSEL, Jean-Pierre
92-0253
IGREJA, São
92-0098
ILACIF
92-0322
INDIA. Audit and Accounts Department
92-0258

INDIA. Office of the Comptroller and Auditor General
92-0339
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
92-0286, 92-0333, 92-0354
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO. Biblioteca
92-0270
INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO
92-0284
INTOSAI
92-0337
INVERNO, António Pereira
92-0234
IRLANDA. Bureau du Controleur et Vérificateur Général
92-0142
IRLANDA. Nothern Audit Office. Comptroller and Auditor General
92-0345, 92-377
ISRAEL. State Audit and Accountability
92-0116
ISRAEL. Tribunal de Contas
2007
JAPÃO. The Board Audit
92-0150
JENGER, Jean
92-0356
JOSÉ, Rosendo Dias
92-0051
KALTENBECH, Egbert
92-0135
KANTER, Rosabeth Mosse
92-0321
KAPTEYN, P. J. G.
92-0026
KHAN, Muhammed Akran
92-0140
LEBRETON, Gilles
92-0058
LEITÃO, Luís Menezes
92-0160

LEITÃO, Maria Josefina Menezes
92-0243
LETKOWSKI, Karol
92-0067
LIMA, Marinús Pires de
92-0228
LIQUIDEZ DA ECONOMIA ACIMA DAS PREVISÕES EM 1991
92-0094
LOPES, José da Silva
92-0064, 92-0100
LOUREIRO, Carlos
92-0157
LOUTFI, Martha F.
92-0223
MACHADO, Pires
92-0382
MACHRONE, Bill
92-0348
MADUREIRA, Maria Ofélia
92-0210
MAGNET, Jacques
92-0128, 92-0130
MAGREZ, Michel
92-0173
MÁRIO SOARES
92-0007
MARIZ, José
92-0193, 92-0195
MARQUES, M. Monteiro
92-0209
MARQUES, Maria Manuel Leitão
92-0040
MARTIN, John P.
92-0118
MARTINS, Vitor
92-0036
MARTY, Vincent
92-0386

MATOS, Jorge Rocha de
92-0072
MCGRAW-HILL PUBLICATION
92-0291
MCMANUS, Jason
92-0319
MEIRELES, Manuel
92-0155
MELO, A. Sampaio e
92-0207
MENDONÇA, Alvaro de
92-0312, 92-0318
MESQUITA, Maria Margarida
92-0170
MÉXICO. Contaduria Mayor de Hacienda. H. Camera de Diputados. Comision de Vigilancia
92-0122
MIGUEIS, Jorge
92-0005
MIRANDA, Jorge
92-0042
MONTALVO, Arménio Rosa
92-0378
MORAIS, Armando de
92-0206
MOREIRA, António José
92-0009
MOUGEY, Yves
92-0069
MUÑOZ, Ramon
92-0133
NELLIS, John
92-0221
NEVES, A. da Costa
92-0279
NEWRATH, Axel
92-0141

NILSSON, Peter
92-0015
NOVAS METAS PARA 4 ANOS
92-0062
NUNES, A. Sedas
92-0261
NUNES, M. Jacinto
92-0063
OCDE
92-0060, 92-0068, 92-0092, 92-0311, 92-320, 92-0351
OCDE. Centro para a Cooperação com as Economias Europeias em Transição
92-0153
OCDE. Comité d'Aide pour le Développement
92-0020
OLIVEIRA, Fernando Faria de
92-0085
OLIVEIRA, Luís M. S.
92-0159
ONU. Departamento de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
92-0120
ORDEM DOS ADVOGADOS
92-0380
ORSONI, Gilbert
92-0023
OSCLEY, Howard
92-0118
PAIXÃO, Judite Cavaleiro
92-0218
PEDROSO, Carlos Alberto de Sá
92-0114
PEIXOTO, Pedro Abreu
92-0196
PEREIRA, Elvira
92-0016
PEREIRA, Jorge Alves
92-0082

PERENNES, Jean-Jacques
92-0076
PERU. Contraloria General de la Republica
92-0296
PINHO, José Cândido de
92-0053
PINTO, Alexandre Vaz
92-0089
PINTO, Mário F. de Campos
92-0381
PIRES, Francisco Lucas
92-0172
PORTUGAL E OS ANOS 90
92-0089
PORTUGAL. Assembleia da República
92-0328
PORTUGAL. Assembleia da República. Direcção-Geral de Apoio Parlamentar. Direcção de Serviços de Documentação e Informação
92-0329
PORTUGAL. Banco de Portugal
92-0389
PORTUGAL. Banco de Portugal. Delegação Regional da Madeira
92-0287
PORTUGAL. Banco de Portugal. Delegação Regional dos Açores
92-0288
PORTUGAL. Banco de Portugal. Departamento de Estatística e Estudos Económicos
92-0095, 92-0323
PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
92-0362
PORTUGAL. Conselho Nacional de Planeamento Civil
92-0352
PORTUGAL. Direcção-Geral da Administração Autárquica. Centro de Documentação e Informação
92-0326
PORTUGAL. Direcção-Geral da Administração Pública
92-0358

PORTUGAL. Direcção-Geral da Concorrência e Preços
92-0273
PORTUGAL. Direcção-Geral da Marinha de Comércio. Centro de Documentação e Informação
92-0341
PORTUGAL. Direcção-Geral da Navegação e dos Transportes Marítimos. Direcção de Serviços de Informação e Documentação
92-0309
PORTUGAL. Direcção-Geral das Contribuições e Impostos
92-0293
PORTUGAL. Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Divisão de Documentação
92-0327
PORTUGAL. Direcção-Geral do Comércio Externo
92-0018, 92-0276, 92-0342
PORTUGAL. Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
92-0298
PORTUGAL. Inspecção-Geral da Administração do Território
92-0289
PORTUGAL. Inspecção-Geral de Finanças
92-0282
PORTUGAL. Inspecção-Geral do Trabalho
92-0274, 92-0367
PORTUGAL. Instituto de Investigação Científica Tropical
92-0265
PORTUGAL. Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga
92-0219, 92-0220, 92-0391
PORTUGAL. Instituto do Comércio Externo de Portugal
92-0347
PORTUGAL. Instituto do Emprego e Formação Profissional
92-0302, 92-0317
PORTUGAL. Junta de Crédito Público
92-0374
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.
92-0055, 92-0188
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código de Procedimento Administrativo, 1991
92-0053

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código de Processo Tributário, 1991
92-0154
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código do IVA, 1989
92-0167
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código do Processo Administrativo, 1991
92-0053
PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral
92-0003, 92-0305
PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação
92-0264
PORTUGAL. Ministério da Educação
92-0176
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete Coordenador das Acções Comunitárias em Matéria Educativa
92-0182
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
92-0174, 92-0175, 92-0178, 92-0179, 92-0180, 92-0181, 92-0184, 92-0186, 92-0191, 92-0192
PORTUGAL. Ministério da Justiça
92-0054, 92-0278
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Centro de Estudos Judiciários
92-0359
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Direcção-Geral dos Serviços de Informática
92-0277
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Direcção-Geral dos Serviços de Informática. Divisão de Informação e Documentação
92-0272
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Gabinete de Estudos e Planeamento
92-0307
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Instituto de Informática. Centro de Documentação e Informação
92-0271
PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Junta Autónoma das Estradas
92-0285
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
92-0222, 92-0224, 92-0229, 92-0239, 92-0240

PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Centro de Documentação e Informação da Segurança Social
92-0300
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Departamento de Estatística
92-0256, 92-0324, 92-0332, 92-0334, 92-0335, 92-0336, 92-0376, 92-0387
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Departamento de Estudos e Planeamento
92-0368
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Direcção dos Serviços de Orçamento, Contas e Estatística. Divisão de Estatística
92-0353
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Direcção-Geral do Trabalho
92-0363
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Instituto de Gestão Financeira
92-0266, 92-0308
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Serviço de Informação Científica e Técnica
92-0281
PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território
92-0038
PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto para a Cooperação Económica
92-0369
PORTUGAL. Portos de Setúbal e Sesimbra. Administração
92-0355
PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros
92-0014
PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Instituto Nacional de Administração
92-0340, 92-0357
PORTUGAL. Presidente da Comissão Directiva da Bolsa de Valores de Lisboa
92-0104
PORTUGAL. Provedor de Justiça, 199 - 1992 (Mário Raposo)
92-0047, 92-0048, 92-0052, 92-0190, 92-0236, 92-0237, 92-0238, 92-0245

PORTUGAL. Provedoria de Justiça
92-0364
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Arquivos
92-0193, 92-0194, 92-0195, 92-0196, 92-0197
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Arquivos. Grupo de Pré-Arquivagem
92-0198, 92-0199
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Integração Europeia
92-0346
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Modernização Administrativa. Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional
92-0315
PORTUGAL. Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais. Instituto Nacional de Defesa do Consumidor
92-0331
PORTUGAL. Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional
92-0037
PORTUGAL. Secretariado Europa 1992
92-0343
PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo
92-0257
PORTUGAL. Tratados, etc., 1991
92-0018
PORTUGAL. Tribunal de Contas
92-0384, 92-0392
PORTUGAL. Tribunal de Contas. Gabinete do Conselheiro Presidente
92-0123
PROFIL
92-0144
PROENÇA, Carlos Sangreman
92-0073
PUEL, Hugues
92-0076
QUESADO, Francisco Jaime
92-0032, 92-0105
RAMON MUNOZ, D.
92-0133

RAMOS, Isabel
92-0001
RAPOSO, Mário
92-0047, 92-0048, 92-0052, 92-0190, 92-0236, 92-0237, 92-0238
RAYMOND, Robert
92-0093
REBELO, Rudolfo
92-0027
REICH, R.
92-0360
REIS, Neves
92-0201
RIBEIRO, Anabela
92-0194
ROBERT, Jacques
92-0385
RODOLFO, António
92-0257
RODRIGUES, Henrique Nascimento
92-0381
RODRIGUES, Victor Luís Gaspar
92-0216
ROSAS, Fernando
92-0002
ROSE, José
92-0227
RUCIRETA, Maria Annunziata
92-0132
SALGADO, Ricardo Espírito Santo
92-0099
SANCHES, J. L. Saldanha
92-0161
SANTOS (NETO), Correia dos
92-0104
SANTOS, A. Carlos
92-0169
SANTOS, Fernando
92-0233

SANTOS, Francisco L. dos
92-0028
SANTOS, José Carlos Gomes
92-0164, 92-0168
SANTOS, José Manuel dos
92-0007
SANTOS, Maria Emília Madeira
92-0212, 92-0220
SEMINAR OF ASIAN ORGANISATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS, Beijing [Pequim], 1991
92-0138
SEMINÁRIO DA CARTA ESCOLAR DA REGIÃO CENTRO, Coimbra, 1990
92-0185
SEMINÁRIO FUNDOS ESTRUTURAIS - QUE FUTURO?, Lisboa, 1991
92-0038
SERRA, José de Almeida
92-0292
SHERMAN, Howard J.
92-0061
SHIRLEY, Mary
92-0221
SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e
92-0217
SILVA, António Manuel Barbosa da
92-0078, 92-0145
SILVA, Fernando Castro
92-0146
SILVA, J. J. Fraústo da
92-0340
SILVA, Manuela
92-0310
SIMOES, Rui Nogueira
92-0087
SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO
92-0280
SOENZ ANANA, Luz Aurea
92-0322

SOUSA, Alfredo José de
92-0035, 92-0065
SOUSA, António de
92-0030
ST. AUBYN, Miguel
92-0121
STRAUSS-KAHN, Marc Olivier
92-0093
STREHLO, Kevin
92-0297
STURNER, Rolf
92-0045
SUÉCIA. Tribunal de Contas
92-0109
SUPREME AUDIT INSTITUTION
92-0149
SWARBRICK, Guy
92-0350
TASSIRANI, Domenico
92-0304
TAVARES, José Fernandes Farinha
92-0123
TAVARES, Luís Valadares
92-0187
TEIXEIRA, Luis Braz
92-0379
TEIXEIRA, Manuela Duro
92-0157
TELLES, Inocêncio Galvão
92-0301
TEODORO, Victor Duarte
92-0183
TERTRE, Marie-Pierre Laurent-Du
92-0213
THEMAAT, P. Verloren Van
92-0026
TOIT, Helena du
92-0306

TORRES, Luís
92-0001
TRIBOLET, José Manuel
92-0250, 92-0325
UNIVERSIDADE DE LISBOA. Instituto de Ciências Sociais
92-0261
USHER, John A.
92-0039
VARELA, João de Matos Antunes
92-046, 92-0049, 92-0383
VASCONCELOS, Duarte Nunho
92-0305
VIEIRA, Alberto
92-0214, 92-0216
VIEIRA, João
92-0197
VITORINO, António
92-0043
VITTORI, Jean-Marc
92-0090
WOLF, Martin
92-0117
XAVIER, Bernardo da Gama Lobo
92-0381
ZAVELBERG, Heinz
92-0137

SUMÁRIO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SELECCIONADAS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA

1989

MARCOS VINICIOS VILAÇA
Ministro-Relator — 1990

S U M Á R I O

PÁG.

1 SÍNTESE DO RELATÓRIO E PROJETO DE PARECER..... 7

2 OS FUNDAMENTOS DA AÇÃO DE GOVERNO..... 25

NOVAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS..... 30

3 A ÊNFASE DAS AÇÕES DE GOVERNO..... 39

3.1 CULTURA..... 41
3.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL..... 49
3.3 RELAÇÕES EXTERIORES..... 75
3.4 PRIVATIZAÇÃO..... 85
3.5 ANEXOS..... 217

4 O DESEMPENHO DA ECONOMIA..... 93

4.1 PREÇOS E SALÁRIOS..... 98
4.2 EMPREGO..... 99
4.3 ASPECTOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS..... 100
4.4 MERCADO ACIONÁRIO..... 104
4.5 POLÍTICA MONETÁRIA..... 107
4.6 POLÍTICA CREDITÍCIA..... 109
4.7 SETOR EXTERNO..... 110
4.8 FINANÇAS PÚBLICAS..... 115
4.9 ANEXOS..... 221

5 O ORÇAMENTO 133

5.1 O ORÇAMENTO PROGRAMA 135
5.2 AS ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO 138
5.3 A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 139
5.4 ANEXOS 235

6 OS BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO 153

6.1 O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 155
6.2 O BALANÇO FINANCEIRO 156
6.3 O BALANÇO PATRIMONIAL 159
6.4 AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 163
6.5 ANEXOS 257

7 OS BALANÇOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 165

7.1 O BALANÇO FINANCEIRO 167
7.2 O BALANÇO PATRIMONIAL 169
7.3 ANEXOS 277

8 OS BALANÇOS DO ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO 171

8.1 O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 178
8.2 O BALANÇO FINANCEIRO 184
8.3 O BALANÇO PATRIMONIAL 187
8.4 AS ATIVIDADES DE CRÉDITO: DESEMPENHO 192
8.5 ANEXOS 285

9 AS OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO 211

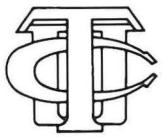
9.1 EMISSÃO E RESGATE DE PAPEL-MOEDA 213
9.2 RESERVAS CAMBIAIS 214
9.3 FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO 214
9.4 ANEXOS 295

10 SESSÃO ESPECIAL..... 301

10.1 RESUMO DA ATA Nº 20, DE 15 DE MAIO DE 1990..... 303
10.2 DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO LUCIANO BRANDÃO ALVES SOUZA..... 307
10.3 DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO FERNANDO GONÇALVES..... 311
10.4 DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO CARLOS ÁTILA ÁLVARES DA SILVA..... 315
10.5 DECLARAÇÃO DE VOTO DA MINISTRA ÉLVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO..... 319
10.6 DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO HOMERO SANTOS..... 323
10.7 DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA..... 331
10.8 DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO-SUBSTITUTO BENTO JOSÉ BUGARIN..... 335
10.9 PALAVRAS PROFERIDAS PELO PROCURADOR-GERAL..... 339
10.10 PALAVRAS FINAIS DO RELATOR..... 341
10.11 PALAVRAS PROFERIDAS PELO SR. PRESIDENTE, MINISTRO ADHEMAR PALADINI GHISI..... 343

11 PARECER DO TRIBUNAL..... 345

ISSN 0103-1090



REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

JAN./MAR.

47

1991

Brasília — DF

SUMÁRIO

COLABORAÇÕES ESPECIAIS

XIII INCOSAI — Alemanha

Documentos Relativos ao XIII INCOSAI — Congresso Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores 15

A Gestão de Recursos da Entidade Fiscalizadora Superior
Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* — TCU — Brasil 17

Políticas e Métodos de Gestão da Fiscalização Pública
Controlador e Auditor-Geral do Reino Unido 23

A Gestão de Recursos da Entidade Fiscalizadora Superior
Auditor-Geral do Paquistão 35

O Papel da Entidade Fiscalizadora Superior e o Alcance da Auditoria
Tribunal de Contas da Espanha 53

A Auditoria da Dívida Pública
Entidade Fiscalizadora Superior da Finlândia 65

A Auditoria de Sistemas de Processamento Eletrônico de Dados
Entidade Fiscalizadora Superior dos Estados Unidos 81

A Utilização do Computador como Instrumento de Auditoria
Tribunal de Contas da Holanda 95

A Gestão de Recursos da Entidade Fiscalizadora Superior — Resumo das Teses
Entidade Fiscalizadora Superior do Paquistão 113

Declaração Geral do XIII INCOSAI 125

Relatório da Delegação do TCU
Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 139

DECISÕES DO TCU

Pessoal

Contratação de Pessoal por Fundações
Relator — Ministro *Luciano Brandão Alves de Souza* 151

Sistema de Coleta de Dados sobre Pessoal — Implantação
Relator — Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 155

Atos de Admissão de Pessoal — Apreciação da Legalidade
Relator — Ministro *Luciano Brandão Alves de Souza* 166
Sistema de Coleta de Dados sobre Pessoal
Relator — Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 168
Admissão de Pessoal na Administração Indireta
Relator — Ministro *Luciano Brandão Alves de Souza* 176
Declaração de Voto — Ministro *Paulo Affonso Martins de Oliveira* 188
Parecer — Procurador-Geral *Francisco de Salles Mourão Branco* 189
Nomeações Anteriores à Constituição de 1988 — Solicitação de Certidão
Relator — Ministro *Paulo Affonso Martins de Oliveira* 200
Admissão de Pessoal para Recenseamento
Relator — Ministro *Luciano Brandão Alves de Souza* 203
Parecer — Subprocurador-Geral *Laerte José Marinho* 211
Concurso Público — Abertura de Inscrição
Relator — Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 217
Concurso Público — Dispensa de Realização
Relator — Ministro *Homero dos Santos* 220
Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União
Relator — Ministro *Homero dos Santos* 224
Contratação de Pessoal sem Concurso Público
Relatora — Ministra *Élvia Lordello Castello Branco* 228
Parecer — Procurador-Geral *Francisco de Salles Mourão Branco* 231
Contratação de Pessoal — Inspeção Ordinária
Relator — Ministro *Luciano Brandão Alves de Souza* 233
Parecer — Procurador-Geral *Francisco de Salles Mourão Branco* 238
Base de Cálculo do Benefício da Lei nº 6.732/79 (Quintos)
Relator — Ministro *Paulo Affonso Martins de Oliveira* 245
Parecer — Procurador-Geral *Francisco de Salles Mourão Branco* 253
Contratação de Pessoal — Levantamento *in loco*
Relator — Ministro *Marcos Vinicius Rodrigues Vilaça* 258
Parecer — Procurador-Geral *Francisco de Salles Mourão Branco* 260

ATOS NORMATIVOS DO TCU

Decisão Normativa nº 22/91 265
Resolução nº 247/90 265
Resolução nº 248/90 266
Resolução nº 249/90 268
Resolução nº 250/90 269
Resolução nº 251/90 271
Resolução nº 252/90 274
Resolução Administrativa nº 107/90 275
Resolução Administrativa nº 108/90 276

DOCUMENTÁRIO

84ª Conferência Interparlamentar 279
Dia da Bandeira — Comemoração pelo TCU 279

Homenagem ao Ministro Aposentado *Alberto Hoffmann* 281
Visita de Trabalho à EMBRAER 289
Posse do Presidente e Vice-Presidente do TCU para o ano de 1991 289
Os Controles Interno e Externo
Ministro *Adhemar Paladini Ghisi* 297
Modernização do Controle
Dr. *Juarez Rodrigues* 299
Modernização da Linha Editorial da Revista do TCU 301
Índice Geral 309

Nº 46 – JULHO A DEZEMBRO/91

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Noticiário • Doutrina • Votos • Jurisprudência

Mesquita toma posse na Presidência do TJ e promete lutar pela aprovação da Lei Orgânica da Magistratura
9

XVI Congresso dos Tribunais de Contas aprova teses de São Paulo 16

Anhaia Mello destaca a importância do Dia da Justiça 18

Livros recebidos pela Biblioteca "Ministro José de Moura Rezende" 19

Relatório de Atividades TCESP Terceiro Trimestre de 1991 21

Relatório de Atividades TCESP Quarto Trimestre de 1991 34

SUMÁRIO

NOTICIÁRIO

Mesquita toma posse na Presidência do TCE e promete lutar pela aprovação da Lei Orgânica do Tribunal 9

XVI Congresso dos Tribunais de Contas aprova teses de São Paulo 16

Anhaia Mello destaca a importância do Dia da Justiça 18

Livros recebidos pela Biblioteca "Ministro José de Moura Rezende" 19

Relatório de Atividades TCESP — Terceiro Trimestre de 1.991 21

Relatório de Atividades TCESP — Quarto Trimestre de 1.991 34

DOUTRINA

OMBUDSMAN E CONTROLE ADMINISTRATIVO.
Eduardo Lobo Botelho Gualazzi 57

SOB SUSPEITA.
Sérgio Ciquera Rossi 63

PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA NA CONSTITUIÇÃO DE 1.988.
Carlos Borges de Castro 64

ESTUDOS SOBRE AS NORMAS DE REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Rubens Catelli 66

LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.
Roque Carmoni 68

VOTOS EM DESTAQUE

Conselheiro José Luiz de Anhaia Mello 73

Conselheiro Orlando Zancaner 76

Conselheiro Antonio Carlos Mesquita 82

Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho 85
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues 91
Substituto de Conselheiro Sérgio Ciquera Rossi 94

JURISPRUDÊNCIA

Ementário — Secção Estadual 101
Ementário — Secção Municipal 201
Consultas Municipais 248
Deliberações 256
Ordem de Serviço 256
Ordens de Serviço — SDG 257

revista do

TRIBUNAL DE CONTAS

Estado do
Rio Grande do Sul

APRESENTAÇÃO 7

PARECER PRÉVIO 9
— Síntese da Análise Técnica da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta, relativa ao Exercício de 1990 .... à 28

PARECERES 29
— Ordenador de Despesa 31
— Provimento de Recursos 35
— Definição do Ordenador de Despesa 37
— Pagamento de Diárias a Prefeito 44
— Vereador; Incompatibilidade para Exercer Atividades no Executivo . 47
— Despesas Públicas; Publicidade e Legalidade 48
— Imóveis Municipais; Doação e Revogação 50
— Diárias de Vereadores 51
— Vereador; Exercício do Direito à Saúde 53
— Reajustamento e Revisão Contratual 54
— Depósitos Bancários Municipais 57
— Novo Código Tributário Municipal 59
— Horas Extras de Servidor Estatutário 62

DECISÕES DO PLENO 65
— Remuneração de Vereadores 67
— Remuneração de Férias em Regime Suplementar 68
— Cômputo de Tempo de Serviço 68
— Tomada de Contas Especial 71
— Aplicação da CLT a CCs 72
— Irregularidades em Execução de Obras 73
— FGTS de Cargos em Comissão 75
— Subsídios de Prefeito, Vice e Vereadores (1) 77
— Despesas sem Finalidade Pública 78
— Aposentadoria (1) 79
— Subsídios de Prefeito, Vice e Vereadores (2) 80
— Aposentadoria (2) 81

— Servidor Estadual eleito Prefeito ou Vice 83
— Custeio de Campanha de Solidariedade 83
— Recurso de Embargos 84
— Inspeção em Fundação 87
— Auxílios Financeiros 89
— Publicação de Contratos 92
— Cópia de Processo a Comissão de Inquérito 93
— Acúmulo Remunerado de Cargos Públicos 94
— Tomada de Contas 96
— Admissão de Pessoal sem Apreciação pelo TCE 97

DOUTRINA 100
— O Controle dos Gastos Públicos 101
— O Tribunal de Contas e a Fiscalização Municipal 105
— Os Fundos Especiais 114
— A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Planejamento Econômico — Uma Abordagem Preliminar 119
— Os Tribunais de Contas e o Alcance da Moralidade Administrativa . 122

XVI CONGRESSO DOS TCs; TESES 127
— Remuneração de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores à Luz da nova Constituição Federal 129
— A Ação Fiscalizadora do Tribunal de Contas e o Sigilo Bancário 133
— Publicidade e Ação Administrativa, uma Interpretação do Art. 37, § 1.º da Constituição Federal 141

RELATÓRIO DE ATIVIDADES BIÊNIO 1990/91 147

NOTÍCIAS 173

República Argentina

Tribunal de Cuentas de la Nación

MEMORIA

Ejercicio 1990

MEMORIA DEL TRIBUNAL DE CUENTAS DE LA NACION
CORRESPONDIENTE AL AÑO 1990
INDICE

CAPITULO I

	PAGINA
I - INTRODUCCION	
- Ubicación jurídico institucional del órgano superior de control externo.	3
- Su estructura actual.	5
- Organismos sujetos a fiscalización.	7
- Participaciones en eventos Nacionales e Internacionales. Capacitación.	13
- Proyecto de Informatización de la Institución.	15

CAPITULO II

II - EJERCICIO DE LAS ATRIBUCIONES DEL TRIBUNAL DE CUENTAS DE LA NACION	
A) DE CONTROL	
1) Legal - artículo 85 inciso a)	
a) Fiscalización legal y detalle por materia de las observaciones efectuadas.	23
b) Observaciones legales formuladas. Su trámite.	39
2) Técnico	
a) Artículo 85 inciso b) de la Ley de Contabilidad	61
b) Artículo 85 inciso c) de la Ley de Contabilidad	67
B) JURISDICCIONALES	
1) Juicio de Cuentas - artículo 85 inciso d)	
a) Juicios de Cuentas: su trámite	101
b) Datos estadísticos correspondientes al año 1990	103
2) Juicio de Responsabilidad - artículo 85 inciso e)	
Juicios de Responsabilidad tramitados dentro del ejercicio 1990, clasificados por materia, importancia, etc.	113
Datos estadísticos relevantes correspondientes al año 1990	123
C) CUADRO DEMOSTRATIVO DEL MOVIMIENTO DE ACTUACIONES REGISTRADO POR LOS SERVICIOS CENTRALES DURANTE EL PERIODO 01-01-90 AL 31-12-90.	125

PP
274

IN INFORMATIVO

DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE TRIBUNALES DE CUENTAS

AÑO XV - ENERO - DICIEMBRE 1989 - Nros. 57 - 60 • SALTA - ARGENTINA

SUMARIO

Pág.

Publicación del llamado a Licitación Pública. Publicación por tiempo inferior al señalado legalmente o no efectuada con la anticipación que marca la ley 3

Otros aspectos negativos de la Ley Orgánica del Tribunal de Cuentas de la provincia de Salta (II) 6

Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas de la República Argentina, Entes Adheridos y sus Autoridades 12

Noticias Nacionales 17

Noticias Internacionales 22

X Congreso Nacional de Tribunales de Cuentas de la República Argentina 27

Del Secretariado Permanente (Memoria de la labor realizada por el Consejo Directivo del Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas - Artículo 10, inc. i) del Reglamento General) 30

Instituto Latinamericano y del Caribe de Ciencias Fiscalizadoras (ILACIF) 34

Intercambio de Información 36

Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas de la República Argentina (Estado Patrimonial al 31-12-88) 40

PP
274

...N INFORMATIVO

DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE
Tribunales de Cuentas

AÑO XVI - ENERO - JUNIO 1990 Nros. 61 - 62 SALTA - ARGENTINA

SUMARIO

Pág.

Colaboraciones: Auditoría de Valor por Dinero: Los primeros 800 años 3
Auditoría Operacional: Análisis de las distintas etapas.. 10
Las Funciones del Tribunal de Cuentas de la Provincia..... ... 16
La. Auditorías de Gestión - Fortalezas y debilidades en su instrumentación 18
Noticias Nacionales 20
IX CLADEFS 25
Iras. Jornadas sobre Tribunales de Cuentas Municipales 27
Tribunal de Cuentas de la Provincia de Jniuy 28
Memoria Ejercicio 1989 del Tribunal de Cuentas Municipal del Dpto. Rosario Vera Peñaloza 29
Noticias Internacionales 30
Opiniones 37
Intercambio de Información 39
Auditoría. ¿Fuente de Soluciones? 41
XI Jornadas Nacionales de Actualización Doctrinaria de Tribunales de Cuentas. San Juan, Junio de 1990 49

PP
274

BOLETIN INFORMATIVO

DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE

Tribunales de Cuentas

AÑO XVI - JULIO - DICIEMBRE 1990 - Nros. 63 - 64 • SALTA - ARGENTINA

SUMARIO

	Pág.
Más Novedades sobre la Manera de Informar al Parlamento	1
Autoridades	2
Etica y Corrupción en la Administración Pública de Países de alto grado de Inflación	3
Auditoría Externa de los Bancos Oficiales	8
La Reforma del Estado y los Organos de Control Público	16
Noticias Nacionales	22
Noticias Internacionales	26
Estado Patrimonial al 31-12-1989	33
Opiniones	37
Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas de la República Argentina. Estatutos	38
IX CLADEFS Conclusiones y Recomendaciones	
Intercambio de Información	51
Bibliográficas	54

PP
274

"IN INFORMATIVO

DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE

Tribunales de Cuentas

AÑO XVII - ENERO - JUNIO 1991 - Nros. 65 - 66 • SALTA - ARGENTINA

SUMARIO

	Pág.
El porqué de las Auditorías Gubernamentales	1
Bibliografía sobre Tribunales de Cuentas	8
Auditoría de Gestión y Democracia	10
Organismo de Control en el estado de derecho	15
El Control Externo de la Hacienda Pública	20
El BID Aprueba Programa de Capacitación para Entidades Fiscalizadoras Superiores	21
Iniciativa de Desarrollo INTOSAI (IDI)	23
Bolivia Aprueba Nueva Ley Dirigida a Incrementar la Responsabilidad Pública	24
Respondiendo al Cambio	27
Noticias Nacionales	29
Noticias Internacionales	32
Opiniones	35
Intercambio de Información	36
Estado Patrimonial al 31-12-1990	38
Estado de Resultado al 31-12-1990	39
Notas al Balance cerrado el 31-12-1990	40
Certificación Contable	41
Informe de Sindicatura	42
Proyecto de Ley de Administración Financiera y Control de Gestión del Sector Público Nacional	43

PP
274

INFORMATIVO

DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE

Tribunales de Cuentas

AÑO XVII - JULIO - DICIEMBRE 1991 - Nros. 67 - 68 • SALTA - ARGENTINA

SUMARIO

	Pág.
La Corrupción es un Clima	1
Colaboraciones: Etica del Control	3
Normas de Auditoría Gubernamental	5
Ensayo acerca de la Razonabilidad de la Previsión para Incobrables de la Cartera de Préstamos desde el punto de vista de la Sindicatura	13
Metodología y Planificación para Ejecutar la Auditoría Operacional	20
Del Secretariado Permanente	28
XI Congreso Nacional de Tribunales de Cuentas	33
Disposiciones Constitucionales sobre los Tribunales de Cuentas	38
Declaración de San Carlos de Bariloche	46
Noticias Nacionales	47
Noticias Internacionales	51
Bibliográficas	57
Intercambio de Información	59
Correspondencia	62
Las Organizaciones de Auditoría y la Comunicación de sus Resultados	63

Hacia la nueva Contraloría General de la República

CONTRALORIA GENERAL DE LA REPUBLICA
Documento CGR-004
Revisión No. 1

Indice

		Página
I.	¿Qué es el control fiscal en la nueva Constitución?	9
II.	¿Cuáles son los elementos técnicos de la nueva vigilancia de la gestión?	15
III.	¿Qué se desprende para la Contraloría General de la República de la nueva concepción de la vigilancia de la gestión fiscal?	23
	• De manera inmediata • A mediano plazo • A largo plazo	
IV.	¿Qué se desprende para las entidades fiscalizadas?	29
V.	¿Cuál es el nuevo alcance de la vigilancia de la gestión fiscal?	33
VI.	La estructura orgánica actual de la Contraloría General de la República -El punto de partida-	37
VII.	Criterios para la organización de la nueva Contraloría	41
VIII.	La nueva estructura orgánica de la Contraloría General de la República -El punto de llegada-	45
	Anexo. Normas constitucionales relativas al control fiscal	51

República de Panamá

Informe

del

Contralor General de la República

Volumen
Correspondiente a la
Dirección de Responsabilidad Patrimonial

Versión Corregida

1º de Marzo de 1993

INDICE

INTRODUCCION 2

CASO DE LA OFICINA DE INTELIGENCIA QUE OPERABA EN LAS VIVIENDAS N°322A Y N°322B UBICADAS EN LOS ALTOS DE QUARRY 5

1. Antecedentes 5

2. Integrantes de la Junta Combinada creada mediante el Tratado del Canal de Panamá 5

3. Viviendas para oficiales de las Fuerzas de la República de Panamá que formasen parte de la Junta Combinada 5

4. Destino dado a las dos viviendas ubicadas en los Altos de Quarry durante el régimen de Manuel A. Noriega 5

5. Destino dado a las dos viviendas ubicadas en los Altos de Quarry después del 20 de diciembre de 1989 6

6. Particularidades jurídicas del problema 7

7. Expedición y contenido de la Resolución N°131, de 20 de marzo de 1991, dictada por el Contralor General de la República 9

8. Medidas complementarias 12

9. Coordinación de las medidas respectivas con las autoridades norteamericanas para la práctica de la diligencia ordenada 13

10. El Comando Sur del Ejército Sur de Estados Unidos de América se opone a la práctica de la diligencia ordenada por el Contralor General 13

11. Al borde de un conflicto diplomático entre la República de Panamá y Estados Unidos de América 14

12. Entrevista del Presidente de la República con el Ministro de Gobierno y Justicia, sostenida el lunes 25 de marzo de 1991 17

13. Los hallazgos en las viviendas N°322A y N°322B 18

14. Decisión del Presidente de la República, luego de lo anterior 20

II. LOS PODERES DE LA CONTRALORIA FRENTE A LAS CUENTAS BANCARIAS CIFRADAS 23

1. La incidencia de este conflicto en el problema de la Justicia en Panamá 23

2. Consulta formulada por la Comisión Bancaria Nacional 24

3. Ambito de las funciones del Procurador de la Administración en su papel de asesor de los funcionarios administrativos y opinión emitida por dicho funcionario por razón de la consulta hecha 25

4. Consecuencias de la opinión vertida por el Procurador de la Administración 30

5. Solicitud de rectificación a la Procuradora de la Administración respecto de la opinión vertida por su suplente 30

6. Argumentos en que se apoya la Contraloría General de la República para sustentar su tesis 32

7. Demandas de ilegalidad propuestas ante la Sala Tercera de la Corte Suprema de Justicia en contra de multas impuestas por la Contraloría General de la República 38

8. Casos de la Caja de Ahorros 40

A. Cargos indebidos hechos a la reserva de intereses para ser acreditados en cuentas bancarias cifradas 40

B. Caso de Lorena del Carmen Noriega y de Thays Nefertitis Noriega, ambas hijas de Manuel Antonio Noriega 50

9. Caso del Union Bank of Switzerland 65

III. LA TRANSPARENCIA EN LA JUSTICIA AFECTADA POR LO OCURRIDO EN EL CASO JUSTINE 69

1. Marco P. Justine y Rafael Cedeño salen de la cárcel 69

2. Antecedentes 69

A. Sumario incoado en contra de: Marcos Justine Fernández, Rafael Cedeño, Constantino Peralta, Rafael Arosemena, Roberto Díaz Herrera, Luis Gaspar Suarez, Alberto Lacrespe Purcell, Bernardo Barrera Castillero, Elías Sirovy Castillo Figueroa, Roque Justo González, Rodrigo Augusto Chanis González, Roberto Armijo Martínez, Angel Mina Justiniani, Virgilio Mirones Pinzón, Eugenio Corro Villalaz, Theodoro Alexander y otros 69

B. Solicitud de reapertura de un sumario en contra de: Marcos Justine Fernández, Enrique Bernabé Pérez, Florencio Bayard A., Gobindram Jhangimal, Partabrai Jhangimal, Kemo Jhangimal y Leonidas Aragón 70

3. Acumulación de los dos negocios anteriores 71

4. Objeciones contra el auto de acumulación dictado por el Juez 1° del Primer Circuito Judicial de Panamá 74

4a. El Juez 1° del Primer Circuito Judicial de Panamá dicta auto decidiendo varios asuntos en los negocios acumulados 77

5. El Juez Zúñiga concede el beneficio de excarcelación bajo fianza a favor de los ex-militares Marcos Justine y Rafael Cedeño 77

6. Acciones de la Contraloría General de la República 80

A. La D.R.P. envía a la Procuraduría General de la Nación las evidencias contra Marcos Justine en el caso de los B/.41MM 80

B. Se localiza documentación que estaba todavía en proceso de análisis en la Dirección de Auditoría de la Contraloría General con relación a un caso del Ministerio de Hacienda y Tesoro 81

7. El Juez Luis Guillermo Zúñiga presenta denuncia criminal contra el Magistrado Eusebio K. Marchosky 83

8. El Segundo Tribunal Superior de Justicia destituye al Lcdo. Luis Guillermo Zúñiga, como Juez 1° del Primer Circuito Judicial de Panamá 94

9. El Juzgado 1° del Primer Circuito Judicial anula todo lo actuado por el ex-Juez Zúñiga 100

10. Problemas para el cumplimiento de lo dispuesto en el numeral 5 del artículo 11 de la Ley 32 de 1984 110

11. Pagos hechos a los abogados de Manuel Antonio Noriega en el juicio penal iniciado en su contra ante una Corte Federal del Distrito Sur de Florida 115

12. La peligrosa conversión del peculado en corrupción de funcionario público. El caso de Carlos Wittgreen 129

IV. **DEMANDA DE INCONSTITUCIONALIDAD CONTRA EL DECRETO DE GABINETE N°36, DE 10 DE FEBRERO DE 1990** . 134

1. **Argumentos presentados ante el Pleno de la Corte Suprema de Justicia en proceso de inconstitucionalidad**

propuesto en contra del Decreto de Gabinete N°36, de 10 de febrero de 1990 134

2. Sentencia de 7 de febrero de 1992, dictada por la Corte Suprema de Justicia 150

3. Demanda de inconstitucionalidad propuesta contra el Decreto N° 65, de 23 de marzo de 1990 178

V. ANTEPROYECTOS DE LEYES PROPUESTOS O APOYADOS POR LA DIRECCION DE RESPONSABILIDAD PATRIMONIAL 180

1. Anteproyecto de Ley sobre los bienes cautelados propuesto por la D.R.P. 180

A. Realidades innegables vs. derechos y garantías 180

B. Propuesta presentada durante el primer período de la legislatura de septiembre a diciembre de 1990 185

2. Proyecto de Ley N°20, por el cual se crean comisiones investigadoras 203

2a. Nuevos Anteproyectos de Ley propuestos por la Dirección de Responsabilidad Patrimonial, sobre los bienes cautelados y sobre las comisiones de investigación 206

A. Anteproyecto sobre los bienes cautelados 206

B. Anteproyecto sobre las cuatro comisiones investigadoras 212

3. Gestiones hechas con relación a los dos anteproyectos anteriores 215

VI. EL PROBLEMA DE LOS DOCUMENTOS APREHENDIDOS DURANTE LA OPERACION JUSTA CAUSA 221

1. Situación jurídica de los documentos 221

2. Dimensión y cantidad de documentos 223

3. Los archivos del antiguo G-2 223

4. Documentos del G-4 228

VII. LITIGIOS DE PANAMA EN EL EXTERIOR 232

1. Perspectivas y generalidades 232

2. Demanda ante una Corte Federal del Distrito Sur de Florida: República de Panamá vs. Manuel Antonio Noriega 233

3. Demanda ante una Corte Federal del Distrito Sur de Florida: República de Panamá vs. BCCI Holdings (Luxembourg), S. A., Bank Of Credit and Commerce International, S. A., Bank Of Credit and Commerce International (Overseas) Ltd., First American Bank of New York y Amjad Awan 235

4. Caso de la quiebra del BCCI solicitada ante un tribunal de la ciudad de Nueva York 238

5. Demanda ante un tribunal de Londres: República de Panamá vs. Manuel Antonio Noriega, Felicidad de Noriega, Finley International, Ltd., Sayed Ziudin, Ali Akbar y Capcom Financial Services, Ltd. 238

6. Demanda ante un tribunal de Londres: República de Pavs. Marinexam, Ramón Sieiro y otros 239

7. Investigaciones en el exterior 240

ANEXOS 243

1. Relación Histórica 1

2. Divulgación y publicidad 3

3. Labores Rendidas 5

4. Presupuesto de la Dirección de Responsabilidad Patrimonial Año 1991 7

5. Estructura de Personal - Dirección de Responsabilidad Patrimonial 9

6. Secretaría General D.R.P. - Inconvenientes en el año de 1991 12

7. Resoluciones del Contralor General de la República 13

8. Resoluciones D. R. P. 106

9. Informe sobre Bienes Cautelados 114

CRONICAS DE CONTROL

JUL · AGO · SET 1991

BOLETIN DE LA CONTRALORIA GENERAL DE LA REPUBLICA DEL PERU Nº 11 AÑO 3

NECESIDAD DE FORTALECER EL SISTEMA NACIONAL DE CONTROL

Todo Estado organizado aspira a promover el desarrollo armónico e integral del país y lograr así el bienestar general. El cumplimiento de esta finalidad se aprecia a través de la óptima utilización de sus recursos, de las condiciones que enmarcan la obtención de recursos externos y de las relaciones de intercambio con otros países. La satisfacción de las necesidades de alimentación, salud, vivienda, trabajo y educación de la sociedad está en relación a la orientación de la política económica y social que adopte, y a la eficiencia y eficacia en la administración de la Hacienda Pública.

En un Estado moderno se requiere asimismo un Sistema de Control, que a través de programas coordinados fiscalice y controle el uso de recursos y combata frontalmente la corrupción en la administración pública. El ejercicio del control integral que compete a las Entidades Fiscalizadoras Superiores comprende, entre otros, el control de legalidad y cumplimiento; el control financiero y el control de resultados en términos de objetivos y metas; implica además imprimir a su accionar una óptica hacia aspectos de trascendencia nacional en todas las actividades en que el Estado comprometa recursos.

Para el cumplimiento de estos objetivos, un Sistema de Control, requiere mantener incólume su INDEPENDENCIA respecto a cualquier condicionamiento o ingerencia de otros organismos del Estado, o presiones de autoridades de gobierno y/o partidos políticos; necesita estar premunido de AUTONOMIA ECONOMICA Y ADMINISTRATIVA que le permita operar con recursos y ordenamiento propios; y tiene la obligación de actuar con OBJETIVIDAD que implica la estricta aplicación de criterios técnicos y legales al margen de todo influencia que no sea la búsqueda de resultados, con responsabilidad y profesionalismo.

En nuestro país, la Contraloría General está instituida en la Carta Magna (1979) como el Organismo Autónomo y Central del Sistema Nacional de Control y cuenta desde 1971 con una Ley Orgánica (D.L. Nº 19039), cuyo espíritu es concordante con la Constitución Política vigente.

Despojándonos de los prejuicios de su génesis, es objetivo reconocer que la citada Ley contiene dispositivos de avanzada en América Latina, siendo perfectible su actualización con los cambios producidos en la estructura del Estado y con los conceptos emergentes de nuevas tecnologías sobre control, en función de objetivos de desarrollo y con las atribuciones para ejercerlo.

Países hermanos como Colombia, Ecuador y Bolivia, han actualizado su normatividad en materia de Administración Financiera y Control del Estado, privilegiando las atribuciones de sus Organismos Superiores de Control, en relación a su situación precedente.

No obstante la naturaleza y el nivel reconocidos en la Constitución y la Ley, la Contraloría General del Perú afronta limitaciones de orden práctico para el cabal cumplimiento de su rol: una de ellas es la dependencia económica del Poder Ejecutivo para su financiamiento institucional, que condiciona su operatividad.

Lo expuesto ha sido recientemente corroborado por un alto funcionario del Banco Mundial en un documento referido al control del financiamiento externo, en el cual señala que para la aceptación de la Contraloría General como Institución Suprema de Auditoría de los convenios de préstamos, debe cumplir entre otras las siguientes condiciones:

- "La Contraloría General deberá mantenerse funcional y administrativamente independiente"
- "La Contraloría General se compromete a continuar tratando con el Gobierno Nacional una fórmula liberal que asegure el mayor grado posible de independencia financiera".

Es entonces una necesidad de nuestro país y una exigencia de organismos financieros internacionales, que nuestra Entidad Fiscalizadora Superior reuna en toda su acepción los requisitos para ejercer con mayor propiedad su rol fiscalizador.

Estando en estudio en el Parlamento el proyecto de la nueva Ley del Sistema Nacional de Control, es pertinente que nuestros legisladores consideren estas reflexiones con el fin de que sus aportes mantengan y fortalezcan los aspectos positivos de la Ley vigente, enriqueciéndola con disposiciones que refuercen las facultades de autonomía e independencia de la Contraloría General, en el entendido que es un objetivo común a la función fiscalizadora del Poder Legislativo y al quehacer del Organismo Superior de Control garantizar al país la supervigilancia sobre el correcto uso de los recursos del Estado, contando con un marco legal que permita accionar con mayor firmeza en los esfuerzos de moralización.

SUMARIO

ACCIONES DE CONTROL	2
APUNTES TECNICOS	6
OLACEFS	8
INFORME	10
ENFOQUE	11
BREVES	13
CAECIF	15

ILACIF

HORIZONTES

El proceso presupuestario en un contexto turbulento

Revista Técnica del Instituto Latinoamericano y del Caribe de Ciencias Fiscalizadoras (ILACIF) N 19 Setiembre-Diciembre de 1990 - Editada en Lima, Perú.

Sumario

2 Editorial

4 ILACIF se reúne en Argentina.

6 Análisis del Paradigma Organizacional utilizado por los Auditores Operacionales.

15 El Gerente Financiero y los Proyectos de Desarrollo.

19 El Proceso Presupuestario en un Contexto Turbulento.

39 Metodología y Planificación para ejecutar la Auditoría Operacional..

46 Evolución del Desempeño Operacional de Empresas Estatales en Brasil.

53 IX CLADEF'S Conclusiones y Recomendaciones

Nuestra Portada

El proceso presupuestario en América Latina en estos últimos años, ha estado tipificado por dimensiones inéditas de inflación, recesión y endeudamiento.

H. CAMARA DE DIPUTADOS

INFORME PREVIO SOBRE LA REVISION DE LA CUENTA DE LA HACIENDA PUBLICA FEDERAL DE 1990

26
nf

Informe Previo sobre la Revisión de la Cuenta de la Hacienda Pública Federal de 1990

Indice General

TOMO I

I.	Presentación	13
II.	Alcances de la Revisión	17
III.	Apego a los Preceptos Legales y a los Principios de la Contabilidad Gubernamental	25
IV.	De los Aspectos Económicos	35
V.	Avances en el Proceso de Modernización de la Gestión Pública	47
VI.	Evaluación de los Resultados Financieros	61
VII.	Cumplimiento de las Metas Programáticas	95
VIII.	Consideraciones Generales	125

TOMO II

IX.	Observancia de los Preceptos Jurídico-Normativos
X.	Observancia de los Principios Básicos de Contabilidad Gubernamental.
XI.	Análisis del "Panorama Económico"
XII.	Proceso de Modernización de la Gestión Pública
XIII.	Análisis y Evaluación de los Resultados Financiero-Presupuestales

XIV. Revisión de Estados Financieros
de las Entidades Sujetas a Control Presupuestal

XV. Revisión de los Sistemas Administrativos

Anexo Estadístico

TOMO III

XVI. Cumplimiento de Objetivos y Metas Programáticos

XVI.1. Aspectos Sectoriales y Egresos Programáticos
XVI.2. Sector Desarrollo Rural e Integral
XVI.3. Sector Pesca
XVI.4. Sector Industrial y Energético
XVI.5. Sector Comercio
XVI.6. Sector Turismo
XVI.7. Sector Comunicaciones y Transportes
XVI.8. Sector Salud
XVI.9. Sector Educación Pública
XVI.10. Sector Desarrollo Urbano y Ecología

XVII. Recomendaciones sobre el Ejercicio de 1990

Apéndices

1. Glosario de Siglas
2. Abreviaturas de Unidad de Medida
3. Marco Legal para la Revisión de la Cuenta Pública

REVUE FRANÇAISE DE FINANCES PUBLIQUES

N° 35 1991

La Poste et les Télécommunications : nouveau régime financier

L·G·D·J

SOMMAIRE
N° 35 - 1991

Éditorial, par Michel **Bouvier** III

• **LA POSTE ET LES TÉLÉCOMMUNICATIONS : NOUVEAU RÉGIME FINANCIER**

Histoire du budget annexe des PTT, par Pierre **Lavigne** 1

Du budget annexe des PTT à la loi du 2 juillet 1990, les facteurs d'une évolution ou l'origine d'une réforme, par Bernard **Rautureau** et Dominique **Laffont** 11

Les relations financières de l'État avec les exploitants publics, notion de juste rémunération, par Marc **Frangi** 33

La nouvelle organisation financière et comptable, par Philippe **Bajou** . 49

La tarification du service rendu, par André **Darrigrand** 67

La fiscalité de la Poste et de France-Télécom, par Jacques **Buisson** .. 75

Les services financiers de La Poste en France, par Marc **Schwartz** ... 83

Une nouvelle forme de contrôle parlementaire, par Eugène **Delchier** . 99

Conséquences du nouveau statut des P et T sur les contrôles de la Cour des comptes, par Didier **Gasse** 107

L'évolution du régime juridique et financier des postes européennes, par Marc **Schwartz** 123

• **ETUDES**

Renseignements administratifs et fiscalité, par Jean-Hugues **Vautier** et Stéphane **Moch** 143

L'évolution du marché financier des collectivités locales : le point de vue d'un chargé de clientèle dans une caisse d'épargne, par Chantal **Alexandre** 153

Le système fiscal local en Algérie, par Zine M. **Barka** 159

Opinion publique et fiscalité, par Jacques **Bruron** 173

• **CHRONIQUE DE COMPTABILITÉ PUBLIQUE**

I. – Législation et réglementation, par Danièle **Lamarque** 187

II. – Jurisprudence par Jacques **Magnet** et Monique **Saliou-Gloux** ... 191

• **CHRONIQUE DE FINANCES LOCALES**

Indicateur d'endettement des collectivités et procédures d'alerte, par Michel **Klopfer** 203

• **CHRONIQUE BIBLIOGRAPHIQUE**

I. – Comptes rendus d'ouvrages par F. **Bloch-Lainé**, M. **Bouvier**, G. **Orsoni**, B. **Plagnet** et A. **Tsoutsos** 213

II. – Vient de paraître 219

REVUE FRANÇAISE DE FINANCES PUBLIQUES

N° 36 1991

Les institutions de contrôle des comptes publics à l'étranger

L·G·D·J

SOMMAIRE
N° 36-1991

Éditorial, par Michel **Bouvier** 3

• LES INSTITUTIONS DE CONTROLE DES COMPTES PUBLICS À L'ÉTRANGER

Avant-propos, par Pierre **Arpaillange** 5

Classification des institutions supérieures de contrôle financier, par Jacques **Magnet** 9

La Cour des comptes en Belgique, par Michel **Bouvier** 13

La Cour des comptes italienne : réalité et perspectives, par Georgio **Clemente** et Maria-Annunziata **Rucireta** 21

Le Tribunal des comptes d'Espagne, par Ramon **Muñoz** et José Manuel **Canales** 39

Le contrôle fédéral des finances en Suisse, par Jean **Driol** 47

Le contrôle des finances fédérales en R.F.A., par Egbert **Kaltenbach** 51

La réddition de comptes au Parlement du Royaume-Uni, par Sir John **Bourn** 71

La Cour des comptes des communautés européennes, par Gilbert **Orsoni**. 77

La rénovation des institutions de contrôle financier dans les Etats d'Europe de l'Est, par Jacques **Magnet** 91

Le « General Accounting Office » des Etats-Unis, par Don **Drach** 95

• ETUDES

Fiscalité et agriculture, réflexions sur l'évolution récente de la jurisprudence fiscale des juridictions administratives en matière d'activité agricole, par Henri **Isaia**, Gilles J. **Martin** et Jacques **Spindler** 103

Les tendances de la taxation au Canada, par Gérard **Bélanger** 123

• CHRONIQUE BUDGÉTAIRE

L'exécution de la loi de finances pour 1989, par Gilbert **Orsoni** 131

• CHRONIQUE ÉTUDIANTE

« Evitons ce sujet, c'est trop technique », par Franck **Amata** et Valéry **Maïzières** 149

• CHRONIQUE BIBLIOGRAPHIQUE

I. – Comptes rendus d'ouvrages, par M. **Bouvier**, J.M. **Cotteret**, R. **Hertzog**, P. **Lavigne**, G. **Montagnier**, G. **Orsoni**, A. **Terrazzoni** 153

II. – Vient de paraître 163

III. – Annonce de colloque. 170

REVUE FRANÇAISE DE FINANCES PUBLIQUES

N° 37 1992

La fiscalité des professions libérales

L·G·D·J

SOMMAIRE
N° 37-1992

• LA FISCALITE DES PROFESSIONS LIBERALES

L'évolution générale de la fiscalité des professions libérales. Avant-propos de Bernard **Plagnet** 3

Y a-t-il une fiscalité des professions libérales ?, par Richard **Lanteri** 13

La fiscalité des professions libérales et la question de l'équité, par Guy **Robert** 23

L'exercice en groupe et la fiscalité des professions libérales, par Jean-Michel **Le Berre** 33

La spécificité de la fiscalité de l'avocat, par Georges **Flécheux** 41

Contrôle fiscal et secret professionnel chez les professionnels de santé libéraux, par Philippe **Luppi** 47

Les associations agréées : état des lieux, par Jean-Louis **Fonters** 75

Les associations agréées : un avenir menacé, par Jean-Pierre **Chevallier**. 95

• ETUDES

Le décalage d'un mois pour la déduction de la TVA, par Maurice **Lauré** 107

Une solution au problème de recouvrement : la vente des certificats d'impôts non payés, par Alain **Pupier** 129

• CHRONIQUE BUDGÉTAIRE

La loi de finances pour 1992, par Bernard **Plagnet** 141

• CHRONIQUE EUROPÉENNE

Réalisation de l'union économique et monétaire, par Joël **Molinier** 161

Jurisprudence – Cour européenne des droits de l'homme (note sur arrêt), par Gabriel **Montagnier** 177

• CHRONIQUE BIBLIOGRAPHIQUE

I. – Comptes rendus d'ouvrages, par G. **Montagnier**, G. **Orsoni** 193

II. – Vient de paraître 198

III. – Annonce de colloque 202

REVUE FRANÇAISE DE FINANCES PUBLIQUES

N° 38 1992

Les finances locales : scénarios du futur

L·G·D·J

SOMMAIRE
N° 38 - 1992

Éditorial, par Michel **Bouvier** .....

• LES FINANCES LOCALES : SCÉNARIOS DU FUTUR

Décentralisation et finances locales : clés pour la réflexion, par Georges **Vedel** 9

Finances locales : état des lieux et perspectives, par Raymond **Douyère** ... 15

Les relations financières avec l'État, par Jean-Pierre **Sueur** 19

• LES STRUCTURES FINANCIÈRES : QUELLES PERSPECTIVES ?

L'avenir des structures financières, par René **Dosière** 29

Réussir la réforme des impôts locaux, par Jacques-Sylvain **Klein** 35

La spécialisation fiscale verticale : un point de vue d'économiste, par Guy **Gilbert** 47

Les transferts financiers, par Alain **Guengant** 57

L'endettement et la trésorerie, par Philippe **Auberger** 73

La réforme des structures financières locales, par André **Terrazzoni** 75

• LA GESTION FINANCIERE, QUELLES INNOVATIONS

La gestion financière : quelles innovations ?, par Raymond **Muzellec** 83

L'évolution de la comptabilité publique locale, par Luc **Saidj** 95

Les relations avec les banques, par Jean-Louis **Duret** 109

Vers une nouvelle analyse financière, par Michel **Klopfer** 113

La gestion budgétaire des collectivités locales : exemples d'innovation, par Jean **Recoules** 123

La rénovation des cadres comptables et budgétaires, par René **Barberye** .. 131

• L'ENVIRONNEMENT EXTERNE : QUEL IMPACT ?

La fin de l'État protecteur, par Robert **Hertzog** 137

Les nouvelles stratégies d'entreprise et l'évolution des inégalités de richesse entre collectivités locales, par Jean **Bouinot** 149

Compétition et solidarité entre collectivités locales, par Yves **Jegouzo** 157

Les finances locales et l'aménagement du territoire, par Roland. **Hureaux** 169

Le poids de la C.E.E., par Maurice **Bourjol** 171

L'influence des modèles étrangers, par Gérard **Fomerand** 193

Transparence financière et contraintes externes, par Philippe **Laurent** 199

Quel avenir pour le contrôle des chambres régionales des comptes, par Jacques **Bonnet** 205

Questions pour l'avenir, par **Pierre Sudreau** 207

• ÉTUDE

Défense et illustration des « quatre vieilles », par Jacques **Blanc** 211

• CHRONIQUE ÉTUDIANTE 219

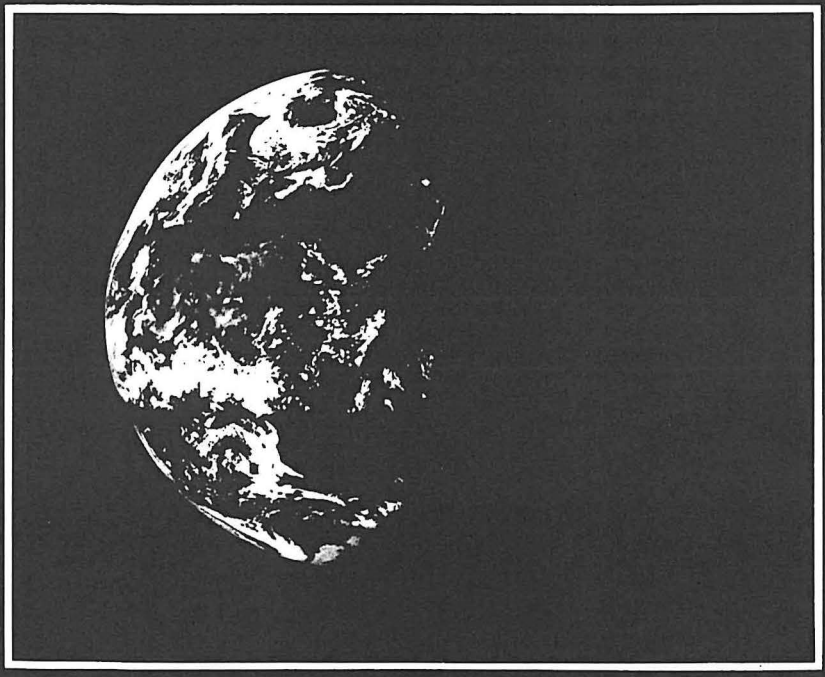
• CHRONIQUE BIBLIOGRAPHIQUE

I. – Comptes rendus d'ouvrages par Gabriel **Montagnier**, Gilbert **Orsoni** et Michel **Bouvier** 225

II. – Vient de paraître 231

Revue internationale de la vérification des comptes publics

REVUE TRIMESTRIELLE • AVRIL 1991



Revue internationale de la vérification des comptes publics

Revue trimestrielle • avril 1991
Vol. 18, n° 2

© *1991 International Journal of Government Auditing, Inc.*

La ***Revue internationale de la vérification des comptes publics*** est publiée tous les trimestres (en janvier, avril, juillet et octobre) pour le compte de l'INTOSAI (Organisation internationale des Institutions supérieures de contrôle des finances publiques) en allemand, en anglais, en arabe, en espagnol et en français. La ***Revue,*** organe officiel de l'INTOSAI, vise au perfectionnement des procédés et techniques de vérification des comptes publics. Les opinions et idées émises n'engagent que la rédaction et les auteurs des textes et ne reflètent pas nécessairement les vues ou l'orientation de l'Organisation.
La rédaction invite les intéressés à soumettre des articles, des rapports spéciaux ou des faits divers à ses bureaux, aux soins du U.S. General Accounting Office, Room 7806, 441 G Street, NW, Washington, D.C. 20548, U.S.A. (téléphone : (202) 275-4707 Télécopieur : (202) 275-4021).
La ***Revue*** sert parfois de document pédagogique, notamment dans les pays en développement. La rédaction accorde donc la préférence aux articles traitant d'aspects pratiques de la vérification des comptes publics. Il peut s'agir d'études de cas, de commentaires sur de nouvelles méthodes de vérification ou de descriptions de programmes de formation en vérification. Les articles traitant surtout d'aspects théoriques ou de techniques très poussées (p. ex., l'utilisation de la modélisation en vérification) ne conviennent guère.
La ***Revue*** est distribuée aux directeurs de toutes les Institutions supérieures de contrôle des finances publiques du monde qui participent aux activités de l'INTOSAI. Les autres abonnés doivent s'abonner au coût de 5 $ US par année. Pour toutes les versions, il faut acheminer correspondance et chèques au bureau administratif de la ***Revue*** - P.O. Box 50009, Washington, D.C. 20004, U.S.A.
Les articles de la ***Revue*** sont répertoriés dans l'**Accountants' Index** par l'American Institute of Certified Public Accountants et présentés dans la publication **Management Contents**. Des articles choisis figurent également dans les comptes rendus analytiques publiés par les sociétés Anbar Management Services, de Wembley en Angleterre, et University Microfilms International, de Ann Arbor (Michigan) aux É.U.
La version française est rédigée par le Bureau de la traduction du gouvernement du Canada.

1 Éditorial
2 En bref
7 L'unification des deux Allemagne et ses répercussions sur le contrôle des finances publiques
10 Évaluation du contrôle interne : séminaire Chine-Pakistan
11 Les vérificateurs généraux de la région de l'Afrique australe se réunissent
12 La vérification de la gestion publique
14 Vérificateurs et gestionnaires du secteur public se rencontrent au Onzième Congrès de la FCVI
15 Profil - Le Bureau du contrôleur et vérificateur général de l'Inde
17 Publications à signaler
19 Dans le cadre de l'INTOSAI

Conseil de rédaction

Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de l'Autriche
L. Denis Desautels, vérificateur général du Canada
Hassine Cherif, premier président, Cour des comptes de la Tunisie
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis
Jose Ramon Medina, contrôleur général du Venezuela

Président, IJGA, Inc.

Peter V. Aliferis (É.-U.)

Rédacteur en chef

Donald R. Drach (É.-U.)

Adjointe au rédacteur en chef

Linda L. Weeks (É.-U.)

Rédacteurs

Hubert Weber (INTOSAI-Autriche)
Mark Hill (Canada)
Egbert Kaltenbach (République fédérale d'Allemagne)
Azizah Arshad (ASOSAI-Malaysia)
Luseane Sikalu (SPASAI-Tonga)
Sharma Ottley (CAROSAI-Trinité-et-Tobago)
Abderrazak Smaoui (Tunisie)
Diane Reinke (É.-U.)
Susana Gimon de Nevett (Venezuela)

Administration

Sebrina Chase (É.-U.)

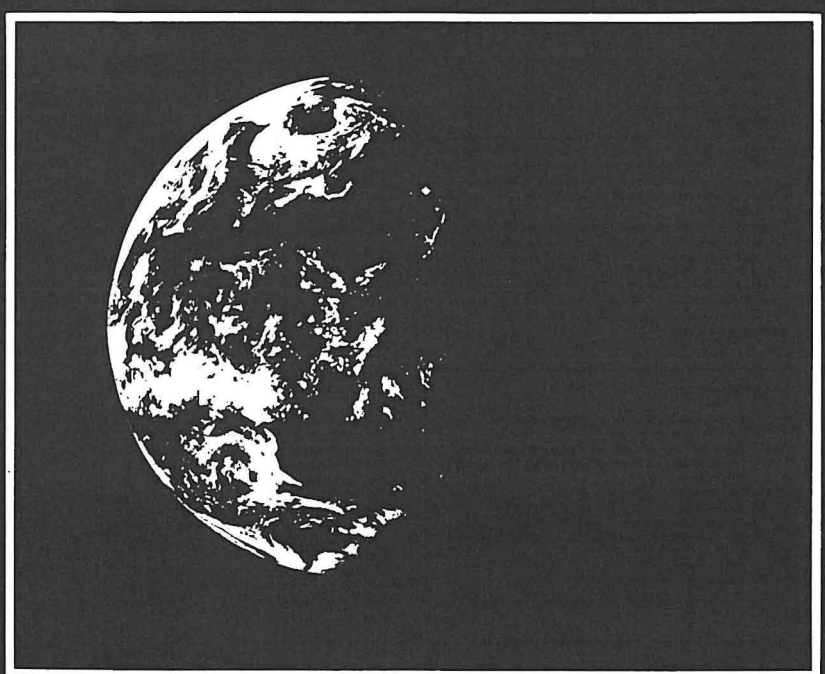
Membres du Conseil d'administration de l'INTOSAI

Heinz Günter Zavelberg, président de la Cour des comptes de la République fédérale d'Allemagne, président
John C. Taylor, vérificateur général de l'Australie, premier vice-président
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis, deuxième vice-président
Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de la République d'Autriche, secrétaire général
Elias Soley, contrôleur général de la République du Costa Rica
Esko Niskanen, vérificateur général de la Finlande
Istvan Hagelmayer, président du Bureau de vérification d'État de la Hongrie
M. Jusuf, président de la Commission supérieure de contrôle de l'Indonésie
David G. Njoroge, contrôleur et vérificateur général du Kenya
Luz Aurea Saenz, contrôleur général de la République du Pérou
Eufemio Domingo, président de la Commission de vérification de la République des Philippines
M. Sulieman Abdalla Haggar, vérificateur général du Soudan
Jocelyn Thompson, vérificatrice générale de Trinité-et-Tobago
Hassine Cherif, premier président de la cour des comptes de la Tunisie

PP
59

Revue internationale de la vérification des comptes publics

REVUE TRIMESTRIELLE • JUILLET 1991



Revue internationale de la vérification des comptes publics

Revue trimestrielle • juillet 1991
Vol. 18, n° 3

© 1991 International journal of Government Auding, Inc.

La *Revue internationale de la vérification des comptes publics* est publiée tous les trimestres (en janvier, avril, juillet et octobre) pour le compte de l'INTOSAI (Organisation internationale de Institutions supérieures de contrôle des finances publiques) en allemand, en anglais, en arabe, en espagnol et en francais. La Revue, organe officiel de l'INTOSAI, vise au perfectionnement des procédés et techniques de vérification des comptes publics. Les opinions et idées émises n'engagent que la rédaction et les auteurs des textes et ne reflètent pas nécessairement les vues ou l'orientation de l'Organisation.

La rédaction invite les intéressés à soumettre des articles, des rapports spéciaux ou des faits divers à ses bureaux, aux soins du U.S. General Accounting Office, Room 7806, 441 G Street, NW, Washington, D.C. 20548, U.S.A. (téléphone: (202) 275-4021). La Revue sert parfois de document pédagogique, notamment dans les pays en développement. La rédaction accorde donc la préférence aux articles traitant d'aspects pratiques de la vérification des comptes publics. Il peut s'agir d'études de cas, de commentaires sur de nouvelles méthodes de vérification ou de descriptions de programmes de formation en vérification. Les articles traitant surtout d'aspects théoriques ou de techniques très poussées (p.ex., l'utilisation de la modélisation en vérification) ne conviennent guère.

La Revue est distribuée aux directeurs de toutes les Institutions supérieures de contrôle des finances publiques du monde qui participent aux activités de l'INTOSAI. Les autres abonnés doivent s'abonner au coût de 5 $ US par année. Pour toutes les versions, il faut acheminer correspondance et chèques au bureau administratif de la Revue - P.O. Box 50009, Washington, D.C. 20004, U.S.A.

Les articles de la Revue sont répertoiriés dans l'**Accountants' Index** par l'American Institute of Certified Public Accountants et présentés dans la publication **Management Contents**. Des articles choisis figurent également dans les comptes rendue analytiques publiés par lessociétés Anbar Management Services, de Wembley en Angleterre, et University Microfilms International, de Ann Arbor (Michigan) aux É.U. La version francaise est rédigée par le Bureau de la traduction du governement du Canada.

Table des matières

1	**Éditorial**
2	**En bref**
5	**Cinquième assemblée de l'ASOSAI**
9	**Bases de données gouvernementales**
12	**La vérification de la dette publique**
15	**Profil : La Cour des comptes de Belgique**
17	**Publications à signaler**
19	**Dans le cadre de l'INTOSAI**

Conseil de rédaction

Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de l'Autriche
L. Denis Desautels, vérificateur général du Canada
Hassine Cherif, premier président, Cour des comptes de la Tunisie
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis
Jose Ramon Medina, contrôleur général du Venezuela

Président, IJGA, Inc.

Peter V. Aliferis (É.-U.)

Rédacteur en chef

Donald R. Drach (É.-U.)

Adjointe au rédacteur en chef

Linda L. Weeks (É.-U.)

Rédacteurs

Hubert Weber (INTOSAI-Autriche)
Mark Hill (Canada)
Egbert Kaltenbach (République fédérale d'Allemagne)
Hisashi Okada (ASOSAI-Japon)
Luseane Sikalu (SPASAI-Tonga)
Sharma Ottley (CAROSAI-Trinité-et-Tobago)
Abderrazak Smaoui (Tunisie)
Diane Reinke (É.-U.)
Susana Gimon de Nevett (Venezuela)

Administration

Sebrina Chase (É.-U.)

Membres du Conseil d'administration de l'INTOSAI

Heinz Günter Zavelberg, président de la Cour des comptes de la République fédérale d'allemagne, président
John C. Taylor, vérificateur général de l'Australie, premier vice-président
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis, deuxième vice-président
Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de la République d'Autriche, secrétaire général
Elias Soley, contrôleur général de la République du Costa Rica
Esko Niskanen, vérificateur général de la Finlande
Istvan Hagelmayer, président du Bureau de vérificateur d'État de la Hongrie
M. Jusuf, président de la Commision supérieure de contrPole de l'Indonésie
David G. Njoroge, contrôleur et vérificateur général du Kenya
Luz Aurea Saenz, contrôleure générale de la République du Pérou
Eufemio Domingo, président de la Commission de vérification de la République des Philippines
M. Sulieman Abdalla Haggar, vérificateur général du Soudan
Jocelyn Thompson, vérificatrice générale de Trinité-et-Tobago
Hassine Cherif, premier président de la cour des comptes de la Tunisie

CORTE DEI CONTI

SEZIONI RIUNITE

Doc. XIV
N. 5

DECISIONE E RELAZIONE DELLA CORTE DEI CONTI SUL RENDICONTO GENERALE DELLO STATO

PER L'ESERCIZIO FINANZIARIO 1990

Comunicate alla Presidenza
il 12 luglio 1991

VOLUME II

TOMO II

INDICE

Tabelle di analisi della gestione di competenza del quadriennio 1987-1990

Presidenza del Consiglio dei ministri . . . . . *Pag.* 9

Ministero degli affari esteri . . . . . » 25

Ministero dell'agricoltura e delle foreste . . . . . » 39

Ministero dell'ambiente . . . . . » 55

Ministero per i beni culturali ed ambientali . . . . . » 69

Ministero del bilancio e della programmazione economica . . . . . » 85

Ministero del commercio con l'estero . . . . . » 99

Ministero della difesa . . . . . » 113

Ministero delle finanze . . . . . » 127

Ministero di grazia e giustizia . . . . . » 143

Ministero dell'industria, del commercio e dell'artigianato . . . . . » 157

Ministero dell'interno . . . . . » 171

Ministero dei lavori pubblici . . . . . » 185

Ministero del lavoro e della previdenza sociale . . . . . » 199

Ministero della marina mercantile . . . . . » 213

Ministero delle partecipazioni statali . . . . . » 227

Ministero delle poste e delle telecomunicazioni . . . . . » 239

Ministero della pubblica istruzione . . . . . » 247

Ministero della sanità . . . . . » 259

Ministero del tesoro . . . . . » 273

Ministero dei trasporti . . . . . » 295

Ministero del turismo e dello spettacolo . . . . . » 309

Ministero dell'università e della ricerca scientifica e tecnologica . . . . . » 321

Tabelle indicatori sulla gestione di competenza su base quadriennale 1987-1990

Presidenza del Consiglio dei ministri . . . . . *Pag.* 337

Ministero degli affari esteri . . . . . » 353

Ministero dell'agricoltura e delle foreste . . . . . » 367

Ministero dell'ambiente . . . . . » 383

Ministero per i beni culturali ed ambientali . . . . . » 397

Ministero del bilancio e della programmazione economica . . . . . » 413

Ministero del commercio con l'estero . . . . . » 427

Ministero della difesa . . . . . » 441

Ministero delle finanze . . . . . » 455

Ministero di grazia e giustizia . . . . . » 471

Ministero dell'industria, del commercio e dell'artigianato . . . . . » 485

Ministero dell'interno . . . . . » 499

Ministero dei lavori pubblici . . . . . » 513

Ministero del lavoro e della previdenza sociale . . . . . » 527

Ministero della marina mercantile . . . . . » 541

Ministero delle partecipazioni statali . . . . . » 555

Ministero delle poste e delle telecomunicazioni . . . . . » 567

Ministero della pubblica istruzione . . . . . » 575

Ministero della sanità . . . . . » 587

Ministero del tesoro . . . . . » 601

Ministero dei trasporti . . . . . » 623

Ministero del turismo e dello spettacolo . . . . . » 637

Ministero dell'università e della ricerca scientifica e tecnologica . . . . . » 649

CORTE DEI CONTI

SEZIONI RIUNITE

Doc. XIV
N. 5
—

DECISIONE E RELAZIONE DELLA CORTE DEI CONTI SUL RENDICONTO GENERALE DELLO STATO

PER L'ESERCIZIO FINANZIARIO 1990

Comunicate alla Presidenza
il 12 luglio 1991

VOLUME IV - ANNESSO
VALUTAZIONI CONCLUSIVE E RIASSUNTIVE

ROMA - ISTITUTO POLIGRAFICO E ZECCA DELLO STATO - 1991

INDICE

1. Un profilo di carattere generale: autonomia e responsabilità di spesa . . . . . *Pag.* 7
2. La gestione '90 a fronte degli obiettivi: a) Settore statale . . . . . » 7
3. Segue: b) Bilancio dello Stato . . . . . » 8
4. I vincoli esterni . . . . . » 9
5. Fattori di scostamento tra obiettivi e risultati. In particolare: interessi ed entrate . . » 9
6. Andamenti dell'entrata . . . . . » 10
7. La spesa per interessi . . . . . » 11
8. Fattori di rigidità dei bilanci futuri: oneri latenti, qualità delle manovre finanziarie, problemi della copertura . . . . . » 12
9. Individuazione dei settori di spesa «a rischio» . . . . . » 13
10. Spesa previdenziale . . . . . » 14
11. Spesa sanitaria. . . . . » 14
12. Spesa per il pubblico impiego . . . . . » 15
13. Pubblico impiego: prospettive di riforma . . . . . » 16
14. Finanza regionale . . . . . » 17
15. La finanza degli enti locali territoriali: a) Profili generali . . . . . » 18
16. Segue: b) Andamenti gestori . . . . . » 19
17. Gli enti pubblici non territoriali . . . . . » 20
18. La spesa nel Mezzogiorno . . . . . » 21
19. Gli aiuti alle imprese e le partecipazioni statali . . . . . » 22
20. Gestioni fuori bilancio . . . . . » 22
21. Le opere pubbliche e le procedure contrattuali: a) Profili negativi . . . . . » 23
22. Segue: b) Profili innovativi . . . . . » 24
23. Profili innovativi nell'organizzazione dei pubblici poteri . . . . . » 25
24. Il risanamento della finanza pubblica e le valutazioni della Corte sugli strumenti di garanzia degli equilibri di bilancio . . . . . » 26
25. Le valutazioni della Corte (segue): Bilancio a legislazione vigente e bilancio pluriennale . . . . . » 26
26. Segue: La legge finanziaria e i provvedimenti collegati. . . . . » 27
27. Segue: I problemi della copertura e delle quantificazioni di spesa. . . . . » 28
28. Segue: Revisione dell'art. 81 Costit. e riforma del bilancio e del rendiconto . . . . . » 29

HOUSE OF COMMONS SESSION 1991–92

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Twenty-third Report

FINANCIAL MANAGEMENT AND CONTROL IN THE NATIONAL RIVERS AUTHORITY

Ordered by The House of Commons *to be printed*
9 March 1992

LONDON: HMSO
£10.75 net

216

TABLE OF CONTENTS

	Page
TWENTY-THIRD REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Management and control of the relocation project	vi
Contract arrangements	viii
Financial controls	ix
Disciplinary action against staff	ix
Action by the Department	x
Conclusions	xi
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiv
EVIDENCE	
Wednesday 29 January 1992	
Sir Terence Heiser, GCB and Mr D Osborn, Department of the Environment, and Mr J Wheatley, National Rivers Authority	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Supplementary memorandum from the NRA (PAC 59)	29
2. The NRA Board arrangements: memorandum from the Department of the Environment (PAC 60)	31

HOUSE OF COMMONS SESSION 1991–92

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Twenty-fourth Report

INSOLVENCY SERVICES ACCOUNT

Ordered by The House of Commons *to be printed*
9 March 1992

LONDON: HMSO
£7.10 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
TWENTY-FOURTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Management of the accounting systems	vi
Remedial action and further developments	viii
General	ix
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	x
EVIDENCE	
Wednesday 5th February 1992	
Mr P Joyce and Mr P Craig, The Insolvency Service	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr I Thomson, Second Treasury Officer of Accounts	1

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF
PUBLIC ACCOUNTS

First Report

THE IMPLEMENTATION AND DEVELOPMENT OF THE TECHNICAL AND VOCATIONAL EDUCATION INITIATIVE

Ordered by The House of Commons *to be printed*
10 June 1992

LONDON: HMSO
£7.90 net

TABLE OF CONTENTS

Page

FIRST REPORT
Introduction and summary of conclusions and recommendations v
The aims and achievements of the initiative vi
Management and control of the initiative ix

PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE xii

EVIDENCE

Monday 3rd February 1992

Sir Geoffrey Holland, KCB, Permanent Secretary and Mrs Valerie Bayliss, Director of Education Programmes, Employment Department Group ... 1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr I Thomson, Second Treasury Officer of Accounts 1

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Second Report

CERVICAL AND BREAST SCREENING IN ENGLAND

Ordered by The House of Commons *to be printed*
10 June 1992

35[illegible] 5(10)
RE. *C

LONDON: HMSO
£9.75 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
SECOND REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Screening take-up	vii
Programme quality	viii
Programme management	x
Death rates	xii
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiii
EVIDENCE	
Wednesday 4th March 1992	
Response of the British Society for Clinical Cytology to the C&AG's Report (PAC 68)	1
Memorandum from Mr P A Smith, Consultant Histopathologist at The Women's Hospital, Liverpool (PAC 67)	2
Memorandum from the NHS Management Executive (PAC 65)	4
Memorandum from the Royal College of Pathologists (PAC 64)	4
Mr Duncan Nichol, CBE, Dr K Calman, Miss P Winterton and Dr M Craig, NHS Management Executive	5
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	5
APPENDIX	
Supplementary evidence submitted by the Chief Executive, NHS Management Executive (PAC 82)	21

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Department of Social Security: Resettlement Agency

LONDON : HMSO
22

19 May 1992
£7.30 NET

336.126.55
(410)
NAO*Dep

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	6
Part 2: Standards of care and resettlement	9
Part 3: Financial controls and efficiency measures taken by the Agency	15
Part 4: Progress in developing replacement facilities run by other bodies	21

Appendices

1. Case histories of six residents of the resettlement units	27
2. Beds available in resettlement units	30
3. Customer care: The Resettlement Agency's minimum standards	31
4. Resettlement Agency targets	32
5. Approved replacement packages	34

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Ministry of Defence: Operation of the Royal Dockyards under Commercial Management

LONDON: HMSO
23

21 May 1992
£7.80 NET

336.126.55
(410)
NAO*Min

Contents

	Page
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction and background	7
Part 2: Reductions in the Navy's refitting programme	9
Part 3: The Department's management of the refitting programme	13
Part 4: Dockyard fixed assets	18
Part 5: Performance of the Royal Dockyards under commercial management	21
Part 6: Future Dockyard management	28
Appendices	
1. Extracts from 1990–91 DGSR Operating Statement	31
2. Results of the National Audit Office project examination	32
3. The approaches to ship refitting adopted by certain overseas Navies	33
4. United States Navy initiatives in ship refitting	34
5. DGSR structure and complement at 7 June 1991	37
6. Improvements to be sought in future term contracts	38

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Community Pharmacies in England

LONDON : HMSO
30

28 May 1992
£7.80 NET

336.126.55
(410)
NAO*Com

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	8
Part 2: Role and management of community pharmaceutical services	10
Part 3: Accessibility of community pharmaceutical services	15
Part 4: Remuneration	23
Part 5: Reimbursement	28

Appendices

1. List of departmental objectives	32
2. Community pharmacies in an integrated National Health Service	34
3. Dispensing doctors	41

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Management of the BBC World Service

LONDON : HMSO
29

2 June 1992
£7.00 NET

336.126.55
(410)
NAO*Man
1

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Background and scope	5
Part 2: Resource requirements and output	7
Part 3: Financial management	10
Part 4: Broadcasting efficiency	14
Part 5: Measuring effectiveness	21
Appendices	
Case studies	
1. English Current Affairs	25
2. Arabic Service	27
3. Polish Service	29
4. Swahili Service	31
5. Apportionment of overheads	33

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Ministry of Defence: Prices Paid for Spare Parts

LONDON: HMSO

4 June 1992
£6.40 NET

336.126.55
(410)
NAO*Min
1

Contents

	Page
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	6
Part 2: Initiatives in spares procurement	8
Part 3: Scope for further savings	16
Appendices	
1. The United States Department of Defense "Spares Management Improvement Program"	25
2. Changes in copyright, patent and design law	27

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Quality of Service:

- War Pensions;
- Mobility Allowance;
- Attendance Allowance;
- Invalid Care Allowance.

LONDON: HMSO
24

9 June 1992
£7.80 NET

336.126.55
(410)
NAO*Qua

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	5
Part 2: The Department's Service	8
Part 3: War Pensions Administration	18
Part 4: Administration of Mobility and Attendance Allowances	24
Part 5: Invalid Care Allowance Administration	33
Appendices	
1. Organisations and individuals consulted by the National Audit Office	38
2. Department of Social Security Disability Benefits Centres and district offices consulted by the National Audit Office	39

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Health Services for Physically Disabled People Aged 16 to 64

LONDON : HMSO
65

23 June 1992
£6.40 NET

336.126.55
(410)
NAO*Hea

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction and background	5
Part 2: Identification of needs	10
Part 3: Meeting the need	16
Glossary of terms	25
Appendices	
1. Criteria for measuring severity of disability	26
2. Pen-pictures of severely disabled people	28

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Service to the Public: Foreign and Commonwealth Office Consular Services

336.126.55
(410)
NAO*Ser

LONDON: HMSO
75

25 June 1992
£7.25 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	5
Part 2: Protection work	8
Part 3: Passports and birth and death registrations	14
Part 4: Management of customer service	18
Part 5: Customers' views on the service provided	21

Appendices

1. National Audit Office examination of returns from overseas posts on British prisoners overseas	23
2. Summary of responses to the National Audit Office customer survey of users of consular services	24
3. Consular Publicity Leaflet: "Get it right before you go"	28

ANNUAL REPORT 1991

CONTENTS

Foreword
— 3 —

Role and Objectives
——— 4 ———

Financial Audit
—— 6 ——

Value for Money Audit
——— 9 ———

The Audit of the
Use of Human Resources
——— 13 ———

Use of Resources
—— 17 ——

Appendix A:
Accounts 1990-91
—— 20 ——

Appendix B:
Value for Money Reports
issued in 1990-91
—— 24 ——

Northern Ireland Appropriation Accounts 1990-91

together with the Consolidated Fund Services Account; and the Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland thereon and upon the Revenue Accounts

Presented pursuant to section 1 of the Northern Ireland Act 1974

Ordered by The House of Commons *to be printed 15 November 1991*

3 LONDON: HMSO

TABLE OF CONTENTS

	Page
REPORT BY THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL	7
SUMMARY OF VOTES	12
APPROPRIATION ACCOUNTS:	
Department of Agriculture	15
Department of Economic Development	33
Department of the Environment	57
Department of Education	79
Department of Health and Social Services	93
Other Public Services	107
CONSOLIDATED FUND SERVICES ACCOUNT	121
INDEX	123

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Department of the Environment: Structural Maintenance of Roads

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed*
6 February 1992

LONDON
HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE
£4·75 net

205

Table of Contents

	Page	*Paragraphs*
Introduction and Background	7	1-3
Review of Structural Maintenance in Northern Ireland	8	4-5
Summary and Conclusions		
On planning and management	*9*	6
On funding	*9*	7-10
On road accident compensation	*10*	11
On the use of measured term contracts	*10*	12
On the organisation and cost-effectiveness of the direct labour organisation	*10*	13-14
On monitoring of work	*11*	15-17
On the views of quarry owners' and other associations	*11*	18
Planning and Management	11	19-23
Funding	13	24-31
Road Accident Compensation	14	32-34
Use of Measured Term Contracts	15	35-36
Organisation and Cost-effectiveness of the Direct Labour Organisation	16	37-42
Monitoring of Work	17	43-47
Views of Quarry Owners' and Other Associations	18	48-49

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

The Management of Information Technology in Government Departments in Northern Ireland

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed*
13 February 1992

LONDON
HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE
£7.00 net

222

Table of Contents

		Page	Paragraphs
SUMMARY AND CONCLUSIONS		8	1-3
Part 1	**Introduction**		
	Background	11	1.1-1.6
	The Northern Ireland Audit Office examination	12	1.7
Part 2	**The Development of an Information Technology Strategy**		
	Introduction	13	2.1-2.2
	Departmental Strategy	13	2.3-2.4
	Technical Strategy	13	2.5-2.9
	Common Systems	14	2.10-2.14
Part 3	**The Management and Control of Information Technology Resources**		
	Introduction	16	3.1
	Capital	16	3.2-3.4
	Capital expenditure below the EC/GATT threshold	16	3.5-3.8
	Capital expenditure above the EC/GATT threshold	17	3.9-3.15
	Staffing	19	3.16-3.21
	Training of Staff	20	3.22-3.24
	Use of Consultants	20	3.25-3.28
	Maintenance	21	3.29-3.32
	Central Computing Service	21	3.33-3.34
Part 4	**The Management Methodology, Control and Evaluation of Information Technology Projects**		
	Introduction	22	4.1-4.3
	Project Justification	22	4.4-4.6
	Project Management Methodology	23	4.7-4.8
	Project Evaluation	23	4.9-4.10
	Project Management Evaluation	23	4.11-4.12
	Project Benefit Evaluation	24	4.13-4.19
	Appendix 1 Information Technology Costs 1984-91	25	
	Appendix 2 Information Technology Projects examined by NIAO	26	
	Appendix 3 Investment Appraisal	27	
	Appendix 4 Project Management Methodology	28	
	Appendix 5 Post Implementation Evaluation	29	
	Appendix 6 Project Benefit Evaluations due to be completed by 31 March 1991	31	
	Appendix 7 Terminated Project	32	

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Department of Health and Social Services: The Purchase of X-ray Equipment in Northern Ireland

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed 20 February 1992*

LONDON
HMSO
£5.30 net

234

Table of Contents

	Page	Paragraphs
Introduction	7	1-2
Background	7	3-5
Summary and Conclusions		
On the role of DHSS	*7*	6-7
On identification of need	*8*	8-10
On purchasing procedures	*8*	11-24
On the management of equipment	*10*	25-27
On quality assurance	*10*	28
On disposals	*10*	29
The role of DHSS	11	30-36
Identification of need		
Use of option appraisal	*11*	37-43
Condition of equipment	*12*	44
Usage of equipment	*12*	45
Purchasing procedures		
Specifications	*13*	46-48
Replacement programme	*13*	49-53
Tendering	*14*	54-60
Tender evaluation	*15*	61-62
Post-tender negotiation	*15*	63-64
Payments	*15*	65-66
Management of equipment		
Performance measurement	*16*	67
Installation of equipment	*16*	68-71
Quality assurance	16	72-74
Disposals	17	75
Appendix 1		
Expenditure on the purchase of X-ray equipment 1986-87 to 1990-91	18	
Appendix 2		
The functions of the Department's Specialty Advisory Committee (Radiology)	19	
Appendix 3		
Purchases of X-ray equipment	20	
Appendix 4		
Examples of delay in installation of selected items of equipment	22	

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Department of Education for Northern Ireland: Premature Retirement of Teachers

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed*
27 February 1992

LONDON: HMSO
£7.00 net

Table of Contents

	Page	Paragraphs
Introduction	7	1
Background	7	2-3
Summary and Conclusions		
On the number of premature retirements	*7*	4-5
On the cost of premature retirement	*8*	6-8
On the level of compensation	*8*	9-18
On arrangements for approval of ED cases	*9*	19
On the re-employment of prematurely retired teachers	*10*	20-21
On the effectiveness of the scheme	*10*	22-23
On the review of infirmity cases	*11*	24
Financial arrangements	12	25-26
Objectives of scheme	12	27-28
Number of premature retirements	12	29-31
Cost of premature retirement	14	32-38
Level of compensation	15	39-58
Efficient Discharge cases	19	59-71
Role of DENI Inspectorate	*20*	63-68
Re-submitted cases	*21*	69-70
Withdrawal of teaching recognition	*21*	71
Redundancy cases	21	72
Re-employment	22	73-74
Assessment of effectiveness	22	75-81
Infirmity cases	24	82-84
Appendix 1		
Compensation arrangements from 14 July 1978 to 31 March 1991	25	
Appendix 2		
New pension awards: 1978-79 to 1990-91	26	
Appendix 3		
Present value of additional expenditure commitments approved in 1990-91	27	
Appendix 4		
Estimated cost of 1990-91 Efficient Discharge and Redundancy cases for selected age bands	28	
Appendix 5		
Estimated cost of selected premature retirement decisions	29	
Appendix 6		
Revised arrangements for premature retirement compensation effective from 1 April 1991	30	
Appendix 7		
Recommended levels of compensation	31	
Appendix 8		
Compensation arrangements from 1 April 1991	32	

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Local Enterprise Development Unit: Review of Performance

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed*
14 May 1992

LONDON: HMSO
£7.00 net

Table of Contents

		Page	Paragraphs
SUMMARY AND CONCLUSIONS		8	1-6
Part 1	**Introduction**		
	Background	12	1.1-1.2
	The Board of LEDU	12	1.3-1.4
	The Chief Executive	12	1.5
	Operating Framework	12	1.6-1.7
	Scope of Operation	13	1.8
	Expenditure by LEDU	13	1.9
	Number of Jobs Promoted by LEDU	14	1.10
	Scope of the Northern Ireland Audit Office Examination	14	1.11
Part 2	**Administration of LEDU**		
	Staffing	15	2.1-2.2
	Staff Recruitment and Experience	15	2.3-2.5
	Staff Training	15	2.6-2.8
	Use of Consultants	16	2.9-2.10
	Use of Information Technology	16	2.11-2.12
	Costs of Administration	16	2.13-2.14
Part 3	**The Role of the Department of Economic Development**		
	Background	18	3.1-3.2
	Strategy	18	3.3
	The Department's Monitoring and Control of LEDU Operations	18	3.4-3.10
	The Financial Management Survey of LEDU	19	3.11-3.14
	The Department's Assessment of LEDU's Performance	20	3.15-3.17
Part 4	**Performance Measurement**		
	Background	21	4.1-4.2
	Performance Measurement	21	4.3-4.5
	Numbers of Jobs Assisted by LEDU	22	4.6-4.10
	Cost per Job	24	4.11
	Job Creation	25	4.12
	Job Creation Data and Methodology	25	4.13-4.14
	Ratio of Public to Private Investment	25	4.15-4.16
	General	26	4.17
Part 5	**External Reviews of LEDU's Performance**		
	Introduction	27	5.1
	Awareness Surveys	27	5.2-5.5
	Evaluation of Enterprise Measures in Northern Ireland	27	5.6-5.11
	Northern Ireland Economic Council (NIEC) Report of March 1991 on the Local Enterprise Programme	28	5.12-5.13
	Industrial Performance in Northern Ireland: NIERC Reports of June 1989	28	5.14-5.16
	Conclusions	29	5.17-5.19

Appendix 1
Administration Costs 1983/84 to 1990/91 30

Appendix 2
Selective Assistance Criteria 31

Appendix 3
LEDU: Jobs promoted by type of project
1983/84 to 1990/91 33

Appendix 4
LEDU: Jobs promoted by type of assistance
1983/84 to 1990/91 34

Appendix 5
LEDU: Non-Enterprise jobs promoted by Sector
1983/84 to 1990/91 35

Appendix 6
LEDU: Average cost per job in constant 1990 prices
1983/84 to 1990/91 36

Appendix 7
LEDU: Average cost per job in constant 1990 prices
1983/84 to 1990/91 37

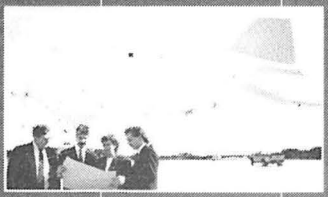
Appendix 8
LEDU: Job Uptake Survey Results
1987/88 to 1990/91 38

Appendix 9
Review of Job Uptake Survey Methodology
and ValidationTests on Survey Data 39

PP
85

GAO

Comptroller General's 1991 Annual Report



United States General Accounting Office

Table of Contents

A Message from the Comptroller General 2

Reflections on some of the major issues in which GAO assisted the Congress.

Highlights of GAO Reports and Testimony 8

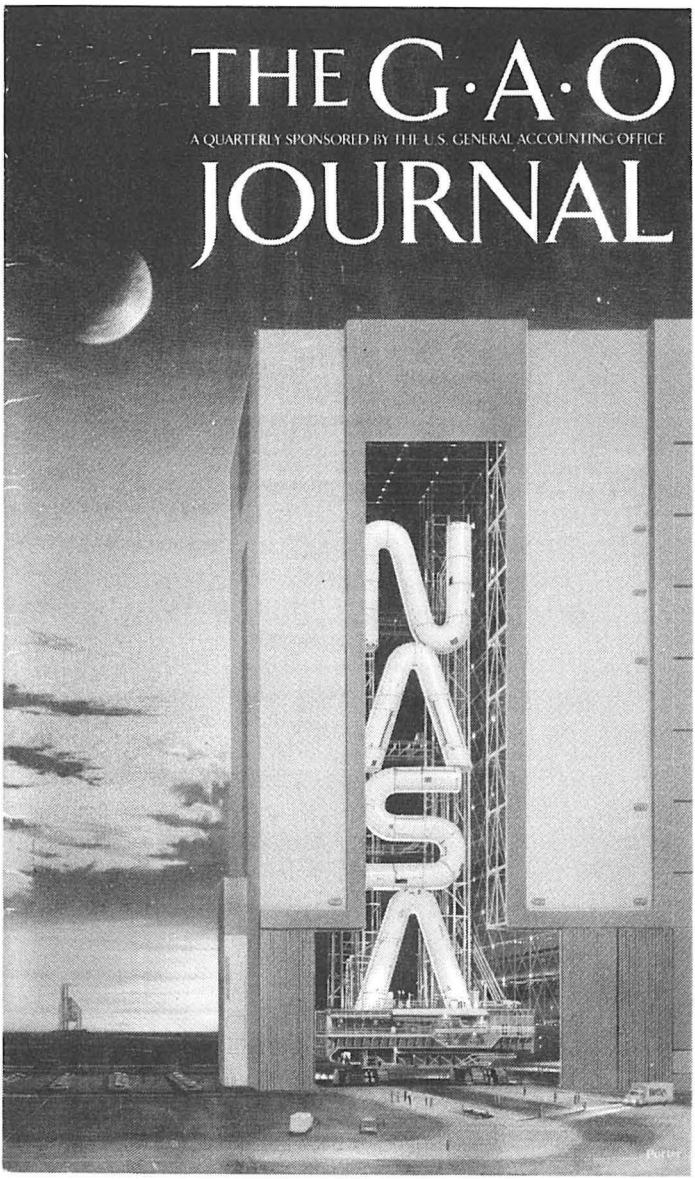
A timeline of products reflecting the variety of this year's accomplishments.

Financial Information 24

GAO's financial statements for the year ended September 30, 1991, along with reports of independent auditors.

THE G·A·O JOURNAL

A QUARTERLY SPONSORED BY THE U.S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE



RETOOLING THE SPACE PROGRAM
Issues and challenges

EXPLORING QUALITY MANAGEMENT
Can TQM work in government?

RISKS UNKNOWN
The Pentagon's dependence on foreign sources

NUMBER 14
WINTER 1991-92

NUMBER 14
WINTER 1991/92

THE G·A·O JOURNAL

A QUARTERLY SPONSORED BY THE U.S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE

C O N T E N T S

RETOOLING THE SPACE PROGRAM

• TOWARD THE MOON, ASTEROIDS, AND MARS 3
William K. Hartmann

• NASA: CHOICES AND CHALLENGES 11
Mark E. Gebicke

• LOST IN SPACE? 20
John M. Logsdon

THE PENTAGON'S DEPENDENCE ON FOREIGN SOURCES 28
Kevin Tansey & Rosa Johnson

EXPLORING QUALITY MANAGEMENT

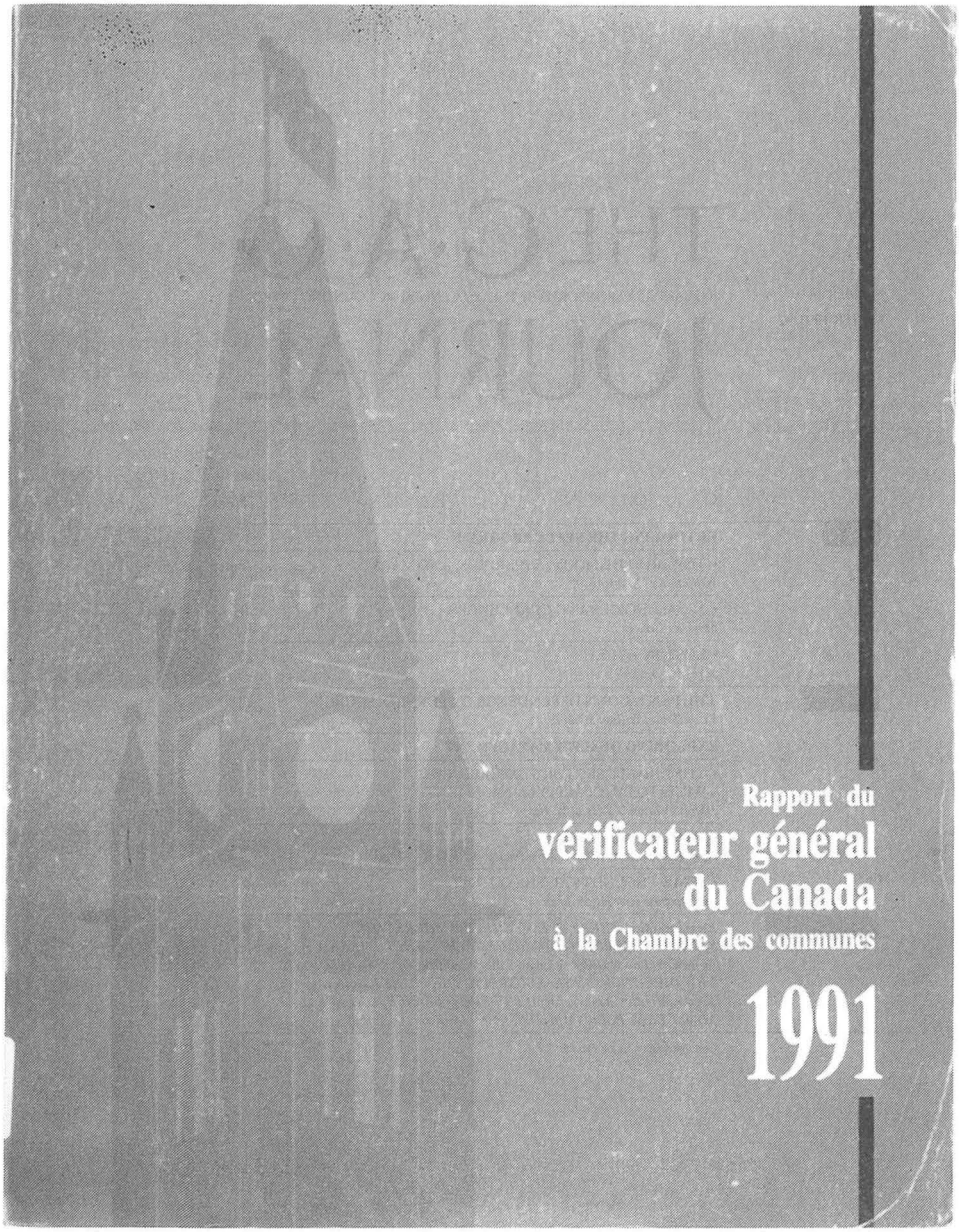
• THE PRIVATE SECTOR'S EXPERIENCE WITH TOTAL QUALITY MANAGEMENT 34
John E. Watson & Thomas W. Hopp

• TQM AT GAO 39
Mary R. Hamilton, Allan I. Mendelowitz, & Richard L. Fogel

• SOME THOUGHTS AT THE OUTSET 48
An Interview with Joseph Juran

Alex Kotlowitz, *THERE ARE NO CHILDREN HERE: THE STORY OF TWO BOYS GROWING UP IN THE OTHER AMERICA, reviewed by Lowell Dodge* • Richard Elliot Benedick, *OZONE DIPLOMACY: NEW DIRECTIONS IN SAFEGUARDING THE PLANET, reviewed by Timothy Minelli* • Sheila Jasanoff, *THE FIFTH BRANCH: SCIENCE ADVISERS AS POLICYMAKERS, reviewed by Robert Goldenkoff* • 55

Cover illustration by John Porter



Rapport du vérificateur général du Canada

à la Chambre des communes

1991

Table des matières

Chapitre		Page
	Introduction	9
1.	Questions d'une importance et d'un intérêt particuliers	15
	Autres observations de vérification	
2.	Notes de vérification	37
3.	Suivi des recommandations formulées dans des rapports antérieurs	81
	Études spéciales	
4.	Le régime de responsabilisation des sociétés d'État : Comment le rendre fonctionnel	117
5.	Innovation et cadre de contrôle parlementaire	139
	Vérifications de portée générale et vérifications spéciales	
6.	Les projets d'immobilisations - Le ministère des Travaux publics - Contrôle de la qualité d'immeubles déjà construits	159
7.	La gestion des parcs automobiles	177
8.	La gestion de la dette et les pensions des employés	205
9.	Gestion et contrôle financiers des recettes non fiscales	229
	Vérifications intégrées	
10.	Le ministère de l'Agriculture - Programmes de sécurité du revenu agricole	259
11.	Le ministère de l'Environnement - Conservation et Protection	287
12.	Le ministère des Affaires extérieures - Cotisations versées aux organisations internationales	311
13.	Le ministère des Pêches et des Océans - Activités de la région du Centre et de l'Arctique	335
14.	Le ministère des Affaires indiennes et du Nord canadien	357
15.	Le ministère du Revenu national, Douanes et Accise - Opérations douanières	383

Une table des matieres détaillée précède chaque chapitre

AUDIT REPORT

ON THE ACCOUNTS OF THE GOVERNMENT OF MALTA
FOR THE YEAR ENDED 31st DECEMBER, 1990

CONTENTS

I.	**INTRODUCTION**		
	Presentation	Paras.	1 - 2
	Office of the Director of Audit		3 - 4
	Scope and extent of Audit		5 - 6
	Keeping and rendering of Accounts		7 - 9
	Public Financial Management		10 - 12
	Office of the Accountant General		13
	Accountability		14 - 15
	Financial Management: Project Strategy and Plan		16 - 17
	Internal Audit		18
	Conferences Abroad		19 - 20
	Audit resources		21 - 22
II.	**CERTIFICATION**		23
III.	**BUDGET**		
	Appropriation Act		24 - 28
IV.	**THE PUBLIC ACCOUNT**		29 - 32
A.	**Consolidated Fund**		33 - 34
	1. Revenue		35 - 39
	2. Arrears of Revenue		40 - 43
	3. Expenditure		44 - 49
	4. Authority for Expenditure		50 - 53

5. Claims Abandoned and Losses of Cash and Stores Paras. 54

B. Other Funds

1. Treasury Clearance Fund 55 - 57
2. Contingencies Fund 58 - 60
3. Social Security 61 - 65
4. Trust Funds 66 - 68
5. Public Lotto Fund 69
6. Grand Lottery Fund 70 - 72
7. Weekly Lottery Fund 73 - 75
8. Weekly Tombola Fund 76 - 78
9. Tiritombola Fund 79 - 81
10. Numbers Game Fund 82 - 84

C. General Comments

Introduction 85 - 87

I. Accounts of Ministries and Departments

Office of the Prime Minister 88 - 97
Foreign Affairs 98 - 103
Lands 104 - 106
Public Registry 107 - 109
Education 110 - 111
Culture 112 - 116
Social Security 117 - 124
Labour 125 - 131
Health 132 - 145

Inland Revenue	Paras.	146 - 156
Customs		157 - 161
Development of Infrastructure		162 - 185
Water Works		186 - 191
II. Miscellaneous		
Payroll Amendments		192 - 198
Allowances and Remuneration		199 - 202
Government Transport		203 - 209
Government Hospitality		210 - 213
Stores		214 - 223
Stores Regulations		224
Inventories		225 - 228
Travel abroad at Government expense		229 - 245
V. ASSETS AND LIABILITIES		246 - 247
A. Assets:		
Advances		248 - 250
Loans		251 - 263
Unallocated Stores		264 - 268
Investments		269 - 280
Court and Other Deposits		281 - 284
B. Liabilities		285
C. Public Debt		286 - 292

VI. OTHER AUDITS

Mediterranean Congress Centre	Paras.	293 - 294
Ta' Robba Quarry		295
Statutory Bodies		296
Subsidised Bodies		297
Malta Development Corporation		298
Other Corporations		299

VII. OUTSTANDING MATTERS 300

VIII. AUDIT MATTERS AND COMMENTS THEREON 301 - 310

APPENDICES

PP
126

INTOSAI

CIRCULAR

52

INTERNATIONALE ORGANISATION DER OBERSTEN RECHNUNGSKONTROLLBEHÖRDEN
INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS
ORGANISATION INTERNATIONALE DES INSTITUTIONS SUPERIEURES DE CONTROLE DES FINANCES PUBLIQUES
ORGANIZACION INTERNACIONAL DE LAS ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES

ADRESSE / ADDRESS / ADRESSE / DIRECCION:
RECHNUNGSHOF - INTOSAI
DAMPFSCHIFFSTRASSE 2
A-1033 WIEN - A-1033 VIENNA - A-1033 VIENNE - A-1033 VIENA
ÖSTERREICH AUSTRIA AUTRICHE AUSTRIA
TELEFON: (0222) 711 71 / 84 68 TELEFAX: 7129425 TELEX-NR.: 135 389 rh a

I.

Contenu

Page

1) Introduction du Secrétaire général de l'INTOSAI, président de la Cour des comptes autrichienne, Dr. Tassilo Broesigke 1

2) Séminaire EUROSAI/IDI, Velence/Hongrie, 8 - 20 septembre 1991 2

3) Rapport de la 35e Réunion du Comité directeur de l'INTOSAI, Washington, D.C., 7 - 8 octobre 1991 4

4) Assemblée générale de l'OLACEFS, Quito/Equateur, 2 - 6 décembre 1991 14

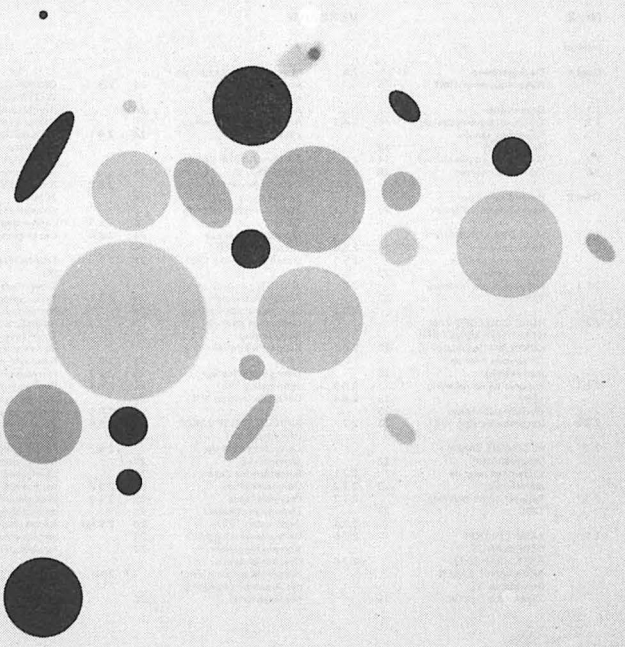
5) Premier aperçu de l'Atelier des Nations Unies DCTD/INTOSAI sur le contrôle des comptes publics, Vienne/Aûtriche, 27 mai - 4 juin 1992 15

6) Prix Jörg Kandutsch 16

7) Nouvelles des institutions membres 17

Algemene Rekenkamer

Verslag 1991



Tweede Kamer der Staten-Generaal

2

Vergaderjaar 1991–1992

22 560 Verslag van de Algemene Rekenkamer over 1991

Nr. 2 **VERSLAG**

Inhoud

Deel 1 **De Algemene Rekenkamer in 1991** 5

1.1 Organisatie 5
1.2 Taken, en bevoegdheden 8
1.3 Begroting van de Rekenkamer 12
1.4 Onderzoek en publikaties 14
1.5 Externe contacten 19

Deel 2 **Bevindingen per begrotingshoofdstuk** 23

2.1 HUIS DER KONINGIN (Hoofdstuk I) 23
Onderzoek naar de jaarrekening 23
2.1.1 Rapport bij de rekening 1990 23

2.2 HOGE COLLEGES VAN STAAT EN KABINET DER KONINGIN (Hoofdstuk II) 23
Onderzoek naar de jaarrekening 23
2.2.1 Rapport bij de rekening 1990 23
Overige publikaties 23
2.2.2 Decemberverslag 1991 23

2.3 ALGEMENE ZAKEN (Hoofdstuk III) 23
Onderzoek naar de jaarrekening 23
2.3.1 Rapport bij de rekening 1990 23

2.4 KABINET VOOR NEDERLANDS-ANTILLIAANSE EN ARUBAANSE ZAKEN (Hoofdstuk IV)
Tussentijds rapport 24
2.4.1 Meerjarenplan projecten Aruba 24
Onderzoek naar de jaarrekening 24
2.4.2 Rapport bij de rekening 1990 24

2.5 BUITENLANDSE ZAKEN (Hoofdstuk V) 24
Onderzoek naar de jaarrekening 24
2.5.1 Rapport bij de rekening 1990 24
Overige publikaties 24
2.5.2 Juniverslag 1991 24
2.5.3 Decemberverslag 1991 24

2.6 JUSTITIE (Hoofdstuk VI) 24
Tussentijdsrapport 24
2.6.1 Criminaliteitsbestrijding 24
Onderzoek naar de jaarrekening 25
2.6.2 Rapport bij de rekening 1990 25
Overige publikaties 25
2.6.3 Juniverslag 1991 25
2.6.4 Decemberverslag 1991 25

2.7 BINNENLANDSE ZAKEN (Hoofdstuk VII) 25
Onderzoek naar de jaarrekening 25
2.7.1 Binnenlandse Zaken 25
2.7.2 Gemeentefonds 25
2.7.3 Provinciefonds 25
Overige publikaties 26
2.7.4 Juniverslag 1991 26
2.7.5 Decemberverslag 1991 26
Vervolgonderzoek 26
2.7.6 Geautomatiseerd hypotheeksysteem van het Algemeen burgerlijk pensioenfonds 26

2.8 ONDERWIJS EN WETENSCHAPPEN (Hoofdstuk VIII) 28
Tussentijds rapport 28
2.8.1 Vergoedingsstelsel basisonderwijs 28
Onderzoek naar de jaarrekening 28
2.8.2 Rapport bij de rekening 1990 28
Overige publikaties 28
2.8.3 Juniverslag 1990 28
2.8.4 Decemberverslag 1990 28

2.9 FINANCIËN (Hoofdstuk IX) 29
Tussentijds rapport 29
2.9.1 Financiering van de Nederlandse Staatsschuld 29
Onderzoek naar de jaarrekening 29
2.9.2 Nationale schuld (IXA) 29
2.9.3 Financiën (IXB) 29
2.9.4 Staatsmuntbedrijf 29
Overige publikaties 29
2.9.5 Juniverslag 1991 29
2.9.6 Decemberverslag 1991 29
Vervolgonderzoeken 29
2.9.7 Financiering van de Nederlandse Staatsschuld 29
2.9.8 Exportkredietverzekering 30
2.9.9 Waardeonderzoek voor de belastingdienst 31
2.9.10 Aanslagregeling van ambtenaren en hun familieleden 34

2.10 DEFENSIE (Hoofdstuk X) 35
Tussentijds rapport 35

2.10.1 Inzetbaarheid bij de Koninklijke landmacht 35
Onderzoek naar de jaarrekening 35
2.10.2 Rapport bij de rekening 1990 35
Overige publikaties 35
2.10.3 Decemberverslag 1991 35
Vervolgonderzoek 36
2.10.4 Uitgaven van het Ministerie van Defensie die voortvloeien uit met andere landen gesloten samenwerkingsovereenkomsten 36

2.11 VOLKSHUISVESTING, RUIMTELIJKE ORDENING EN MILIEUBEHEER (Hoofdstuk XI) 36
Onderzoek naar de jaarrekening 36
2.11.1 Rapport bij de rekening 1990 36
Overige publikaties 37
2.11.2 Juniverslag 1991 37
2.11.3 Decemberverslag 1991 37
Vervolgonderzoek 37
2.11.4 Toezicht op instellingen volkshuisvesting 37

2.12 VERKEER EN WATERSTAAT (Hoofdstuk XII) 44
Onderzoek naar de jaarrekening 44
2.12.1 Verkeer en Waterstaat 44
2.12.2 Rijkswegenfonds 44
2.12.3 Mobiliteitsfonds 44
Overige publikaties 44
2.12.4 Juniverslag 1991 44
2.12.5 Decemberverslag 1991 44
Vervolgonderzoek 44
2.12.6 Overschotten stads- en streekvervoer 1982 tot en met 1987 44

2.13 ECONOMISCHE ZAKEN (Hoofdstuk XIII) 46
Onderzoek naar de jaarrekening 46
2.13.1 Economische Zaken 46
2.13.2 Fonds Investeringsrekening 47
Overige publikaties 47
2.13.3 Juniverslag 1991 47
2.13.4 Decemberverslag 1991 47
Vervolgonderzoek 47
2.13.5 Twee handelsbeperkende maatregelen 47
2.13.6 Buitenlands acquisitiebeleid 49

2.14 LANDBOUW, NATUURBEHEER EN VISSERIJ (Hoofdstuk XIV) 51
Onderzoek naar de jaarrekening 51
2.14.1 Landbouw, Natuurbeheer en Visserij 51
2.14.2 Landbouw Egalisatiefonds, afdeling A 51
Overige publikaties 51
2.14.3 Juniverslag 1991 51
2.14.4 Decemberverslag 1991 51
Vervolgonderzoek 51
2.14.5 Praktijkscholen in het landbouwonderwijs 51

2.15 SOCIALE ZAKEN EN WERKGELEGENHEID (Hoofdstuk XV) 54
Tussentijds rapport 54
2.15.1 Toezicht door de Sociale Verzekeringsraad 54
Onderzoek naar de jaarrekening 54
2.15.2 Sociale Zaken en Werkgelegenheid 54
2.15.3 Bezitsvormingsfonds 54
Overige publikaties 54
2.15.4 Juniverslag 1991 54
2.15.5 Decemberverslag 1991 54
Vervolgonderzoek 54
2.15.6 Bijdrageregeling vakopleiding jeugdigen 54

2.16 WELZIJN, VOLKSGEZONDHEID EN CULTUUR (Hoofdstuk XVI) 58
Tussentijdse rapporten 58
2.16.1 Regulering van topklinische zorg 58
2.16.2 Toetsbaarheid kinderopvangbeleid 59
Onderzoek naar de jaarrekening 59
2.16.3 Rapport bij de rekening 1990 59
Overige publikaties 59
2.16.4 Decemberverslag 1991 59

2.17 DIVERSE BEGROTINGSHOOFDSTUKKEN 59
Tussentijdse rapporten 59
2.17.1 Voorlichtingscampagnes van het rijk 59
2.17.2 Interne milieuzorg rijksdienst 59
2.17.3 Machineleesbare gegevensbestanden, archivering en beheer bij het rijk 59
Onderzoek naar de jaarrekening 59
2.17.4 Begeleidende brief bij de rapporten bij de rekeningen 1990 59
Vervolgonderzoek 60
2.17.5 Financiële informatie bij wetgeving 60

Deel 3 Contracten voor de interne bedrijfsvoering van de rijksoverheid 62
3.1 Inleiding 62
3.2 Voorbereiding van de contracten 63
3.3 Uitvoering van de contracten 65
3.4 Analyse van de inhoud van de contracten 66
3.5 Aanbevelingen 67
3.6 Reacties bewindspersonen en commentaar Rekenkamer 68
3.7 Slotbeschouwing 72

Bijlagen 74

PP
61

ASIAN JOURNAL OF GOVERNMENT AUDIT

1992

ASOSAI

Asian Journal of Government Audit 1992

The Asian Journal of Government Audit is published annually in English on behalf of the Asian Organisation of Supreme Audit Institutions (ASOSAI). The Journal is the official organ of ASOSAI and has the objectives of promoting sound and effective State audit systems and providing the ASOSAI members with a forum for sharing of experiences in different areas of State Audit.

The editors invite submission of conceptual, practical and educational articles and other material on State audit and related fields and special reports and news items. Materials should be sent to the editorial office care of Comptroller and Auditor General of India, 10 Bahadur Shah Zafar Marg, New Delhi-110002.

BOARD OF EDITORS

C.G. Somiah
Comptroller & Auditor General of India

Eufemio C. Domingo
Chairman, Commission on Audit, Republic of Philippines

W. Gamini Epa
Auditor General of Sri Lanka

EDITOR

T.R. Krishnamachari
(India)

MEMBERS OF THE GOVERNING BOARD OF ASOSAI

1. **LU PEIJIAN**
   Auditor General, People's Republic of China. Chairman
2. **KIYOSHI NAKAMURA**
   President, Board of Audit, Japan. Secretary General
3. **M. JUSUF**
   Chairman, Supreme Audit Board, Indonesia.
4. **C.G. SOMIAH**
   Comptroller & Auditor General of India.
5. **YOUNG JOON KIM**
   Chairman, Board of Audit & Inspection, Republic of Korea.
6. **H.E. OMAR A. FAKIEH**
   State Minister and President, General Auditing Bureau, Saudi Arabia.
7. **W. Gamini Epa**
   Auditor General, Sri Lanka.

JOURNAL OF MANAGEMENT AND TRAINING

VOLUME 9 No.3 OCTOBER 1991

- **Auditing of Public Investments in Asia**
  Extracts from a comparative Review Paper presented at the Fourth International Seminar of ASOSAI at Beijing
- **International Training Programme on Audit of Rural Development Programmes**
- **Values, Services and Performance - Extracts from the Report of Auditor General of Canada for Fiscal Year ended 31st March 1990**

O&M DIVISION

OFFICE OF THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL OF INDIA

Journal of Management and Training
Volume 9, No.3 October 1991

CONTENTS

page

Audit of Public Investment in India
By Dr. .K.Banerjee, IAAS 1

Seminar and Assembly of ASOSAI, Beijing, China 1991 7

Auditing of Public Investments in Asia 9

International Training Programme on Audit of Rural Development Programmes 16

Values, Services and Performance
Extracts from the Report of Auditor General of Canada 20

Efficiency in Government : A special study
Extracts from Report of Auditor General of Canada 22

Fees for Departmental Services
Extracts from the Report of the Auditor General of Canada 23

The Departments of National Revenue, Taxation and Finance
Extracts from the Report of Auditor General of Canada 25

The Urge to Achieve
By Shri K.H.Sankaranarayanan, IAAS 27

The Microcomputer as an aid to Administration
By Shri Ashok Ghosh, IAAS 29

Performance Auditing in the Federal Republic of Germany
By Dr.Heinz Zavelberg 38

Important

The views expressed in this Journal are in no sense official and do not carry any authority. This Journal is for official circulation only.

PP
275

JOURNAL OF
MANAGEMENT AND TRAINING

VOLUME 9,No.4 JANUARY 1992

- Gandhian Theory of Management
- Companies' Accounting Policies
- Extracts From Audit Report of the Comptroller and Auditor General of U.K. on Appropriation Accounts
- Making Graphs

O&M DIVISION

OFFICE OF THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL OF INDIA

Journal of Management and Training
Volume 9, No.4 January 1992

CONTENTS

	Page
Gandhian Theory of Management By Shri K.Ramamurthi, IAAS (Retired)	1
Auditable Facts about Methodology By Smt. Anjana Das, IAAS	6
Companies' Accounting Policies By Shri K.Ravindran, IAAS	8
Extracts from Report of Comptroller and Auditor General of U.K.on Appropriations Accounts , U.K.,1990-91	12
Extracts from the Report by the Comptroller and Auditor General NAO London on HIV and AIDS Related Health Services(October 1991)	23
Extracts from Report of Committee of Public Accounts U.K., Session 1991-92	28
The Challenge of Auditing the Public Debt (Extracts from an Article) By Javier Castillo Ayala, Auditor General of Mexico	42
Board for Industrial and Financial Reconstruction Extracts from a Lecture by Shri R. .Ganapati, Chairman, (BIFR)	47
A Precursor of Change By Shri P.K.Kataria, IAAS	51
Making Graphs By Shri R.Chandramouli, IAAS	57
Reports of the PAC and COPU Circulated by Headquarters Office to Field Offices	73

Important

The views expressed in this Journal are in no sense official and do not carry any authority. This Journal is for official circulation only.

JOURNAL OF MANAGEMENT AND TRAINING

VOLUME 10, NO. 1, APRIL 1992

- Inaugural address by the Comptroller and Auditor General of India to the IAAS Officers, at the training programme on Fiscal Policy and Economic Development in the National Institute of Public Finance and Policy in March 1992.
- Extracts from the Report of the Comptroller General of USA.
- Revenue Audit Reports—Reporting Style.

O & M DIVISION
OFFICE OF THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL OF INDIA

Journal of Management and Training
Volume 10, No. 1, April 1992

CONTENTS

	Page
Inaugural address by the Comptroller and Auditor General of India at the Training Programme on Fiscal Policy and Economic Development for the IAAS Officers	1
Revenue Audit Reports: Reporting Style By Shri P.K. Mukhopadhyay, IAAS	3
Computer—A way of life—the self learning approach By Shrimati Anjana Das, IAAS	9
Extracts from the Report by the Comptroller General of the United States on Budget Deficits	11
Extracts from the Report by the Comptroller and Auditor General, U.K. on Department of the Environment; Sale of the Water Authorities in England and Wales (February 1992)	15
Extracts from the Report of the Committee of Public Accounts, U.K. on Sale of Rover Group PLC to British Aerospace PLC (November 1991)	22
Extracts from the Report by the Comptroller and Auditor General, U.K. on Lord Chancellor's Department Probate-Service to the Public (February 1992)	25
Extracts from the Report by the Comptroller and Auditor General, U.K. on Department for National Savings (January 1992)	28
Quality in Office Work By Shrimati H.S. Narayanan, IAAS	32
Reports of the Estimates Committees	34

Important

The views expressed in this Journal are in no sense official and do not carry any authority. This Journal is for official circulation only.